



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 61

III Sessão Legislativa

Horta, Terça-Feira 12 de Novembro de 2002

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 10 horas e 20 minutos.

Período da Ordem do Dia

Continuação do debate sobre as **Propostas de Reprogramação do PMP, do Plano e Orçamento para o ano de 2003.**

Usaram da palavra os Srs. Deputados José Rego (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Cláudia Cardoso (*PS*), José San-Bento (*PS*), Francisco Sousa (*PS*), José Francisco Fernandes (*PSD*), Manuel Herberto Rosa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Nélia Amaral (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), António Gomes (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Luís Paulo Alves (*PS*), Nuno Amaral (*PS*), Victor Cruz (*PSD*), Renato Leal (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), Paulo Messias (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Andreia Cardoso (*PS*), Bento Barcelos (*PSD*), Francisco Barros (*PS*), Natividade Luz (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*), da Economia

(*Duarte Ponte*), da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*), Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 05 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito bom dia.
Vamos dar início aos nossos trabalhos de hoje.
Peço ao Sr. Secretário o favor de proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Henrique Correia **Ventura**

Hernâni Hélio **Jorge**

José António Cabral Vieira

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José **Humberto** Medeiros **Chaves**

José do **Nascimento** de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís Paulo de Serpa **Alves**
Manuel Avelar da Cunha Santos
Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**
Manuel Herberto Santos da **Rosa**
Manuel Soares da **Silveira**
Maria da **Natividade da Luz**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Paulo Manuel Ávila **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
António **Bento** Fraga **Barcelos**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
José Francisco Salvador **Fernandes**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Manuel Avelar **Nunes**
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**
Manuel da Silva **Azevedo**
Mark Silveira **Marques**
Raúl Aguiar **Rego**
Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Estão abertos os nossos trabalhos. Pode entrar o público.

Vamos continuar com a discussão das Propostas de Reprogramação do PMP, do Plano e Orçamento para o ano de 2003.

Para uma intervenção dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os investimentos previstos na área da Secretaria Regional da Educação e Cultura para o próximo ano e até 2004, em termos da reprogramação financeira, cifram-se em 31,6 milhões de euros, em 2003 e 28,4 milhões, em 2004.

A área da educação e se juntarmos o investimento que fazemos em termos das despesas de funcionamento da educação é, de longe, a área de maior investimento da Administração Regional e absorve qualquer coisa como 215,6 milhões de euros ao ano e isso representa um esforço que toda a nossa sociedade faz na educação dos nossos jovens, que não tem paralelo em nenhuma outra área da governação regional.

Em termos da minha secretaria e começando pela educação, porque é também na área do Plano aquela que maior peso tem, aquilo que nós pretendemos continuar fazer nestes dois anos que nos faltam para terminar este mandato, é continuar a execução dos projectos que temos em curso, continuar a execução daquilo que nos propusemos fazer em termos da Carta Escolar.

Este documento que dá o enquadramento global da actividade, em termos de investimento, na área da educação tem vindo paulatinamente a ser executado com particular ênfase na área do 1º Ciclo. O 1º Ciclo é o sector fundamental do nosso sistema educativo, é aquele que apresentava maiores deficiências e é, de facto, o

alicerce de todo o sistema. Por isso o 1º Ciclo vai continuar a ser área prioritária de investimento e de melhoria no âmbito da Secretaria.

Em termos de enquadramento gostava de dizer a esta Câmara que na área do pessoal docente, o processo da profissionalização dos nossos quadros está a chegar ao seu termo. Nesta altura nós já ultrapassámos a barreira dos 98% de professores profissionalizados e os que não têm essa profissionalização estão neste momento a iniciá-la.

O número de admissões de professores não profissionalizados vai tender aumentar no próximo ano por uma razão circunstancial, que tem a ver com um Acórdão do Tribunal Constitucional que permite que entrem para os quadros professores de nacionalidade estrangeira, que não comunitária, o que permitirá que muitos dos professores sem habilitação profissional, que nesta altura prestam serviço nos Conservatórios Regionais, possam vir a aceder aos quadros, o que fará, por essa via, aumentar o número de professores não profissionalizados, mas é um defeito transitório para o qual nós estamos preparados e, com certeza, em dois anos teremos também esses professores totalmente profissionalizados.

Por outro lado, no que diz respeito ao recrutamento de pessoal docente e dada a situação nacional de excesso de oferta de mão-de-obra, perfeitamente preparada nesta área, vamos continuar a privilegiar as admissões de pessoal que já têm alguma ligação à Região, ou seja, que já tenha trabalhado no nosso sistema educativo, o que permitirá continuar o processo de estabilização do quadro docente. O quadro docente dos Açores é hoje um quadro profissionalizado e estável.

No que diz respeito ao pessoal não docente nós também temos vindo a ter uma política de estabilização dos quadros. O pessoal que estava, nalguns casos, contratado há muitas décadas, acabou por ser todo integrado nos quadros. Nesta altura nós temos um rácio de 27 alunos por cada funcionário não docente no 1º Ciclo, 33,8 no 2º e no 3º Ciclo do Ensino Secundário, rácios que nos colocam muito acima da média internacional nestas matérias. Nós podemos dizer que as nossas escolas estão bem dotadas de pessoal não docente, embora pontualmente possam existir situações, devido a desigualdade da distribuição, de falta de pessoal, mas são, neste momento, a excepção e não a regra.

No contexto de estabilidade das nossas escolas, com quadros docentes e não docentes preparados e perfeitamente estáveis, temos todas as condições para, por esta via, melhorar a qualidade de funcionamento do nosso sistema educativo. Para isso vamos continuar o investimento na área da formação contínua do pessoal docente e não docente.

No caso do pessoal não docente, devido às alterações legislativas, entretanto introduzidas, há reconversões e há cursos que estão a ser preparados à medida que essa matéria também for desenvolvida a nível nacional.

No que diz respeito ao pessoal docente alterámos este ano o regulamento de acesso à formação contínua com o objectivo de lhe dar uma maior qualidade, uma maior consistência e termos, de facto, uma formação que seja feita a bem dos alunos e a bem das escolas, sem interferir com aquilo que é a actividade essencial do docente, ou seja, o atendimento dos alunos que tem a seu cargo.

Esta é uma área em que temos vindo a investir cerca de 1,1 milhões de contos ao ano. Desde que o II QCA se iniciou, já ultrapassámos a barreira dos 11 milhões de euros investidos.

Vamos continuar este ritmo de investimento, mas vamos fazê-lo de acordo com planos elaborados a nível de cada escola, por forma a termos consistência e termos verificabilidade naquilo que está a ser feito.

Também no que diz respeito à reestruturação da rede escolar nestes últimos anos deram-se passos muito significativos. No ano lectivo em que agora nos encontramos arrancaram quatro novas escolas básicas integradas e estamos a preparar a continuação deste processo nas áreas em que ainda há estruturas que precisam de ser reestruturadas.

No que diz respeito à rede do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, iniciou-se um processo de reestruturação da rede nas freguesias com menor densidade populacional, processo esse que terá que continuar ao longo dos próximos anos.

Em termos de investimento do Plano, as grandes obras que estão neste momento em curso e pela sua ordem de grandeza são a reestruturação da Escola Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitória, na Ilha Terceira, maior investimento que está em

curso na área das infra-estruturas educacionais, é a construção da nova Escola dos Ginetes, Freguesia dos Ginetes, Concelho de Ponta Delgada e depois temos três grandes obras de requalificação, que neste momento estão em curso em Vila do Porto, Ilha de Santa Maria, na Graciosa e no Nordeste.

Em fase terminal estão as obras de construção da nova Escola do Topo, Ilha de S. Jorge e de reestruturação e ampliação da Escola de Santa Cruz das Flores.

Tudo isto são obras de grande dimensão. São investimentos que vão permitir melhorar significativamente o atendimento que damos aos alunos nestes Concelhos.

Em fase de lançamento temos as obras de requalificação da Escola Roberto Ivens, em Ponta Delgada e a construção das novas Escolas em São Carlos e aqui na cidade da Horta.

Paralelamente a estas obras da responsabilidade do Governo Regional, ainda existem contratos ARAAL, assinados no âmbito do II QCA, que agora estão a ser suportados integralmente pelo Governo Regional, de reestruturação de escolas do 1º Ciclo, reestruturações essas que terão a sua maior incidência na Ilha de Santa Maria em que toda a rede do 1º ciclo está neste momento na sua fase final de conclusão de obra, existindo ainda algumas obras nos dois Concelhos da Ilha Terceira e também no Faial e no Pico que estão incluídas neste tipo de contratualização.

Também no que diz respeito à recuperação de edifícios danificados pelo sismo de 1998, foi inaugurada esta semana a Escola de Castelo Branco e temos ainda obras a fazer na Freguesia da Ribeirinha, Ilha do Faial e na freguesia da Candelária, Ilha do Pico.

Em termos de investimentos globais na área da educação nós temos para as construções escolares 19,6 milhões de euros, para o desenvolvimento do sistema educativo (aquisição de equipamentos e materiais para as escolas) 771 mil euros e para participação regional no processo de formação do pessoal docente e não docente 323 mil euros.

O orçamento afecto à Direcção Regional da Educação registará no próximo ano 193,6 milhões de euros; à Inspeção Regional da Educação 468 mil euros; o Fundo Regional da Acção Social Escolar terá um orçamento de 8,9 milhões de euros e os

Fundos Escolares têm um orçamento que totalizam 16,7 milhões de euros. Tudo isso totaliza 215,6 milhões de euros de investimento directo na área da Educação.

Outra área da responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Cultura é a área do Emprego e Formação Profissional. Nesta área vamos continuar o processo de expansão e de consolidação da rede de formação profissional, com particular destaque para a consolidação das escolas profissionais. Os Açores hoje têm uma rede de escolas profissionais que começa a ser extensa, que já cobra a generalidade dos Concelhos em quase todas as ilhas.

Esta rede de Escolas Profissionais, em conjugação com as escolas do ensino regular, que ministram cursos do âmbito do PROFIS, hoje já está em oito das nove ilhas e já temos em formação cerca de 6 mil jovens. É um número muito elevado, particularmente quando o nosso ponto de partida não chegava aos 400. Esta tem sido uma das áreas de maior crescimento da actividade do sistema educativo e uma das áreas em que o sucesso tem sido maior.

Esta rede de formação profissional terá agora que passar por uma fase de consolidação. Algumas das escolas profissionais terão investimentos vultuosos nas suas infra-estruturas, que serão apoiados pelo FEDER, através da aprovação, coordenada pelo Governo Regional e algumas das escolas também verão o seu âmbito de actividade alargado, particularmente para aquelas áreas em que o nosso mercado de trabalho é mais carente e essencialmente as áreas mais tecnológicas em que temos que investir mais e que ainda não estão, efectivamente, cobertas.

Em termos da qualificação dos trabalhadores, porque a formação profissional, para além da formação inicial, também abrange a qualificação, vamos continuar com o apoio aos planos de formação contínua das diversas empresas, o que levará que nós façamos um investimento da ordem dos 8 milhões de euros no próximo ano.

Esse investimento, essencialmente financiado pelo Fundo Social Europeu, tem a sua contrapartida nos orçamentos do Plano e do Gabinete de Gestão Financeira do Emprego, é um investimento que está a permitir dar ao mundo do trabalho dos Açores uma qualidade e uma formação que não tinha. Hoje os Açores já começam a ter uma mão-de-obra qualificada em sectores, mesmo aqueles que têm tido uma grande expansão, como é o caso da actividade turística, já começam a encontrar

trabalhadores devidamente preparados. Só na área de preparação para o turismo foram mais de 900 os trabalhadores que receberam formação.

Em termos de execução das verbas do Fundo Social Europeu que estão incluídas no PRODESA e à responsabilidade da Região, são aquelas que, ao nível de toda a União Europeia, têm tido uma melhor taxa de execução e uma melhor taxa de aprovação. Não é apenas a execução e a aprovação, é também a qualidade do trabalho que é feito com essas verbas, que tem vindo a ser reconhecido pela União Europeia.

Nós temos uma das melhores execuções e uma das melhores prestações em termos do Fundo Social Europeu. Vamos continuar esse esforço e vamos aproveitar esta oportunidade única para melhorar a qualificação dos nossos trabalhadores.

Em termos globais de investimento e de orçamento nós contamos, no Plano, com um valor de 732 mil euros para o emprego e formação profissional e no Gabinete de Gestão Financeira com 7,6 milhões de euros.

Para além disso a Escola Profissional de Capelas tem um orçamento de 8,7 milhões de euros; a Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional de 3,9 milhões de euros e a Inspecção Regional do Trabalho de 1,5 milhões de euros.

Outra área da responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Cultura é a área da Juventude. Aqui a maior parte do investimento destina-se ao apoio à mobilidade juvenil, permitindo que os nossos jovens saiam da sua ilha e conheçam as outras ilhas e a Europa, e a ocupação dos tempos livres dos jovens.

Paralelamente a isso, a Secretaria tem vindo a implementar uma rede regional de informação juvenil que nesta altura já abrange a quase totalidade dos concelhos da Região e que nós contamos, ao longo dos próximos dois anos, estender a todos concelhos, através de parcerias com associações juvenis, com escolas, com autarquias e com outras entidades, por forma a que os jovens, independentemente do local onde residam, tenham acesso em condições de igualdade de oportunidade aos programas que são desenvolvidos pela Direcção Regional da Juventude. Esta Direcção Regional conta, para este efeito, com um orçamento de 732 mil euros para o ano de 2003.

Na área da Cultura, as principais actividades da Direcção Regional da Cultura prendem-se com o apoio à actividade cultural, particularmente o apoio às actividades dos diversos sectores desta área. Esta não é uma área em que a Direcção Regional assuma ela própria a execução das tarefas de dinamização cultural, mas uma área em que, através da contratualização com as diversas organizações e com os diversos parceiros, nós temos vindo a estender a actividade e as oportunidades de cultura a todas as ilhas dos Açores.

O Governo Regional, nesta área, recentemente aprovou uma revisão da regulamentação dos concursos de apoio que os vai agilizar mais e vai permitir uma maior fluidez na aprovação das candidaturas.

Por outro lado, nós estamos também a reorganizar uma área muito importante deste apoio, a área do apoio à formação das filarmónicas no ensino da música. As filarmónicas representam, na actividade cultural da Região, um dos sectores mais importantes. O funcionamento das suas escolas de música, como forma de recrutamento de novos músicos, é essencial.

Portanto, esta é uma das áreas que, em conjugação com o sistema educativo, está a ter uma grande e profunda alteração, visando alargar a sua base de recrutamento e trazer também algumas vantagens para os jovens participantes no que diz respeito à integração entre a formação que obtêm nas filarmónicas e o seu próprio currículo, enquanto currículo do sistema educativo.

Com isto pretendemos fortalecer este movimento e contrariar alguns fenómenos de desinteresse das gerações mais novas pela actividade das filarmónicas que, entretanto, se vem verificando.

Outra área importante é a do património cultural em que a actividade do levantamento e revisão de todo o nosso acervo cultural da Região, com particular destaque para o património construído que está em curso.

Já foram publicados os trabalhos referentes a algumas das ilhas. Contamos, até ao final deste mandato, publicar as generalidade do levantamento do património cultural da Região.

Também na área da leitura pública o Governo já aprovou o regulamento de constituição das bibliotecas da rede de leitura pública (as bibliotecas

municipais) e em parceria com o Ministério da Cultura, após um protocolo que foi assinado em Dezembro passado, nós contamos estender, já neste ano, a alguns dos concelhos.

Em termos de Plano e Orçamento nós contamos com 3,8 milhões de euros para o próximo ano, 1,1 milhões de euros destinados à dinamização das actividades culturais, 2,2 milhões destinados à valorização do património arquitectónico e cultural e 530 mil euros destinados a apoiar a manutenção e a valorização do património na cidade de Angra, património mundial.

A Direcção Regional da Cultura tem um orçamento de 6,9 milhões de euros, estando aqui incluído o funcionamento dos museus e das casas da cultura e o Fundo Regional da Acção Cultural tem 1,1 milhões de euros.

Na área do desporto temos vindo a assistir nos últimos anos a um crescimento ímpar no número de praticantes federados. O desporto na Região apresenta sinais de grande actividade e um empenhamento muito grande por parte dos dirigentes das diversas modalidades e das diversas associações e clubes e um número crescente de praticantes.

Para fazer face a este crescimento na actividade desportiva na Região, dispomos de um conjunto de medidas de apoio à actividade desportiva que consome a maior parte do orçamento destinado ao desporto no valor de 2,1 milhões de euros, aos quais se juntam os cerca de 800 mil euros do orçamento do Fundo Regional de Fomento do Desporto.

Em termos da consolidação do parque desportivo e da sua coordenação com o investimento autárquico – aproveito para informar esta Câmara que a área que tem maior execução neste momento no FEDER é exactamente esta – devo dizer que esta área tem sido objecto dum grande investimento por parte das autarquias.

Neste momento o parque desportivo da Região dá sinais de uma grande mutação com uma disponibilidade crescente de instalações desportivas que há uns anos atrás apenas eram sonhadas.

Vamos continuar a investir também no que diz respeito ao parque desportivo, gerido directamente pela Região, fazendo investimentos no Lajedo, em Ponta

Delgada, no Parque Vitorino Nemésio, na Praia da Vitória, a continuação da melhoria do Estádio João Paulo II, em Angra do Heroísmo e na melhoria de funcionamento do Pavilhão Desportivo da Horta.

Outra área importante no desporto tem a ver com o apoio ao desporto escolar. Esta é uma área que foi totalmente reorganizada este ano e estamos a fazer um grande esforço no sentido de criar dentro das escolas um verdadeiro viveiro em termos de valores desportivos.

Este investimento, conjugado com a nossa participação nos jogos das ilhas, nos quais vamos ser a entidade organizadora no próximo ano, vai permitir fazer uma mobilização geral de todo o sistema educativo para a actividade desportiva, com um investimento nos jogos das ilhas de cerca de 600 mil euros. Vamos ter, com certeza, um momento alto do fomento da actividade desportiva com a vinda, de outras regiões, de cerca de 1000 participantes à nossa Região para participar neste evento que será o maior evento desportivo jamais realizado nos Açores.

Em termos de orçamento a Direcção Regional do Fomento do Desporto dispõe de 6,9 milhões de euros, aos quais acresce-se 4,4 milhões do Fundo Regional do Fomento do Desporto.

Srs. Deputados, estas são as acções previstas no plano de investimento da Secretaria Regional da Educação e Cultura, acções que cobrem um conjunto muito vasto de actividades e que, estou seguro, vão resultar na continuação do desenvolvimento da nossa Região.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

(Pausa)

Não havendo inscrições para pedidos de esclarecimento, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos últimos seis anos tem vindo a ser desenvolvida uma política estruturante de natureza estratégica, na área da educação, através de investimentos e políticas fundamentais para o desenvolvimento dos Açores.

Com os seus Planos e Orçamentos, os VII e VIII Governos têm vindo a dar resposta ilha a ilha, concelho a concelho a situações há muito diagnosticadas no sistema educativo regional e que, só com as verbas avultadas que lhe têm sido afectas, se tem combatido o nosso atraso em relação a outros que nunca tiveram dúvidas que o investimento na educação é de primordial importância para o desenvolvimento cultural, profissional e económico das suas populações.

O Orçamento Regional agora em discussão, na senda dos anteriores, afecta à Secretaria Regional da Educação e Cultura uma dotação de global de 253. 077 milhares de euros, colocando este departamento governamental em primeiro lugar no volume de despesa, representando 23,2% do valor global da despesa regional. As verbas atribuídas à Direcção Regional da Educação, no montante de 193.167 milhares de euros, constituem a sua componente mais significativa.

O Plano para 2003, apresenta uma dotação orçamental de 20 687 430 euros integrado em dois programas: Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e Desenvolvimento do Sistema Educativo. O Programa Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais é o segundo maior programa deste Plano.

As dotações previstas no Orçamento e no Plano de 2003 colocam assim, a Educação como uma das primeiras prioridades deste Governo e que não foram postas em causa pela reprogramação financeira agora efectuada no Plano Médio Prazo de 2001-2004.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Membros do Governo:

As prioridades de investimento no Plano para 2003 estão definidas do seguinte modo:

- Garantir a satisfação dos compromissos já assumidos;
- Potencializar e racionalizar a utilização dos Fundos Comunitários do Programa PRODESA;
- **Continuar a política de actualização e adaptação do parque escolar ao longo das linhas estratégicas definidas na Carta Escolar;**
- Continuar com a política de transferências financeiras para os Fundos Escolares para a manutenção e reparação das instalações escolares.

Com os investimentos previstos e com as prioridades acima descritas serão atingidos vários dos objectivos definidos para o nosso sistema educativo, propostos no Programa do Governo e espelhados no PMP 2001-2004 dos quais se destacam:

- Continuar o processo de integração vertical da educação pré-escolar e do ensino básico previsto na Carta Escolar;
- Continuar o processo de separação do ensino secundário e do ensino básico;
- Resolver a situação de sobrelotação, com a criação de novas Escolas;
- Continuar o processo de descentralização dos modelos de gestão e responsabilização, acompanhada da transferência dos necessários meios financeiros, dos órgãos de gestão das Escolas;
- Prosseguir a formação de pessoal docente e não docente;
- Garantir a formação inicial (profissionalização em serviço e estágios pedagógicos) e formação complementar.

Com estes investimentos nas escolas continuamos a nossa política de requalificação e ampliação do parque escolar, de uma melhor manutenção das nossas escolas, de uma melhor aquisição de equipamentos escolares, de diminuição das distâncias percorridas pelos nossos alunos até à escola, de acabar com escolas sobrelotadas, de aumento dos apoios educativos aos nossos alunos e a prosseguir a formação inicial e contínua de professores. Nunca é demais lembrar que um quarto da nossa população está directamente ligada ao sistema educativo, o que exige que façamos o melhor por eles, enquanto alunos, pais, professores ou funcionários.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Membros do Governo:

Das acções a desenvolver no próximo ano a primeira que consta no Plano passa pela manutenção e reparação das instalações do Ensino Básico e Secundário, com uma verba idêntica ao previsto no Plano 2001- 2004 ou seja sem qualquer alteração. A nossa política de descentralizar para os Fundos Escolares estas verbas tem debelado um dos problemas que muitas das nossas escolas sofriam a nível das instalações, que era o da manutenção corrente. Hoje, com o novo regime de autonomia das escolas, eliminou-se este problema crónico que por falta de manutenção colocou o parque escolar na situação que todos conheciam.

Ao nível das construções escolares no próximo ano, três projectos da primordial importância para rede escolar terão desenvolvimentos há muito esperados: a requalificação da Escola EB2 Roberto Ivens, com concurso, adjudicação e início de obra e os concursos e respectivas adjudicações de modo a serem iniciadas as obras em 2004 da EB 2,3 + Ensino Artístico de Angra do Heroísmo e da Nova Escola Secundária da Horta.

As adaptações ao Ensino Secundário e as grandes reparações que se encontram a decorrer na EB 2,3/S Bento Rodrigues de Santa Maria, na EB 1, 2, 3/S, Maurício de Freitas das Flores, na EB 2,3,/S de Santa Cruz da Graciosa e na EB 2,3/S do Nordeste de S. Miguel custarão uma verba próxima dos sete milhões de euros. Com estas intervenções resolvemos um problema que resultou da expansão do ensino secundário no início década de 1990 que não foi acompanhado dos necessários investimentos na adequação daquelas escolas àquele nível de ensino, como sejam laboratórios e outros espaços específicos, e igualmente se resolvem as graves deficiências de concepção e construção que as tornavam pouco funcionais e bastante vulneráveis à degradação.

A construção da EB 2,3 dos Ginetes, em S. Miguel, que no próximo ano lectivo já receberá alunos, insere-se no grupo de escolas construídas ou a construir que visam acabar com a sobrelotação crónica das escolas dos centros urbanos e com o excessivo afastamento da escola do local de residência dos alunos.

Outra obra que continuará no próximo ano e acabará por pôr fim àquele que foi considerado o caso mais gritante no domínio da segurança das nossas escolas será a

Grande Reparação e Ampliação da EB 2,3, Francisco Ornelas da Câmara na Praia da Vitória.

Uma nova escola para o 1.º ciclo será construída no próximo ano em contrato ARAAL com a Câmara Municipal da Ribeira Grande na freguesia de Rabo de Peixe.

Ao nível dos equipamentos escolares está previsto um investimento de 735 000 euros, que serão distribuídos em função da dimensão das escolas e das suas necessidades para os respectivos Fundos Escolares. É também através destes que se fazem as aquisições dos equipamentos escolares que antes eram feitos pela Direcção Regional da Educação, que comprava desde tubos de ensaio a equipamentos de valor mais elevado, gastando energias em concursos demorados e muitas das vezes as aquisições não eram as mais ajustadas às necessidades das escolas.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Membros do Governo:

A política educativa não se reduz às construções escolares e aos seus equipamentos, apesar de ser também um dos pilares essenciais para o sucesso, porque só em escolas boas, devidamente equipadas e suficientemente atractivas os alunos encontrarão um ambiente propício às suas aprendizagens. Escolas degradadas dificultam a adaptação ao meio escolar, são fomentadoras da violência e de outros problemas de natureza disciplinar e pedagógica.

A última acção na área da Educação refere-se à componente regional para a Formação na qual se prevê investir 323 430 euros, ou seja 15% do valor total do custo com formação, que irá permitir manter os programas de formação contínua do pessoal docente e não docente das escolas e ainda dar continuidade à execução dos programas de profissionalização em exercício e de formação complementar e qualificante para os docentes detentores de bacharelato.

A estes investimentos há ainda a acrescer os que existem em programas conexos com a Educação e que são muito importantes para o sucesso educativo, como sejam

os de Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica, Juventude e Emprego e Desenvolvimento Desportivo.

Destes programas realço as acções do âmbito da Formação inicial integradas no projecto Emprego e Formação Profissional, responsáveis por mais 2 milhões e meio de contos de investimento em Educação através das Escolas Profissionais e dos Cursos Profij (Programa Formativo de Inserção de Jovens) inseridos nas Escolas Públicas. Com o aumento de Escolas Profissionais e de Cursos Profissionalizantes temos contribuído de forma significativa para a empregabilidade dos nossos jovens e eliminando assim um dos problemas que afectava o nosso sistema educativo.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: **Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.**

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Proponho que regressemos por instantes ao mês de Março, dia 11 de Março. Carlos César, num comício em Vila Franca do Campo esclarecia tudo e todos: “A reunião que tenho no dia 23 [de Março] não é para cancelar investimentos, é para fazer mais investimentos do que tencionava fazer e que não pude fazer em 2001”. Na Terceira, uma fonte autorizada do Governo Regional garantia: “Essa reunião está agendada (...) para reafectar fundos e distribuir melhor os investimentos, reforçando mesmo algumas áreas, como será, certamente, o caso da educação”.

Dia 11 de Março. Puro golpe de estado. Duro golpe na educação.

Contrariamente ao que os socialistas querem fazer crer, os cortes na educação não são de agora. Em 2001 o Governo Regional deixou por executar 25% do investimentos que tinha previsto – quase sete milhões de euros – e no corrente ano cortou 9%, mais 2,3 milhões de euros.

Onde param os 10 milhões de euros? Nada adiantam as juras do senhor Presidente do Governo de que os Planos que o PS aprova “são para valer”.

Não há desculpa para tanta culpa. Nas construções escolares falham as prioridades, falha o calendário de execução e a gestão financeira resvala para níveis inadmissíveis. Estas, sim, são as razões verdadeiras das alterações que o Governo traz à Assembleia.

“É absolutamente necessário que o Governo só faça e só se comprometa a fazer aquilo que tem possibilidade de pagar”, dizia há poucos dias o senhor Presidente do Governo Regional.

Ainda bem que descobriu esse valor da política. É bom que o propósito seja mesmo para valer, porque até agora não se vislumbrou qualquer verdade orçamental.

Para que não fiquem dúvidas, citemos dois casos, entre vários possíveis: as obras de construção da EB/JI da Carreirinha vão ser concluídas pelo terceiro ano consecutivo; o projecto de execução da reparação da EB2,3 Roberto Ivens já leva quatro anos de elaboração. Como se comprova, rigor é coisa que não se vê.

Repetidamente temos afirmado que a programação das construções escolares falha cada ano que passa, com inevitáveis repercussões orçamentais e elevado prejuízo para a qualidade do ensino.

Nos próximos dois anos o Governo consigna seis vezes e meia a verba que destinara nesse período para a EB2,3 dos Ginetes. Na EB2,3/S Bento Rodrigues vai gastar mais 150% do que havia planeado, no Nordeste mais 80% e em Santa Cruz da Graciosa mais 70%. Convenhamos, o erro é grosseiro.

O senhor Presidente do Governo Regional já reconheceu o seu engano quanto aos custos da reconstrução. Com humildade tem de confessar que se enganou com os números da educação.

Manda também a verdade dizer que as obras são adiadas por culpa exclusiva deste Governo socialista. O rol é grande, mas vale a pena lembrar alguns casos.

Desde 1999 que o Governo se compromete a iniciar a EB+EA de S. Carlos e para o efeito já inscreveu mais de quatro milhões de euros. Nem a primeira pedra lhe

assentou. Nesse mesmo ano de 99, prometeu igualmente o começo das obras da EB+EA da Levada e da ESG/B da Horta, destinando-lhes dois milhões e meio de euros. O resultado é o que se vê, ou melhor, o que não se vê.

Onde param tantos milhões? É preciso decisão e não apenas discurso.

Não basta arrolar acções e preencher dotações. É preciso demonstrar capacidade para as realizações.

Quem são os culpados do adiamento destas obras, prometidas anos a fio? A culpa não morre solteira e tem um rosto: o Governo Regional socialista.

Sr. Presidente, a educação não está em boa mão e para este Governo não é um factor estratégico na valorização dos recursos humanos dos Açores. Inexplicavelmente, este sector definha-se na reprogramação financeira que o Governo traz ao Parlamento, perdendo peso relativo no conjunto do investimento previsto até final da legislatura – de 10,5% para 9,3% em 2003 e de 11,3% para 7,5% no ano seguinte. Ainda assim, com os recursos financeiros postos à disposição da Região, era possível fazer mais se se apostasse decididamente em programas com elevada participação de fundos comunitários, como é o caso das construções escolares (60,3%). Com apenas 300 mil dos cinco milhões e 170 mil euros da dotação da Ciência e Tecnologia, por exemplo, era possível inscrever uma verba idêntica à que o Plano de 2002 previa para iniciar as obras da Escola de S. Carlos. E bastava que a insignificante transferência de 0,4% da dotação daquele programa para se dispor dos meios necessários ao arranque do processo da EB1,2,3/JI da Ponta Garça.

Há, portanto, uma nítida inversão dos objectivos políticos para o sector. A educação deixou de ser uma prioridade ou o Governo reconhece que não é capaz de fazer mais obra? Provavelmente uma coisa e outra!

Em Maio do ano passado dizíamos que muitos das acções programadas por este Governo, no domínio das construções escolares, seriam adiadas para o fim da década que então se iniciava. Infelizmente, para milhares e milhares de crianças açorianas não nos enganámos. Vinte uma das 49 acções programadas foram eliminadas pelo Governo e ainda não chegamos a meio da legislatura.

O PS traiu as suas promessas, é refém da sua incompetência, dos seus atrasos, dos seus adiamentos e incumprimentos.

Este é um Plano inclinado. O seu valor cai à medida que o tempo passa, à imagem do PS que entrou em fim de ciclo.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: **Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Rego. Dispõe de 3 minutos.**

Deputado José Rego (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

O Sr. Deputado Joaquim Machado não deve ter olhado nem lido com cuidado os documentos que estamos a discutir agora nesta Casa.

Quando o senhor diz que este Plano e este Orçamento não apresenta uma prioridade para a educação, é atirar areia para os açorianos.

Basta só dizer que o programa das construções escolares é o segundo maior programa deste Plano a seguir ao Programa do Sismo, e fica a muita distância de todos os outros programas das várias Secretarias deste Governo.

A prioridade deste Governo mantém-se, quer no seu plano de investimentos, quer no orçamento da despesa. A educação é primeira em toda a linha neste Plano e neste Orçamento.

O Sr. Deputado Joaquim Machado vem pôr em dúvida os milhões de contos que se têm gasto na educação nos Açores. Nós não temos dúvidas desses milhões de contos investidos na educação e os açorianos que nos estão a ouvir sabem muito bem as intervenções que estão a ser feitas e que já foram feitas nestes 6 anos pelo Governo do PS.

Poderia começar pela Ilha do Corvo onde lá está uma escola feita por este Governo e que tem o seu problema resolvido por muitos anos.

Se passarmos à Ilha das Flores, a intervenção de adaptação da Escola ao Ensino Secundário que hoje estamos a fazer. é outro exemplo.

Se quiser passemos pelos Açores todos e vamos à ilha de Santa Maria onde a adaptação que estamos lá a fazer na Escola está a custar mais do que o que fizeram no passado, não só pela sua qualidade, mas pela necessidade de adaptação ao ensino secundário.

Portanto, em relação aos investimentos eu julgo que toda a gente sabe onde é que eles estão.

No 1º Ciclo acho que ninguém tem dúvidas, apesar de sabermos que há dois ou três concelhos dos Açores que necessitam ainda das respectivas intervenções.

Projectos há que têm sido adiados, não temos dúvidas e não estamos cá para enganar os açorianos, mas sabemos que alguns dos investimentos que estamos a fazer são de qualidade e necessários para muitas das ilhas dos Açores.

As prioridades têm sido definidas por nós e somos nós os responsáveis por essas prioridades.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando o Sr. Deputado Joaquim Machado sobe àquela tribuna brinda-nos invariavelmente com intervenções reaquecidas. Não há originalidade, não há criatividade.

Podia começar a sua intervenção assim: “vide Diário das Sessões de Março ou Abril”, ou seja, as suas intervenções são repetitivas, cansativas, já não nos surpreendem, já não nos assustam, já não nos animam; deixam-nos simplesmente um estado de indiferença completa.

Diz o Sr. Deputado que não há investimento na educação. É verdade que foi feito uma reprogramação financeira e deviam ser os senhores os primeiros, que aplaudem com tanto entusiasmo a contenção do Governo da República, a perceber que a reprogramação que este Governo Regional faz, na linha do que

está a ser feito a nível nacional e perante o contexto de condição nacional, é a mais prudente, é a mais indicado e deveriam, numa situação de coerência, aplaudir também as nossas opções perante isto, mas não, o que fazem, incoerentemente e tentando ludibriar os açorianos, é aplaudir o Governo da República e criticar o Governo Regional.

Perante isto, só há uma conclusão a tirar: os Srs. Deputados do PSD gostam dos açorianos, mas gostam muito mais do seu Governo da República.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

A Oradora: Diz o Sr. Deputado que não há investimento na Educação. Não é possível perceber isso, Sr. Deputado.

Em 96 quando este Governo herdou a pasta da educação, o investimento total na Região era da ordem de um milhão de contos. No ano imediatamente a seguir quadriplicou.

Portanto, se o senhor acha que não há investimento agora nem houve durante estes anos na educação, na vossa altura achava que havia muito menos e percebo que deveria estar muito mais triste do que está neste momento, porque se isto é não ter investimento na educação, então digam-me o que é que é.

Nos 6 anos de governação socialista construímos diversas escolas, reformulou-se por completo e ainda está curso a rede escolar do 1º Ciclo. Construíram-se escolas de raiz fundamentais nesta Região.

O senhor fala do atraso da Escola de São Carlos, sabendo perfeitamente que temos neste momento na Ilha Terceira um dos maiores investimentos da Região a nível da educação, na ordem de 2,2 milhões de contos, que é a Escola Francisco Ornelas na Praia da Vitória, que os senhores ignoraram que era uma escola carenciada, necessitada e que durante anos teve numa situação vergonhosa, desde o sismo de 1980, em que os alunos tinham aulas em módulos sem janelas, sem ventilação adequada e em condições sub-humanas e que os senhores agora fingem ignorar que acontecia.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: **Portanto, é falso que não haja intervenção deste Governo na educação.**

Querer fazer este discurso é uma fatalidade que o PSD assume, que gosta de atirar aos olhos dos açorianos, que não corresponde de forma nenhuma à realidade e que por todo os Açores há provas que contrariam esse discurso fatalista que os senhores insistem em impor a este Governo.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.**

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Começando pelo fim, até porque, como cavalheiro, devo dar sempre prioridade às senhoras e, portanto vou responder à Sra. Deputada Cláudia Cardoso devolvendo-lhe alguns dos elogios que procurou fazer.

De originalidade, V. Exa. também não tem nada e se eu não tenho é porque este Governo não o permite, porque este Governo continua a não acertar o passo, passados dois anos em termos de política de educação, como, aliás, acontece em muitas outras áreas.

Portanto, quando o Governo não acerta o passo, quando continua a insistir nos erros, obviamente que a avaliação e a crítica têm que existir sempre nesses mesmos domínios.

Relativamente aos cortes que a senhora agora procura justificar, eu esperava que me justificasse por que é que em 2001, quando não havia nenhuma crise financeira nem dificuldades e o Governo não era do PSD e PP, o Governo Regional deixou de executar 25% das verbas que tinha previsto de investimento na área da educação e logo à cabeça por que é que cortou mais de 9%.

É um facto que a educação não é uma prioridade, porque perde 31% em 2003 e 49,3% em 2004, relativamente ao que estava previsto.

Mas mais do que isso é quando nós fazemos a relação percentual do peso que a educação tem no conjunto do Plano, que também perde. Há aqui uma inversão de valores.

Mas, há ainda mais do que isto: sabe que na ante-proposta do Plano que foi apresentada aos parceiros sociais, a educação tinha uma verba que era de 81 milhões de euros e passados uns dias a proposta que entra neste Parlamento já não é de 81 milhões, é de 77 milhões. A educação perde sempre cada vez que o tempo passa, mas perde mais ainda, perde também nas despesas correntes que o Sr. Deputado Cabral Vieira diz que são de investimento. É verdade que são, mas também aí as despesas da educação perdem peso relativo no conjunto das despesas da administração e basta consultar um quadrozinho das despesas desagregadas por departamentos e, efectivamente, elas crescem 6%, enquanto as outras vão no dobro.

Portanto, sobre isto também estamos conversados.

E mais do que isto estava à espera que viessem justificar por que é que, e agora a meio da legislatura, 21 das 49 acções programadas são eliminadas.

Sr. Deputado José Rego, o senhor é um homem de fé, – o menos essa virtude eu reconheço – porque, de facto, veio-nos aqui dizer que vão arrancar novamente escolas que em 99 e 97 o Sr. Secretário da Educação já as apresentava aqui, como é o caso da Escola de São Carlos.

Como é que eu posso aceitar que haja verdade na política que este Governo Regional faz, quando o Sr. Presidente do Governo vai à televisão dizer que a Escola Roberto Ivens atrasou a sua construção por causa dos cortes do Governo República, quando ela não arranca, porque não tem o projecto concluído, apesar de há 4 anos consecutivos o Governo ter vindo a dizer que elabora o respectivo projecto?

Como é que eu posso admitir que se faz política com verdade, quando o Sr. Presidente do Governo vai à televisão dizer que a Escola de São Carlos é atrasada para 2004 por causa dos cortes do Governo da República, quando em 99 nos documentos apresentados a esta Casa já o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Secretário Regional prometiam iniciar essas obras?

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Com esta falta de rigor eu não posso admitir e, portanto, já estou aqui há dois anos e estarei por mais dois anos a fazer as mesmas críticas sem originalidade, porque este Governo não tem originalidade, criatividade, nem capacidade para realizar as obras que ele mesmo prometeu aos açorianos.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Procurando censurar o Governo, o senhor não fez mais do que censurar-se a si próprio, ao seu partido e ao património político que o PSD tem em matéria de educação.

Gostava de referir que o PS não traiu promessa nenhuma. O PS ganha apostas, cumpre promessas e desenvolve os Açores com um modelo de desenvolvimento claramente centrado na educação, na qualificação das pessoas, no desenvolvimento económico e na preservação do ambiente.

O Sr. Deputado Joaquim Machado afirmou aqui questões que têm a ver com assuntos de foro financeiro que já foram aqui suficientemente explicados pelos Srs. Secretários. No entanto, Sr. Deputado, eu acho verdadeiramente incrível que uma pessoa que conhece a educação, como eu sei que o senhor conhece, não reconheça as enormes transformações, a grande obra que o PS e este Governo tem no domínio da educação.

Este Governo está a transformar os Açores, está a transformar a educação fazendo da educação um aspecto central da governação.

O PS já não faz fábricas de aulas como os senhores faziam, como eu próprio estudei nelas e muitas outras pessoas, em que o senhor também deu aulas nessas escolas.

O PS hoje faz escolas de grande qualidade, com laboratórios, com anfiteatros, com todas as qualidades para os alunos poderem ter conhecimento com a ciência, com a tecnologia e com as questões mais avançadas da educação. Seria muito importante que nós tivéssemos aqui essa perspectiva.

É muito importante as pessoas perceberem que, apesar do PSD insistir num registo de falar mal, do deita abaixo, do não presta, do não há confiança, o PS continua determinado, continua com confiança nos Açores.

Deputado João Cunha (PSD): Os Açores é que já não têm confiança nos senhores, o que é diferente.

O Orador: Nós temos uma obra da qual muito nos orgulhamos. Nós orgulhamo-nos muito daquilo que estamos a fazer e vamos continuar a fazer, para desespero dos senhores, da educação um sector central da acção governativa.

Sr. Deputado Joaquim Machado, queria dizer-lhe ainda que, apesar de insistir nesse registo de pessimismo, de descrença e de uma teoria verdadeiramente catastrófica como nós já assistimos aqui, o senhor tem que reconhecer que nos Açores existe uma obra, na área da educação, verdadeiramente impressionante e os açorianos sabem, embora haja pessoas que não circulam de ilha para ilha e não conhecem em absoluto a identidade mais profunda da acção deste Governo, nomeadamente na área da educação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino desejando uma mensagem de confiança ao Governo, uma mensagem de confiança ao Sr. Secretário da Educação que, apesar dos constrangimentos e de algumas dificuldades, continua determinado e empenhado. É esta a mensagem que deve ficar no desenvolvimento do sistema educativo que muitas vezes, tendo que refazer escolas que o PSD construiu, não pôde aí avançar ao ritmo que nós desejávamos na consolidação e na expansão da rede escolar dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Joaquim Machado, o senhor continua a pôr em dúvida que a educação é prioridade deste Governo, mas que é aqui que os ditos milhões estão, acho que não há dúvidas nenhuma.

Pode dizer que desapareceram 21 acções na área da educação, mas eu não tenho dúvidas nenhuma, ninguém é cego e toda a gente as vê.

Todavia, o senhor já ouviu por mais do que uma vez nesta Casa, explicado por mim, que os investimentos na área da educação e alguns investimentos na Região Autónoma dos Açores estão sobreaquecidos em termos dos concursos públicos.

O senhor não tem dúvidas nenhuma de que as obras hoje não têm nada a ver com as do passado.

O senhor poderá ter razão quando diz: “mais tarde custará mais”, mas aqui não tem sido só uma questão de inflação. O custo por metro quadrado de qualquer obra nesta Região tem aumentado nos últimos anos e como referência dou um exemplo de duas escolas importantes para a Ilha de S. Miguel, uma na freguesia da Maia que levou a que 600 alunos saíssem da Ribeira Grande para esta freguesia e uma escola semelhante a construir neste momento nos Ginetes está a custar mais um terço do que aquela outra escola, mais cara que a escola da Lagoa que foi terminada no ano que esta iniciou.

Portanto, não é só uma questão de se dizer que os milhões desaparecem. As prioridades são definidas por nós, pelas necessidades que nós temos, mas também é preciso ter em conta quanto é que custa cada escola quando se coloca no mercado.

Relativamente às duas escolas por mais do que uma vez anunciadas e que hoje o Sr. Deputado vem falar, eu tenho a certeza que as posso anunciar hoje, porque os projectos estão definitivamente prontos e ouvimos na Comissão que bastam alguns meses para pôr essas escolas na rua.

No passado, tenho algumas dúvidas, quando elas foram prometidas, que nem sequer em papel estavam e hoje os projectos para essas mesmas escolas são já uma realidade.

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas um minuto para três notas.

Sobre o aquecimento não é tanto das obras, mas o que houve foi uma sobrevalorização daquilo que este Governo queria fazer e sabia que não podia e tanto sabia que, quando foi discutido o PMP em sede de Comissão, o Sr. Secretário Regional disse: “o grau de incerteza a partir de 2002 nos investimentos é maior. Há intenção política, disponibilidade técnica, mas há incerteza financeira”.

Deputado José Rego (PS): Foi com consciência que ele disse isso.

O Orador: Portanto, já nesta altura o Sr. Secretário já sabia que não podia fazer o que prometia e por se falar em promessa, reafirmo: “o PS trai as suas promessas”.

Na vossa campanha eleitoral de 2000, na área da educação, para S. Miguel a primeira proposta era a construção da Escola de Ensino Artístico de Ponta Delgada. Portanto, continua a trair as suas promessas.

Deputado José Rego (PS): E assumimos.

O Orador: Relativamente à obra do PSD, sobre essa não tenho quaisquer dúvidas e volto a repetir que construímos de raiz as escolas Canto da Maia, Arrifes, Capelas, Rabo de Peixe, Nordeste, Vila Franca, Lagoa, Laranjeiras, Vitorino Nemésio, Vila do Porto, Preparatória de Angra, Biscoitos, Praia da Vitória, Graciosa, Velas, Calheta, Madalena, S. Roque, Lajes, Santa Cruz das Flores e deixámos em construção a do Corvo.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Isso é a lista das nossas obras.

Presidente: **Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.**

Deputada Cláudia Cardoso *(PS)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Sr. Deputado Joaquim Machado, o senhor, como já lhe disse a algum tempo, insiste em ser empreiteiro, insiste em trazer a esta Câmara a Carta Escolar e as 21 acções que, como todos sabemos, desaparecem.

O senhor sabe o que é que eu lamento nisto tudo? Lamento que o seu governo não tenha sabido aproveitar bem, porque se o senhor tivesse sido Secretário da Educação, nós hoje não tínhamos escolas para construir. O senhor tinha feito as escolas todas que haviam para fazer.

(Risos da bancada do PS)

Portanto, foi pena o seu governo não o ter sabido aproveitar. Não soube e hoje temos esse rol de escolas, que o senhor acabou de nomear, em reconstrução, como, por exemplo, no Nordeste estamos a construir uma escola nova, a dos Biscoitos que estava num estado calamitoso e que fizemos reparações o ano passado.

Deputado João Cunha *(PSD)*: **A senhora não faz em sua casa que está a chover dentro.**

Deputado Renato Leal *(PS)*: **Aqui também chove.**

A Oradora: **Faço, sim senhor, mas não faço na ordem que temos feito nas escolas que os senhores construíram.**

A rede do 1º Ciclo teve de ser toda reformulada, porque os senhores deram-nos escolas de má qualidade, que não serviam os nossos alunos.

Sr. Deputado, a escola da Graciosa está a ser remodelada porquê? Porque a escola que os senhores nos deixaram tinha uma péssima qualidade e o nosso “fado” agora é reformular tudo isto.

Em relação à Carta Escolar...

Deputado Joaquim Machado *(PSD)*: **Eu não falei na Carta Escolar.**

A Oradora: **Não falou, porque até já tem receio de falar nela.**

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Não tenho.

A Oradora: ... o senhor sabe perfeitamente que foi dos melhores instrumentos que este Governo trouxe e é por isso que não fala nela.

O senhor, desde o primeiro momento em que aqui entrámos, insiste nas construções escolares. Desde o início da legislatura que os senhores falam em construções escolares para fazer esquecer aos açorianos, porque pensa que consegue fazer esquecer, porque pensa que os açorianos são o mesmo povo que era na altura em que os senhores foram governo, mas não são. Os açorianos hoje em dia são exigentes, esclarecidos e determinados.

(Vozes inaudíveis da bancada do PSD)

A Oradora: Peço desculpa, Sr. Presidente, mas não consigo falar desta maneira.

Presidente: Srs. Deputados, deixem a Sra. Deputada intervir e depois terão oportunidade de responder.

A Oradora: O senhor insiste em falar nas construções escolares simplesmente porque, em termos de política educativa, este Governo tem política educativa e é esta política educativa que este Governo tem prosseguido que faz com que os senhores só falem da construção escolar.

Felizmente, a educação não é apenas construções escolares e os senhores insistem nisso porque sabem que foi este Governo que fez a Carta Escolar, que foi este Governo que integrou nas escolas alunos com necessidades educativas especiais, que foi este governo que construiu escolas básicas integradas, que é uma coisa que os senhores no vosso tempo nem sonhavam, que é este Governo que criou condições nas escolas para que haja um ambiente aprazível de estudo e não apenas armazéns de alunos como a escola, à qual eu pertenço ao quadro, era na vossa altura.

Portanto, é por saber que este Governo tem política educativa que o senhor só fala em construções escolares.

Felizmente que a política educativa deste Governo não se resume apenas às construções escolares. É por saber isso, é por querer fazer ignorar e esconder

isso perante os açorianos que os senhores insistem apenas em falar de blocos e cimento.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: **Muito obrigada, Srs. Deputada.**

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego *(PS)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:**

A lista de escolas que o PSD fez foi importante para a Região no sentido de levar a escolaridade obrigatória a todos os concelhos dos Açores.

Todavia, o Governo do PSD fez três ou quatro escolas de qualidade nesta Região e esta lista que o Sr. Deputado Joaquim Machado falou, toda ela já foi intervencionada por este Governo, em algumas escolas por duas vezes, como foi o caso da Canto da Maia.

O Sr. Deputado sabe que o projecto que arranjaram para esta Região foi um mau projecto e basta vermos as péssimas escolas, começando por Santa Maria, pelo Nordeste, pela Vila Franca e por todas as ilhas dos Açores.

Relativamente a boas escolas dou como bons exemplos do vosso Governo a das Laranjeiras, a Vitorino Nemésio, na Praia da Vitória e a Cardeal Costa Nunes, na Madalena, que nós acabámos de construir e pagar. Tudo o resto está a ser reconstruído paulatinamente, concelho a concelho, nesta Região.

Presidente: **Obrigado, Sr. Deputado.**

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa *(PS)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:**

Apenas dois ou três esclarecimentos relativamente à intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado.

Primeiro, a escola do Corvo não foi feita pelos senhores. Foi a última escola que o senhor disse que tinham começado a fazer, mas não fizeram rigorosamente nada. A única coisa que fez o então Secretário Bento Barcelos foi lançar um

concurso no mês de Setembro para 4 escolas, para as quais não tinha nem projecto, nem muitos dos terrenos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

Deputado Bento Barcelos (PSD): **Tinha terrenos.**

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: **Não tinha e tanto não tinha que fomos nós que os comprámos e pagámos e o senhor sabe disso.**

Foram quatro escolas que os senhores lançaram a concurso e que não tinham nem projecto e em algumas delas nem tinham os terrenos e este Governo é que os pagou. Posso falar do caso concreto da Horta que o senhor pôs a concurso no mês de Setembro e não tinha os terrenos.

Sr. Deputado Joaquim Machado, um exemplo muito concreto dessas escolas todas que o senhor anunciou é a do Nordeste, porque tive o prazer de estar presente na cerimónia do lançamento da primeira perda de ampliação da escola em que o Sr. Presidente da Câmara, do seu partido, disse que agradecia o empenhamento directo e pessoal do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura naquela obra, porque se ia gastar mais dinheiro naquela obra do que ela tinha custado de raiz, exactamente porque ela tinha sido mal feita e tinha deficiências graves de construção que, passados 20 anos, era preciso corrigir.

O mesmo se está a fazer em Santa Maria e o mesmo se fez nas Flores.

O senhor faz essa lista, mas tem que acrescentar a ela o erro grave que foi a sua construção e por isso hoje estamos a gastar o dobro nesses edifícios para que os alunos tenham aquilo que os senhores não lhes quiseram dar.

Quando os senhores pedem transferências de competências, mais transferências de dinheiro, os senhores transferiram competências para as escolas, mas não lhes deram os meios.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: **Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.**

Deputada Cláudia Cardoso *(PS)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Apenas para que conste, vou fazer também uma elencagem das escolas feitas pelo Partido Socialista: EB/JI da Lagoa, EB/JI da Boa Hora, EB/JI da Carreirinha, EB/JI do Pico da Urze, EB/1,2,3 das Furnas, EB/1 da Conceição, Escola Secundária da Lagoa, EB/2,3 da Maia, Escola Básica Integrada do Corvo, Escola Francisco Ornelas da Câmara e outras em construção neste momento.

O Sr. Deputado Joaquim Machado sabe isto tão bem como nós sabemos e poderia dizê-lo aqui, mas não quer. A verdade é que poderíamos esperar algo mais do PSD, mas ele já nos habituou a não saber dar mais do que isto.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: ***Muito bem!***

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: **Não tenho mais inscrições para esclarecimentos e, portanto, está concluído o debate à volta da intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.**

Vamos suspender os nossos trabalhos por 10 minutos.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: **Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.**

(Eram 11 horas e 50 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Deputado José Francisco Fernandes (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:**

“Em 1999 o Plano contemplava uma verba de 80 mil contos para repavimentação da estrada regional Santa Cruz/Lajes. Em 2000 100 mil contos. Para 2001 única e simplesmente nada”.

Estive a citar algumas palavras que desta tribuna disse aquando da discussão do Plano e Orçamento para o ano 2001.

Este é apenas um exemplo da prática política do passado recente que serve apenas e só para justificar a nossa total oposição à forma e ao conteúdo dos Planos anuais e à sua execução no que respeita à Ilha das Flores.

Esta é a verdade! Afinal o que agora é solenemente proclamado como sendo “reprogramação” (leia-se cortes nos investimentos previstos), afinal já existia!

Aliás, sempre existiu porque nasceu e cresceu pela mão dos Governos Socialistas. O exemplo que referi das estradas regionais na Ilha das Flores, demonstra que este Governo Socialista sempre programaram mal, executaram pior e cortaram a “torto e a direito” onde e quando lhes apetecia e as conveniências políticas aconselhavam.

Confirma-se, nos documentos que estamos a apreciar e que o Governo há muito havia assumido a política de total abandono das estradas na Ilha das Flores quando se prevê investir em tão importante sector a simbólica verba de 70 mil euros (cerca de 14 mil contos).

Parece-me que quanto a este assunto estamos conversados!

Que nos reserva então o Plano e Orçamento para o ano 2003?

Na sequência do que acabamos de dizer podemos afirmar que estes documentos nada trazem de novo para a Ilha das Flores.

É, pois, um Plano de continuidade que afastará ainda mais a nossa Ilha, em termos de desenvolvimento, das restantes Ilhas da nossa Região.

De uma “pancada” só cortam-nos cerca de um milhão e duzentos mil euros do que estava previsto no Plano a Médio Prazo.

Com esta política continuarão, pois, uma vez mais adiados os graves problemas que afligem os Florentinos.

Já aquando da visita do Governo Regional à Ilha das Flores em Setembro último, alguns desses problemas foram elencados e sumariamente apresentados ao Governo em “Memorando”, pelo Concelho de Ilha.

Na altura, o Partido Social Democrata nas Flores, em Comunicado, teve oportunidade de expressar o seu apoio e concordância com este documento que encerra muitas das nossa preocupações e justas reivindicações dos Florentinos.

No entanto, a tudo isto o Governo faz “ouvidos de mercador”.

Das estradas aos portos passando pela Agricultura, Habitação, Saúde e Educação, as verbas inscritas neste Plano são claramente insuficientes para acudir a tantos problemas que este mesmo Governo tem vindo sucessivamente a adiar.

A propósito de portos e a título de exemplo, o Governo Regional diz em Comunicado no dia 18 de Setembro último que “a realização das obras do porto das Lajes está estimada em 5 milhões de euros” (um milhão de contos). No entanto, inscreve no Plano para 2003 – Programa 13 – infra-estruturas portuárias, uma verba de 500 mil euros (cerca de 100 mil contos).

Esta é a política socialista: anunciar milhões e dar tostões!

Se tivéssemos a infelicidade de termos mais Governos socialistas depois de 2004, e com este ritmo de investimento, as obras do porto das Flores só estariam concluídas daqui por dez anos.

E não ficamos mais tranquilos quando o Sr. Sub-Secretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus, diz na Comissão de Política Geral, aquando das audições sobre o Plano para 2003, que vai candidatar esta obra a Fundos Comunitários! A não ser que o Governo nos diga com clareza duas coisas: quando vai apresentar a candidatura e quais as garantias que tem da sua aprovação e consequente financiamento.

E que dizer das obras de reparação dos pequenos portos da Ilha que de ano para ano são adiadas e que neste Plano simplesmente desaparecem?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Os investimentos previstos para a Agricultura são igualmente escassos. É ver, por exemplo, o caso dos caminhos de penetração cuja verba, com certeza, não chega para tapar buracos.

Na habitação continuamos também a marcar passo. Como se pode dar resposta a tantos pedidos de apoio para a habitação degradada com uma verba prevista de 109 mil euros (cerca de 21 mil contos)?

É manifestamente pouco dinheiro para quem verdadeiramente quer resolver os problemas de habitação na nossa terra.

Na saúde tudo continua na mesma. Os médicos são poucos e os especialistas cada vez menos se deslocam à Ilha das Flores.

Não vislumbramos neste Plano nenhuma medida para inverter esta situação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Os transportes aéreos e marítimos de e para a Ilha das Flores devem merecer de todos nós, e em particular do Governo, especial atenção.

Esperamos que se revejam procedimentos e horários nomeadamente dotando a ilha das Flores com voos da SATA todos os dias da semana. Deixamos também aqui a sugestão para que os horários dos transportes marítimos de passageiros, durante o Verão, sejam revistos de forma a que a Ilha das Flores possa beneficiar de uma maior frequência destas viagens.

Para terminar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero lembrar a esta Câmara que o Plano e Orçamento para 2003, com um total de verbas previstas no montante de três milhões e trezentos mil euros (cerca de 660 mil contos), representa um dos mais baixos índices de investimento público dos últimos anos na Ilha das Flores.

Pelas razões apontadas e muitas outras que, por falta de tempo não posso aqui deixar, quero reafirmar que este Plano não serve os interesses e as legítimas expectativas dos Florentinos.

Ficamos com a ideia de que este Governo Socialista está farto de nós, já que este documento revela falta de ideias, ausência de medidas e sobretudo ânimo e vontade política para resolver os graves problemas que a Ilha das Flores continua a enfrentar.

Resta, pois, aos Florentinos começar a preparar o futuro e com ele a esperança de novo Governo.

E o futuro político dos Açores não se constrói colocando “remendo novo em pano velho”.

O Partido Social Democrata, com a liderança do Dr. Victor Cruz é a garantia da mudança que democraticamente os Florentinos e os Açorianos em geral esperam e desejam e na altura própria darão o seu contributo.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: **Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.**

Deputado Manuel Herberto Rosa *(PS)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:**

Muito rapidamente para deixar apenas nota de duas questões.

Obviamente ouvi com a atenção que me deveria merecer a intervenção do Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Relativamente à parte final e à “profissão de fé” que faz do seu líder, está no seu pleno direito e obviamente que não vou fazer qualquer comentário.

Apenas quero dar dois esclarecimentos objectivos.

O primeiro é relativamente à rede viária e quero dizer-lhe que partilho das suas preocupações. Não subscrevo o seu pessimismo e até final do debate V. Exa. irá perceber porquê e nessa altura provavelmente estará mais optimista relativamente a esta matéria.

Relativamente à questão que tem a ver com aquilo que referiu sobre a obra do porto, devo dizer-lhe que, como sabe, aquilo que está inscrito no Plano é a verba a transferir para a Junta Autónoma para que a Junta Autónoma depois candidate essa obra ao PRODESA no sentido de que ela possa ser realizada. Essa verba é apenas 15% do total previsto da obra.

O mesmo acontece, aliás, relativamente às obras dos portos de pescas, que são levadas a efeito pela LOTAÇOR e também relativamente à obra, e podia ter referido esse facto, prevista de ampliação da aerogare, a verba que lá está não corresponde àquela que vai ser investida e que já foi anunciada.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A análise dos documentos referentes ao Planeamento Regional sempre mereceram destaque na sociedade açoriana, na medida que eles deveriam ser documentos indiciadores da evolução económica e social da Região; por vezes esses documentos foram merecedores de atenção cuidada por parte dos agentes económicos e eram uma base segura de trabalho para a administração pública regional. Mas, à medida que esses documentos, depois de aprovados não são executados ou são mal executados, perdem a sua credibilidade e tornam-se tão somente documentos que em qualquer altura serão alterados, o que prova que não foram cuidadosamente elaborados, ou ainda, os proponentes não foram capazes, nem tiveram o discernimento suficiente, de antever a médio prazo a evolução social e económica da sociedade. E, assim, aprovado um Plano de Médio Prazo em Abril de 2001, passado ano e meio, estamos a analisar uma alteração profunda ao documento então aprovado, e não se venha dizer que isto tem a ver com as mudanças políticas a nível Nacional; isto tem a ver, fundamentalmente, com a incapacidade deste governo em executar o programado e ainda no facto do Governo Regional, ter feito, opções diferentes daquelas que tinha há um ano e meio, opções essas que fundamentalmente sacrificam o desenvolvimento de muitas Ilhas. Mas vamos analisar esta opção do Governo Regional relativamente à Ilha das Flores.

Um plano de desenvolvimento deveria espelhar com clareza uma evolução equilibrada relativa a todas as Ilhas. No Plano de 2003, nas verbas desagregadas, a Ilha das Flores fica contemplada com 1% das verbas atribuídas ao Plano, e desses 1%, correspondentes a pouco mais de dois milhões de euros, 50% estão comprometidos com dois Programas. Um, infraestruturas portuárias, destina-se ao

início da recuperação do porto, obra que é consequência duma catástrofe que se abateu sobre a Ilha, que pôs e põe em risco o porto acostável, cuja recuperação já se deveria ter iniciado, e cuja verba atribuída duvidamos que seja suficiente para a recuperação que o Porto das Flores necessita; o outro, o Programa 10, sistema de incentivos, ao qual se atribui 650.000 euros para as Flores e desde já, duvidamos que no final de 2003 o Governo Regional tenha executado materialmente aquela verba na Ilha.

Também duvidamos seriamente que os 456.528 euros consignados para as Flores no Programa da actividade científica e tecnológica tenha execução material nas Flores em 2003.

Mas, dizendo de outro modo, da totalidade da escassa verba atribuída às Flores, os Incentivos com 27,8% e a Ciência e Tecnologia com 19,5%, terão em conjunto 47,3%, ou seja, quase metade da verba atribuída no Plano para aquela Ilha. Repetimos, duvidamos que estas verbas sejam executadas integralmente na Ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2003 continua a ser desacreditado quando não contempla verbas para acções necessárias e fundamentais para o desenvolvimento da Ilha e com as quais o Governo Regional tinha-se comprometido perante esta Assembleia e perante os florentinos.

Em vários documentos e por diversas vezes o Governo Regional comprometeu-se com a recuperação das Estradas Regionais das Flores, e mesmo no PMP 2001 – 2004 inscreveu a “correção e reabilitação da Estrada Regional de Santa Cruz à Ribeira da Cruz”; se o Plano para o corrente ano se estivesse a cumprir poder-se-ia já ter executado 249.399 euros, mas nada se executou; no PMP 2001 – 2004 estavam previstos 1.496.394 euros para o ano de 2003 e a mesma importância para 2004. Com as propostas que estamos a analisar o Governo Regional pura e simplesmente desistiu da correção e reabilitação da estrada e em 2003 apenas estão previstos 70.000 euros para as estradas regionais das Flores, o que é muitíssimo pouco, é mesmo uma verba insignificante.

Valerá a pena lembrar que as estradas regionais das Flores encontram-se em péssimas condições, em condições tão más como não se encontravam há muitos

anos, tornando a circulação viária cada vez mais difícil, estradas essas completamente ao abandono e, com os planos em análise, não haverá qualquer esperança dos florentinos terem estradas regionais em condições minimamente aceitáveis e nos próximos 2 anos.

No Plano para 2002 o Governo Regional contemplava o “estudo e projecto e lançamento da empreitada da Aerogare das Flores”; estudos o Governo Regional já fez e já apresentou dois, sobre o lançamento da empreitada nada nos consta e em vez dos 149.639 euros previstos no Plano 2001 — 2004, para 2003 o Governo Regional apenas orçamenta 75.000, ou seja, a aerogare a este ritmo levará muito tempo, digamos muitos anos, antes da sua remodelação, há muito prometida, mas que continua e continuará promessa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quando se analisou o PMP 2001 — 2004 o Governo Regional comprometeu-se apoiar a Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores no sentido da construção do lar de idosos, a concluir em 2004. Mas, com a mesma facilidade com que assumiu esse compromisso, o Governo Regional agora faz tábua rasa do compromisso e pura e simplesmente desistiu da construção da Casa de Repouso nas Lajes das Flores.

E, agora, também desaparece o edifício para a Creche e Jardim de Infância da Casa do Povo das Lajes das Flores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional em visitas estatutárias às Flores apresentou os seus projectos de porto de recreio nas Lajes e de edifício polivalente para as instalações do Clube Naval, os quais vão continuar em projecto durante a vigência deste Governo. Também duvidamos que se cumpram muitos outros dos compromissos assumidos no passado, tais como a conclusão da estrada da volta da Ilha de modo a se poder transitar da estrada das Lombas em Ponta Delgada ao Morro Alto, a melhoria dos caminhos agro-silvo-pecuários, a correcção e repavimentação da estrada do topo Norte da pista do aeroporto, melhorias nos diversos portos de pesca (nomeadamente no de Ponta Delgada), a reconstrução do edifício do Posto Meteorológico, a

recuperação e integração no Museu das Flores da Fábrica da Baleia de Santa Cruz, etc.. Assim, nas Flores vamo-nos contentar com a adaptação da Escola Padre Maurício de Freitas ao Ensino Secundário, obra prestes a terminar, e com o início das obras de recuperação do porto, destruído em consequência de intempéries.

Com um nível tão baixo de investimento, mesmo em relação ao todo regional, as Flores está a ver atrasar o seu desenvolvimento.

Para as Flores, este Plano e Orçamento é altamente penalizador. É negativo. Não serve, nem nos dá uma perspectiva de futuro. Por mais dois anos vamos permanecer a aguardar por dias melhores.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Ouvi a sua intervenção e a primeira ideia que me veio à cabeça foi que errar é humano, mas persistir no erro também já é teimosia.

Eu tinha acabado há dois minutos atrás de deixar a nota de que há verbas inscritas no Plano, e V. Exa. sabe disso, que são a componente regional de determinados financiamentos e olhando para os mapas de financiamento que estão no final do Plano, percebe-se que há projectos e acções que serão realizados por outras entidades, nomeadamente empresas de capitais públicos ou serviços autónomos e não directamente pela Administração Regional.

Isto é verdade, nomeadamente para aquilo que referiu em relação à aerogare e também é verdade, mais uma vez o friso, relativamente à reabilitação e recuperação do porto das Lajes.

Relativamente a uma outra questão que também já ontem foi aqui afluída pelo seu líder de bancada e que V. Exa. voltou a insistir nela, mas é verdade, Sr. Deputado, que se diga que o que é fundamental e o que é a política deste Governo, e merece o nosso acolhimento e a nossa concordância, é dar resposta às efectivas necessidades das populações e foi isso que, no caso concreto dos idosos das Lajes das Flores, este Governo fez.

Obra física só deverá ser feita, porque os recursos são poucos e as necessidades são muitas, quando realmente não há outra hipótese.

Nas Lajes das Flores, e diga-se em parceria quer com a Santa Casa da Misericórdia local, quer com a Câmara Municipal daquele Concelho, foi possível encontrar uma solução que passou pela adaptação de imóveis existentes, que está já implementada e que vai dar resposta às necessidades actuais, perante o recenseamento feito dos idosos do Concelho das Lajes das Flores.

Não há necessidade de se construir só pelo gosto de se ver crescer ferro e cimento.

A resposta é dada em função das pessoas e para as pessoas e esta resposta – V. Exa. há-de convir e há-de fazer essa justiça ao Governo Regional – está efectivamente a ser dada.

O parecer do Conselho de Ilha relativamente aos documentos que estamos a analisar, embora diga que considera positivas as dotações atribuídas a esta ilha, nomeadamente a recuperação do porto das Flores, percebeu como é que é o esquema de financiamento destas obras.

No entanto, esse mesmo Conselho também diz que não pode deixar de pugnar pela urgência que deve presidir ao arranque efectivo da reabilitação da rede viária da responsabilidade do Governo Regional.

É óbvio que compete a esta Assembleia aprovar o Plano e o Orçamento do Governo Regional.

O Governo Regional fez uma proposta certamente com os conditionalismos e os constrangimentos que todos nós conhecemos e que já foram por demais debatidos e por demais escalpelizados.

Os documentos têm timings de elaboração e este parecer é datado de 19 de Setembro de 2002.

Agora, volto a frisar que os documentos são aprovados nesta Casa e o que lhe posso garantir é que a posição que o Conselho de Ilha assumiu neste matéria é uma posição com fundamento, é uma posição que tem razão de ser e que da

nossa parte merece concordância e que, por isso mesmo, estamos em conformidade.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse, pois já ultrapassou largamente o seu tempo.

O Orador: Já terminei, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Herberto Rosa veio em defesa daquilo que, em nosso entender, cada vez é menos defensável, ou seja, veio dizer-nos que, apesar de tudo, este novo sistema de financiamento das Flores é aceitável.

Aliás, o Sr. Deputado Herberto Rosa faz-nos lembrar outros políticos das Flores que também por aqui passaram que, quando o seu governo abandonava a ilha, faziam aqui muita força nessa defesa até chegarem à conclusão de que tinham errado. No passado isso também aconteceu e aguardo que no presente isso também venha a acontecer.

Em relação à ilha das Flores, Sr. Deputado, este Plano será um dos piores, senão o pior de há muitos anos e só comparável com um, já lá vão quase uma dúzia de anos.

Sr. Deputado, o senhor diz que o problema que se põe em relação à aerogare e em relação ao porto é precisamente de financiamento. No entanto, em 2001 quando se aprovou o anterior PMP o financiamento era exactamente igual àquele que é neste momento e nessa altura era necessário o dobro da verba para executar a aerogare, mesmo atendendo ao financiamento que já na altura era igual.

Ora, é evidente que se se diminuiu uma verba que era necessária há dois anos para a mesma obra, essa obra vai andar mais devagar e a vida vai-nos confirmar isso.

Em relação ao problema das estradas, Sr. Deputado, se o Governo Regional estivesse a executar o Plano tinha obrigação de executar o que aqui foi

aprovado, neste momento a obra estaria a avançar. O Plano deste ano fala no avanço da obra e ela não avançou.

Portanto, a reabilitação da estrada Santa Cruz/Ribeira da Cruz é assunto encerrado, pelo menos no que diz respeito a 2002 e nos documentos que estão em apreciação.

Neste momento, a obra já devia estar a avançar, o projecto já deveria ter sido feito há um ano e não há obra feita e a estrada está como todos nós sabemos.

Em relação à casa de repouso para a terceira idade nas Lajes das Flores, Sr. Deputado, o Governo não deu a resposta necessária, o Governo pôs nas mãos da Santa Casa da Misericórdia das Lajes a única saída que lhe deu, que foi adaptar duas casas da Rádio Naval para receber idosos que, para além de haver poucas condições, para além de não receber os idosos que é necessário, é apenas forçar uma entidade de solidariedade social a receber aquilo que lhe querem dar, aquilo que é possível, porque se não aceitasse não teria nada.

Foi por isso que a Câmara Municipal das Lajes e a Santa Casa da Misericórdia contentaram-se, repito, contentaram-se em utilizar a partir do mês que vem duas habitações para transformá-las em local onde irão estar alguns idosos.

Não é suficiente. É uma má solução e é uma solução que não contenta nem os idosos nem a Santa Casa da Misericórdia, nem a Câmara Municipal das Lajes das Flores. É uma situação imposta pelo Governo Regional. É uma má solução. A única solução aceitável é, de facto, uma casa de repouso nas devidas condições.

O Governo Regional, apesar do compromisso assumido, fez tábua rasa desse compromisso, como disse na minha intervenção, e optou por uma má solução, má solução esta que tanto a Câmara Municipal como a Santa Casa da Misericórdia das Lajes têm esperança de que melhores dias possam vir e que, efectivamente, venham a ter a sua casa de repouso nas devidas condições.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para esclarecimentos.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma explicação rápida e clara sobre dois aspectos importantes.

Relativamente à aerogare das Flores, o projecto aponta para um valor de 250 mil contos e o que é necessário é passar para a SATA 36 mil contos. Com as verbas que existem no Plano e com as que existiam antes, é suficiente para fazer a obra.

No próximo ano vai ser lançado o concurso e o senhor vai ver a obra efectivar-se.

Em relação ao porto das Flores, pensa-se que o projecto andarà à volta dos 900 a 1 milhão de contos. Nós temos inscritos 100 mil contos, ou seja, 500 mil euros, o que corresponde a um investimento de 660 mil contos, o que é praticamente suficiente. Se for preciso a própria Junta Autónoma entrará com a parte restante, ou seja, com cerca 300 mil contos o que corresponderá a uma verba de pouco mais de 45 mil contos para a Junta Autónoma.

Portanto, estas duas obras estão seguras e não há qualquer problema de deficiência no financiamento.

Estas obras vão ser levadas por diante o que significa que há participação da Junta Autónoma no caso concreto do Porto das Lajes das Flores, se as verbas não forem suficientes.

No caso da aerogare as verbas já foram todas passadas para a SATA, apenas aguardando que seja aprovada a resolução no Conselho do Governo para abrir o concurso.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar clara a minha divergência em termos de metodologias de intervenção.

Enquanto que o Sr. Deputado Paulo Valadão considera negativa a adaptação de duas residências para prestação de apoio a idosos inseridos na comunidade em unidades pequenas que permitam uma humanização dos serviços, nós consideramos positivo.

Diria mesmo que seria muito melhor, se fosse possível, reduzir ainda mais as unidades grandes em benefício de construção de unidades ou de criação de unidades semelhantes.

Deputado Manuel Campos *(PS)*: **Muito bem!**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.**

Deputado Herberto Rosa *(PS)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:**

Fique V. Exa. tranquilo, que eu, da minha parte, estou.

Estou tranquilo, porque este Governo tem obra feita nas Flores, está a fazer obra e tem projectada, em curso e para realizar no próximo futuro obra importante nas Flores.

É evidente que houve deslizamentos de algumas iniciativas.

“Sol na eira e chuva no nabal” era o que nós gostaríamos todos de ter, mas, infelizmente, o pragmatismo leva a que assim não seja.

No entanto, se é verdade que há deslizamento de algumas obras, também não é menos verdade que os objectivos consagrados, quer em termos de compromissos eleitorais, – não gosto da palavra “promessas” que tem outra conotação – quer em termos daquilo que foi traduzido no PMP, esses compromissos mantêm-se.

Quero aqui reiterar, porque V. Exa. insinuou que não seria assim, que não há absolutamente nenhuma obra, nenhum compromisso, nenhuma iniciativa que o PS tenha proposto para a ilha das Flores que tenha sido descartado. Pode ter havido uma definição temporal diferente, mas o objectivo é continuar a criar na ilha das Flores melhores condições de vida, melhores condições de progresso e bem estar social. Reitero que se mantêm e que estarei na primeira linha, pode ter a certeza, da luta para que assim seja.

Muito obrigado.

Presidente: **Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.**

Deputado Paulo Valadão *(PCP)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:**

Vou ser muito rápido, porque o tempo assim me obriga.

Esta é a minha última intervenção sobre esta matéria.

Sr. Deputado Herberto Rosa, em relação à casa de repouso, estradas regionais, estrada da volta da ilha, estradas agro-silvo-pecuárias, etc., etc., são tudo compromissos assumidos e noutra altura, em mais pormenor, hei-de trazer novamente esta matéria cá. Estas obras foram ao ar e não será este Governo que as fará, apesar das promessas feitas. Sobre esta matéria estamos conversados.

Em relação à casa de repouso, Sra. Deputada, a adaptação de duas pequenas residências para casa de repouso é uma péssima solução, é uma solução que tenho a certeza que será provisória, porque os florentinos vão exigir a sua casa de repouso nas Lajes.

Em relação ao Sr. Secretário Regional, todos nós sabemos os compromissos que V. Exa. também assumiu em relação ao porto de recreio das Lajes, em relação ao polivalente para o Clube Naval.

Relativamente àquilo que a Junta Autónoma poderá desenvolver, e que V. Exa. refere, sabemos que isso não foi nem vai ser executado.

Esperemos que, e há que ter fé, efectivamente a aerogare e o porto sejam executados. Eu quero continuar a acreditar, embora me custe muito, mas duvido que isso seja exactamente igual à iluminação que o senhor contratualizou com a ANA, que está lá implementada, mas que ainda não está devidamente certificada.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para prestar esclarecimentos sobre metodologias de intervenção no apoio aos idosos e para reafirmar que espero bem que esta não seja uma solução transitória.

Espero bem que se deixe de uma vez por todas de construir armazéns para idosos e que se consiga fornecer aos idosos condições de vida com dignidade, ...

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Não queremos um lar, mas uma casa que dignifique os idosos e onde eles possam viver bem!

A Oradora: ... com humanização de serviços, inserida na comunidade, unidades que sejam o mais semelhante possível às outras casas que existam na mesma rua.

Caso as duas casas que estão agora a ser remodeladas para a prestação deste serviço não sejam suficientes para a quantidade de idosos que precisam desse apoio, espero bem que se siga o mesmo exemplo, que se remodelem outras unidades semelhantes na mesma filosofia de intervenção.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para esclarecimentos.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Vou ser muito breve.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu uso da palavra para pedir um esclarecimento sobre esta matéria, porque estamos aqui a falar de um assunto que é muito sério.

A Sra. Deputada veio colocar um problema de metodologia de intervenção em relação ao apoio a idosos. Muito bem, tem todo o direito de o fazer, mas penso que não tem razão, porque aquelas residências da Rádio Naval não têm condições, etc., mas não é aí que eu quero entrar.

Agora, a Sra. Deputada com a sua intervenção está a pôr em causa o acordo e as razões desse acordo que o Governo Regional estabeleceu com o Grupo Parlamentar do PCP em 2001. Ele não vai ser cumprido, nós sabemos, mas o Governo Regional não disse que não se fazia, porque não era a solução metodológica que a Direcção Regional ou fosse quem fosse queria. O Governo Regional entendeu que era necessário. Não era nenhum armazém que o Governo Regional decidiu, nem era isso que nós pretendíamos. O que foi decidido e acordado era uma casa de repouso, dimensionada às necessidades urgentes e prementes daquele Concelho.

Agora vir, passados estes anos, dizer que é uma questão de metodologia, é a mesma coisa que desautorizar o Sr. Presidente do Governo que negociou com este Grupo Parlamentar esta solução e isso eu não aceito.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: **Para mais esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.**

Deputada Nélia Amaral (PS): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Espero que seja um último esclarecimento.

A mim parece-me que o objectivo em causa é o apoio prestado aos idosos e não o tipo de construção em que este apoio é prestado.

Gostaria de discutir as condições em que os idosos vivem, gostaria de discutir os apoios que os idosos recebem e a que têm direito.

Não gostaria de nesta Casa estar a discutir se o apoio é prestado numa unidade que se chama lar de repouso para idosos ou numa residência. Isso parece-me não ser o fundamental.

Mais ainda: parece-me que a estrutura de residência garante, como já disse anteriormente, uma maior humanização, uma maior proximidade, uma relação mais benéfica entre os próprios residentes.

Muito obrigado.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: **Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.**

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

As propostas inscritas no Plano para 2003 e PMP relativas à SRHE adequam-se às decisões do Governo de continuar a investir sustentadamente nos sectores da habitação, obras públicas, equipamentos e protecção civil. Trata-se de investir de acordo com os recursos disponíveis, continuando a promover o investimento público na área da construção civil, assumindo-a como factor decisivo no equilíbrio

das empresas, bem como na regulação do mercado de emprego, isto é, na economia regional.

O sector da construção civil sofreu nos últimos seis anos um crescimento sem paralelo na história da autonomia. Bastaria recorrer a alguns indicadores quantitativos oficiais como o consumo de cimento, o nº de fogos licenciados ou o volume do crédito à habitação para verificar esta expansão acelerada desde 1997.

Produção e importação de cimento:

1996 – 185.000Tn;

2001– 341.000Tn e neste ano até Setembro 282.000Tn, ou seja, mais de 12% do que no período homólogo do ano transacto.

Também no número de fogos licenciados este crescimento se verificou:

Em 1996, 904 foram licenciados e de Janeiro a Setembro de 2002 já foram licenciados 1568, ou seja, mais 26,3% do que no período homólogo do ano transacto.

Também no volume do crédito à habitação o crescimento foi ímpar:

Em 1997 – 241 milhões de euros;

Em Junho de 2002- 934 milhões de euros, ou seja, 8% de crescimento em relação ao mesmo período do ano passado, apesar de já se notar um abrandamento notório relativo e motivado pelo corte do crédito bonificado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Pensamos que em relação a este último indicador, o corte de crédito bonificado para aquisição de casa própria decidido pelo Governo da República, foi uma medida injusta, tecnicamente errada e já está e vai afectar muitas famílias de menores recursos. No país, só em 2001, cerca de 70 mil famílias de baixos recursos adquiriram casa recorrendo a este instrumento. Só de per si, a questão social é já importante, todavia os impactos negativos desta medida vão muito mais longe. Por um lado, o Governo da República não poupou um único euro em 2002 com esta medida e poupará muito pouco nos próximos anos. Doutro

modo, pode provocar constrangimentos na construção civil e levar a uma diminuição da receita fiscal proveniente deste sector, cujo valor ao que tudo indica vai ser superior à poupança conseguida em 2002, 2003 e 2004. Quer dizer, hoje sabe-se que a variação da procura de habitação depende sobretudo da taxa de juro real do crédito à habitação.

Foi por isso uma medida injusta e tecnicamente ineficaz, também para os Açores, quer pelas necessidades habitacionais que ainda se fazem sentir na Região, quer pela antiguidade do nosso parque habitacional, quer ainda pelo potencial de crescimento efectivo da nossa população que se fará sentir pelo menos até 2020, designadamente em treze concelhos dos Açores.

Pela nossa parte, continuaremos a contrariar os indicadores de antiguidade do nosso parque habitacional através do investimento directo que, ao longo dos últimos seis anos, já permitiu o apoio a 593 casos de auto-construção, 281 fogos em regime de custos controlados, 81 casas no regime cooperativo e 2409 casos resolvidos no âmbito da habitação degradada. É também o Governo Regional que apoia as autarquias de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca, Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Santa Cruz da Graciosa, no realojamento de 1142 famílias. Este investimento regional é de 35 837.541.52 Euros cabendo ao INH 27,2 milhões de euros e ao Governo regional a parte que já foi referida. Como se sabe, em Angra do Heroísmo e Santa Cruz da Graciosa estamos a resolver e a pagar, ainda, centenas de casos dos sismo de 1980.

Deputado Mark Marques (PSD): É preciso ter descaramento.

O Orador: Nesta legislatura, continuaremos a incrementar a construção de habitação a custos controlados, novos loteamentos em zonas da periferia urbana, apoio à promoção cooperativa e auto-construção e incidiremos nos processos de reabilitação porquanto a requalificação do nosso parque habitacional e a integração na malha urbana existente são desafios que permanecem sempre actuais perante a antiguidade das habitações da Região. O Governo vai continuar, portanto, a garantir o acesso à habitação das famílias mais vulneráveis, mediante e diversificação dos promotores, dos modos de promoção e das tipologias adoptadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As dificuldades impostas pelo Governo da República ao ritmo que a reconstrução estava a ter, já se traduziram na paragem de 170 obras e pelas dificuldades que se farão sentir no próximo ano. À data de hoje, estavam concluídos 1392 casos, 629 estavam em curso e faltavam iniciar 780 obras, dos 2801 casos da responsabilidade directa do Governo Regional. Dos 378 casos incluídos no II ao IV escalão estão concluídas 115 intervenções e estão em curso 32 obras, no âmbito das administrações directas.

Na dependência da SRHE, o montante total de investimento já realizado cifra-se em 105,6 milhões de euros, correspondendo 16 milhões de euros ao realojamento provisório, 14,6 milhões de euros a obras públicas e 75 milhões de euros à reconstrução habitacional, ou seja, 73% de casos já apoiados. O facto de ter faltado financiamento numa fase em que as empreitadas estavam no seu pico, como toda a gente notava no decurso do 1º semestre de 2002, veio introduzir um factor pernicioso de desestabilização e desmobilização de algumas empresas e trabalhadores. Ninguém entende como se apoia o atraso da conclusão deste processo porque isso tem custos sociais e financeiros que seriam evitáveis. Será que a anterior tautologia dos atrasos agora já não têm interesse? Será que faz sentido pagar às empresas para elas estarem paradas? Não foi preciso esse caminho até este ano. A sociedade açoriana e os sinistrados já estão a ajuizar.

De qualquer modo, é bom que se entenda, o Governo Regional continua a não se poupar a esforços para arranjar soluções políticas e financeiras, a diferentes níveis para que se consiga ainda concluir este processo nos prazos contratuais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apesar de na Região, o sector da construção civil permanecer com uma procura positiva, que se tem vindo a manter nos últimos seis anos, é preciso continuar a promover o investimento público e privado, porquanto, como já se disse, este sector tem um importante peso na Economia Regional quer sob o ponto de vista do

emprego que gera (cerca de 15000 postos de trabalho em 2001) quer na sua contribuição para o VAB (10%) do conjunto da economia da R.A.A.A..

A procura do sector que ronda actualmente os 300 milhões de euros, é significativamente influenciada pelo sector público (cerca de 53% de forma directa). Para os próximos anos, prevê-se que o investimento público com impacto no sector da construção continue a crescer, quer pela necessidade de investimentos em infra-estruturas e em edifícios, quer ainda para a repor as condições normais resultantes das calamidades ocorridas na Região Autónoma dos Açores, com especial menção no presente, para a reconstrução do parque habitacional do Pico e do Faial.

As perspectivas de investimento anual com impacto no sector das construção civil no período de vigência do PRODESA apontam para valores na ordem dos 300 milhões de euros (60 milhões de contos).

Existirá assim um período, que se espera, tranquilo para as empresas e empresários do sector, onde estas deverão adequar-se e adaptar-se às novas realidades, às oportunidades e desafios que este sector apresenta, tendo em vista garantir a sua sustentabilidade, após a conclusão do III Quadro Comunitário de Apoio.

Existem nos Açores cerca de 150 empresas do sector da construção civil (2/3 das quais na ilha de S. Miguel), onde a sua quase totalidade são pequenas empresas.

Muitas das empresas do sector ainda apresentam deficiências ao nível da organização e dos recursos humanos, níveis muito baixos de especialização, pouco apetrechados para sistemas de garantia de qualidade, com pouca sensibilização para as áreas de higiene e segurança no trabalho. A entrada em vigor, a partir de Dezembro de 2002, de novas exigências em matérias de licenças e alvarás constitui outro desafio para todos quantos se preocupam com estes sector.

Temos pela frente novas oportunidades, desafios e também algumas ameaças. Aumentar a qualidade global na feira da construção, promover as parcerias estratégicas, que hoje já são uma realidade nos Açores, melhorar permanentemente a prevenção e segurança no trabalho, são factores decisivos para reduzirmos o “gap competitivo” com a concorrência externa. A outro nível estamos a analisar com as entidades representativas do sector que

integram o Conselho Regional de Obras Públicas, questões como o estabelecimento de um índice de preços regional.

Mas, todos estes princípios, objectivos, estratégias e medidas só fazem sentido com a colaboração activa dos agentes deste ramo, esperando-se que as nossas empresas se preparem cada vez melhor para o tempo de exigência e do rigor que estamos a promover. A saúde económica deste sector passa também pela manutenção do clima de confiança que temos trilhado e, por isso, prestam um mau serviço à Região aqueles que procuram ultimamente importar cenários de crises irrealistas e desproporcionais às dificuldades reais que uma Região como a nossa sempre terá. Pela parte do Governo Regional estamos certos que ninguém passará pelas dificuldades ocorridas de 93 a 96.

Pusemos este sector a funcionar em 1997, aumentando o investimento e gerando um clima positivo, estamos a transformar os Açores com as empresas e assim continuaremos nos próximos anos vencendo constrangimentos conjunturais e defendendo com firmeza a nossa Região contra os seus detractores internos e externos, de hoje e de sempre.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sem dúvida que no quadro da construção das obras públicas regionais a construção e reabilitação das estradas regionais assume um papel preponderante pelo volume de investimento associado e pelo impacto no desenvolvimento regional. A rede viária regional tem uma extensão de 1393 Km, sendo indiscutível a importância das estradas (acessibilidades) no desenvolvimento regional.

A construção e reabilitação de estradas regionais têm contribuído para a melhoria das trocas de energia, informação e materiais, no âmbito dos principais objectivos gerais das redes de comunicação. Nos Açores, a insularidade dentro de cada ilha (intra-insularidade), também se combate aproximando as populações através do encurtamento das distâncias e do tempo a percorrer entre freguesias e concelhos.

Mas, as nossas vias de circulação terrestre são também um importante cartão de visita para turistas e fonte de bem-estar, segurança e lazer para residentes, pelo

cuidado de embelezamento e conservação que desde há muitos dezenas de anos se verifica nas estradas açorianas.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Por isso é que falta o impacto ambiental às Furnas.

O Orador: Desde 1997, que o investimento em construção e reabilitação de estradas regionais não tem paralelo na história dos Açores, do que tem resultado uma modernização das nossas infra-estruturas rodoviárias.

De 1990 a 1996 sofreram intervenções cerca de 100 Km de Estradas Regionais, num investimento total de 96,5 milhões de euros (19,3 milhões de contos). De 1997 a 2002 foram construídas e reabilitadas estradas regionais numa extensão aproximada de 300 Km, num investimento que rondou os 160 milhões de euros (32 milhões de contos).

Neste quadro, inscrevem-se novas oportunidades que se colocam com a opção do Governo Regional, para o estabelecimento de novas metodologias de investimento sob a forma do Project Finance, cujo impacto será notório pelo volume de investimento e obra associada no regime SCUT. Como se sabe, nesta fase e após ter sido lançado o concurso para a concessão de importantes obras públicas no domínio das estradas regionais, estamos convictos que as propostas, que começaram a ser abertas no passado dia 4 de Novembro de 2002, correspondem a mais uma etapa de que resultará uma verdadeira revolução rodoviária, como não se sentia desde o final do século XIX, ganhando-se tempo perdido e antecipando-se desta forma o futuro.

Em suma, malgrado a extensão da nossa rede viária regional, o fraco número de km intervencionados com asfalto betuminoso até 1997, em matéria de estradas regionais, pelos investimentos realizados, e, sobretudo pelos investimentos em curso e por aqueles que estão projectados, teremos uma rede de comunicações terrestres de âmbito regional que atingirá em 2004 um patamar incomparavelmente mais elevado de segurança, durabilidade e modernidade, contribuindo para o desenvolvimento de cada ilha ao aproximar pessoas, e, ao facilitar trocas de bens e materiais.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isto é um oásis!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nestes últimos seis anos o SRPCBA sofreu profundas transformações traduzidas na sua reestruturação interna, no seu apetrechamento com meios modernos e eficazes de comunicações de emergência, com o apoio permanente e em montantes elevados às Associações Humanitárias de Bombeiros (por ex: com a aquisição de 67 viaturas), com o fomento dos Planos e Serviços Municipais de Emergência Civil praticamente inexistentes em 1997, e com uma nova política de formação a agentes e beneficiários da protecção civil. Esta política foi materializada num investimento médio anual de cerca de 4 milhões de euros contra os 1,2 milhões de euros anuais de 1980 até 1997. Elegemos nesta legislatura a formação e qualificação dos recursos como objectivo fundamental da consolidação e actualização contínua deste serviço. A par deste objectivo mantemos o aprofundamento da assessoria técnica com a Universidade dos Açores.

Assim, desde 2001, na área da Formação este Serviço promoveu Cursos de Formação Pedagógica de Formadores destinado a Médicos, Enfermeiros e formadores deste Serviço que agora integram uma bolsa de formadores da Região reduzindo-se a dependência das disponibilidades nacionais; ou o Curso Formação em Telecomunicações para os operadores da nova rede sediados no SRPCBA.

Na Formação a Bombeiros podemos enumerar muita coisa feita: 16 cursos de Socorrismo para Tripulantes de Ambulância Transporte (TAT) que abrangeu 220 tripulantes em toda a RAA; cursos recertificação Tripulantes Ambulância Socorro (TAS) para 50 tripulantes.

O SRPCBA apoiou também na totalidade a deslocação ao Curso de Luta Avançada contra incêndios para Comandantes e 2ºs Comandantes realizado na Espanha, só para citar alguns exemplos importantes.

Também na área da sensibilização o trabalho foi exaustivo. O SRPCBA executou os projectos “Crianças em Segurança que abrangeu 3675 crianças dos concelhos de Nordeste, Angra, Horta e S. Roque do Pico.

Foram realizados novos cursos de “Protecção Civil e Segurança Contra Incêndios” destinados aos técnicos das Câmaras Municipais e Delegados de Protecção Civil de todos os concelhos da Região.

Dezenas de Cursos Básicos de Protecção Civil e Primeiros Socorros: cursos estes destinados a Docentes; a Auxiliares de Acção Educativa e a funcionários das Casas de Povo e Juntas de Freguesia. Ainda na área da sensibilização foram realizadas acções em diversos Centros de Convívio e Lares de Idosos processo que, nesta primeira fase, estará concluído no final deste ano. Procedeu-se ao lançamento de novas campanhas temáticas sobre sismos, incêndios, erupções vulcânicas e tempestades para além do apoio às escolas, com material e técnicos do SRPCBA.

Na área das infra-estruturas continuou a apoiar-se a construção do Quartel da Madalena do Pico e de vários anexos das Corporações e até ao final desta legislatura iniciar-se-à a construção do novo quartel de Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, bem como se irá adquirir mais 13 viaturas para além das 67 já entregues às corporações, dotando-se e renovando-se o parque auto de todas as Associações Humanitárias de Bombeiros.

Até 2004, será uma realidade o Centro de Formação na Achada-Ilha Terceira, será retomado o projecto “Crescer em Segurança” e em colaboração com o S N PC lançar-se-à um novo projecto denominado “Segurança em Casa e na Família”.

Até ao final deste ano também será aprovado pelo Conselho Superior de Protecção Civil, o Plano de Emergência da Região Autónoma dos Açores elaborado por este Governo em 1999.

A proposta de Plano de 2003 e PMP da SRHE garante o cumprimento do programa do Governo, e dentro dos recursos disponíveis, permite continuar o desenvolvimento sustentado nas áreas da habitação, obras públicas transportes terrestres, equipamentos e protecção civil, promovendo-se como acontece há seis anos a inovação e a transformação dos Açores, indesmentível pelos indicadores sócio-económicos e visível pela atracção de investidores e sobretudo por um novo sentimento de satisfação e confiança dos açorianos, e daqueles que cada vez mais

nos visitam e ou fixam residência na nossa terra, comprovando que desde há 6 anos a nossa Região se tornou num lugar atractivo e com futuro.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: **Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.**

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:**

Muito brevemente para levantar algumas questões a propósito da intervenção do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

No dizer do Sr. Secretário, a Secretaria da Habitação e Equipamentos tem algumas melhorias neste Plano. Todas as outras sofrem cortes.

A Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos encontra-se em contra ciclo relativamente aos restantes departamentos do Governo, mas é também a Secretaria onde se nota mais o desperdício e as situações que, em tempos, no dizer do Sr. Secretário, eram deploráveis. Vou explicar ao Sr. Secretário: entre centenas de exemplos que poderia dar, demonstro apenas que onde se fazem cortes eles têm a ver com um passado de incapacidade de execução dos departamentos e onde se aumenta o investimento e o dinheiro disponível para a sua Secretaria, é onde mais se nota o desperdício e a incapacidade de gerir bem o dinheiro das finanças públicas.

Deputado Joaquim Machado *(PSD)*: *Muito bem!*

O Orador: **Vou dar-lhe um exemplo, aliás, entre muitos outros da mesma estirpe: para uma extensão de 445m numa obra na Graciosa, reclama o Sr. Secretário, no caderno de encargos respectivo, que para fiscalização se ponha à sua disposição um veículo ligeiro de mercadorias a gasóleo, de caixa aberta, tipo Toyota, cabine dupla, direcção assistida, tracção 4x2, caixa de madeira e cilindrada de 2.500 cm³ e de cor amarela. O senhor acha uma boa gestão dos**

dinheiros públicos comprar uma carrinha destas para fiscalizar uma obra de 445m?

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): **Eu acho. A cor é que eu não gosto.**

O Orador: **Este é o exemplo de que onde se acrescenta é onde mais há desperdício das verbas e dos escassos meios financeiros da Região Autónoma dos Açores.**

Isto é ou não deplorável na gestão dos dinheiros públicos. Há tempos o Sr. Secretário declarava este tipo de actos como deploráveis.

Mas há mais, Sr. Secretário Regional:

É razoável que nesta reprogramação do PMP, por exemplo para a envolvente da Ribeira Grande nº 1-1^a-3,2 se preveja no contrato a sua conclusão em 2003, mas depois haja uma verba para pagamento em 2003 e outra em 2004. Das duas uma, ou houve uma derrapagem da execução material ou então há uma derrapagem financeira. Continua a fazer-se hoje o que não se pode pagar.

Não é assim que se governa bem esta Região, não é assim que se governa bem com os escassos meios financeiros que a Região dispõe.

Por isso, o senhor, em relação aos seus colegas do Governo, tem um benefício, ou seja, vê as verbas públicas à sua disposição aumentarem, mas é onde dá um sinal claro do desperdício de todo o Governo, onde mais se gasta sem qualquer utilidade, onde a má gestão dos dinheiros públicos é cada vez mais notória por parte deste Governo Regional.

De qualquer modo, fico a aguardar o seu esclarecimento.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): **O sismo também é um desperdício, não é?!**

Presidente: **Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.**

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Agradeço que o Sr. Deputado Bolieiro tenha trazido um tema recorrente que na última sessão plenária eu não tive oportunidade de o explicar, mas faço-o agora com toda a clareza.

A prática da administração regional de incluir as célebres viaturas e mais coisas que eu já lhe digo daqui a pouco, ...

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Os computadores.

O Orador: Exactamente, e já lhe digo tudo e até as marcas.

... nas empreitadas e nas fiscalizações é uma prática que foi possível da Administração Regional, mas vou-lhe dizer também uma coisa, que se calhar vai ficar espantado, e que é a seguinte: dentro da racionalidade deste sistema é uma prática correcta de gestão de dinheiros públicos e vou dizer-lhe porquê. Porque quando esses materiais e essas viaturas, que podem ser discutíveis do ponto de vista da viatura, não são incluídas e os empreiteiros o que fazem é adquiri-las e incluí-las no preço, mas só com uma pequena diferença: quando acaba a empreitada a posse é deles.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): *Muito bem!*

O Orador: Nesta situação a posse é da Região. Portanto, é já um ganho efectivo indesmentível e indiscutível.

Foi por isso que a Administração Regional adquiriu até 1997 mais de 170 viaturas nesse regime. Foi também por isso que adquiriu esses computadores todos que os senhores falam.

Posso-lhe dar também um exemplo ou até mais se quiser, que é o exemplo da célebre empreitada do Porto da Horta ...

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Ou as obras do Palácio da Conceição, por exemplo.

O Orador: ... – já que falam tantas vezes na diferença dos preços – que foi adjudicado inicialmente por 1,6 milhões de contos e depois teve que ser novamente, por ajuste directo, adjudicado por 2,4 milhões de contos.

O primeiro caderno de encargos falava efectivamente nos computadores, nas viaturas, mas também o segundo caderno de encargos falava numa sala de reuniões com área mínima de 15 m², um gabinete com a área mínima de 10 m², três gabinetes com uma área mínima de 9 m² cada, uma instalação autónoma destinada a ser utilizada pelos mergulhadores, contendo duche, sanitários, com a área mínima de 9 m², uma mesa de reuniões de oito lugares com as cadeiras respectivas, dois estiradores com cadeiras e respectivos candeeiros, quatro secretárias com mesas de apoio para telefone, um arquivo, etc., e três viaturas ligeiras a gasóleo, pelo menos com 1.500 cm³ de cilindrada, para além daquelas que já tinham sido também pedidas na primeira adjudicação.

Vejam lá quanto é falaciosa, e permitam-me que diga só em termos políticos, a mesquinhez política deste tipo de argumentação. Não tem sentido, porque a própria Região nesse tempo ganhou, ao poder adquirir por esta via, meios que ficariam da posse do empreiteiro, se não fossem incluídos no caderno de encargos.

Portanto, acho que não há necessidade de voltar a um tema para o qual os senhores não têm nem podem ter justificação.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Temos!

O Orador: E mais:

Sou eu que vos dou a justificação como um acto de boa gestão.

Muito obrigado.

Deputada Natividade Luz (*PS*): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bolieiro, que tem formação jurídica, gostaria de lhe dizer o que é que entendo por deplorável.

Em 1991 um Governo do PSD adjudicou a uma empresa uma obra por 72.500 contos. Essa obra estava financeiramente também coberta por um apoio comunitário, teve toda a execução financeira, nunca lá esteve uma única máquina e os senhores, por Resolução 72/91, de 16 de Abril, atribuíram uma indemnização de 13.000 contos ao empreiteiro por pagamento de facturas dessa obras que estavam atrasadas, quando, efectivamente, nunca lá esteve uma máquina.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: **E esta, heim!**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro para esclarecimentos.**

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:**

Como se vê o Sr. Secretário Regional não só permanece e insiste na sua prática despesista, como até procura justificar aquilo que é, no seu próprio dizer há uns anos atrás, deplorável e é condenado pelo Tribunal de Contas.

Há mesmo um Acórdão de 99 que não considera legal este tipo de prática e, portanto, o senhor com esta prática não só manifesta essa tendência gastadora, mas também viola as regras legais nesta matéria.

Mais:

Só para lhe lembrar esta obra que eu referi aqui tem um custo global de 16 mil contos e o senhor insiste em ter uma carrinha com aquelas características e com aquele custo para a fiscalização de 445m. Digo isto para que os açorianos fiquem a saber que a sua gestão das obras públicas é gastadora, acabando o preço final no dobro do previsto inicialmente.

Assim, a Administração Regional, de forma inviezada, adquire mais carros, sem assumir, com transparência, o aumento do parque automóvel da Administração Regional. Isto é que é lamentável.

O Sr. Secretário Regional das Finanças também adquiriu por essa via uma viatura para uso do seu gabinete e isso é deplorável.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Não percebeu o que eu disse. A Região está a poupar dinheiro.

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, o que se pede aqui é que, para tão cristalinos exemplos de má gestão, de violação das regras, o senhor corrija o rumo.

O que aqui fica demonstrado é que o senhor não só não quer corrigir o rumo, como, abrigando-se nesses argumentos, persiste nessa técnica. Assim nunca teremos a certeza quanto ao custo das obras públicas.

O outro exemplo que lhe dei, e o senhor não respondeu é o de uma obra que está prevista acabar em 2003 e que tem verbas previstas para 2004.

Depois surpreende-me a intervenção do Sr. Deputado António Gomes, que condena uma situação de 2001 e depois quer safar, atitude idêntica e deplorável deste Governo. Condena aquilo que foi feito há uns anos atrás e agora acha razoável o que o Governo Regional anda a fazer. É inaceitável.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Vou usar da palavra para fazer dois breves pedidos de esclarecimento:

Um tem a ver com a estrada Lajes/Praia da Vitória.

Para além das muitas promessas, anúncios e cartazes a anunciar a obra, há uma intervenção do Sr. Secretário Regional, no Conselho de Ilha da Terceira, a prometer que a obra iniciar-se-ia possivelmente em 2001 e pergunto por que é que no final de 2002 a obra nem sequer foi posta a concurso?

Por outro lado, e no âmbito do debate do PMP em 1997, o Sr. Secretário Regional dizia o seguinte: “o que está em causa na política deste Governo, para a área da habitação, é uma nova cultura de serviço público balizada pela transparência e aplicação criteriosa e ajustada às carências habitacionais desta

Região”. Isto foi dito em 97 e em 9 de Julho de 2001 a sua Secretaria Regional, através da Direcção Regional da Habitação, celebrou um protocolo com a Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, na altura com maioria do Partido Socialista, a contratualizar a execução de duas casas para realojamento.

O certo é que em Setembro de 2002, quando a Junta de Freguesia já era do PSD, foi anunciado pelo Sr. Director Regional que já não era para fazer aquelas duas casas e que fossem ter com a Câmara.

Colocada esta questão ao Sr. Secretário Regional em sede de Comissão, o Sr. Secretário afirmou que possivelmente não havia dinheiro em 2001 e 2002, mas a casa seria feita em 2003 e que os compromissos seriam para assumir.

Depois do Sr. Secretário ter dito que seria para fazer em 2003, o Sr. Director Regional da Habitação já confirmou que não faz.

Portanto, muitas vezes é evidenciado o pouco valor das palavras, mas neste caso é a palavra escrita e protocolo celebrado que teve um efeito quando a Junta de Freguesia era do Partido Socialista e tem outro quando a junta de Freguesia é do PSD.

Gostaria que o Sr. Secretário Regional explicasse isto e evidenciasse se a palavra é para cumprir e, neste caso, se o protocolo celebrado é para cumprir.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, ao contrário do que diz o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, o Governo cumpriu sempre os acórdãos do Tribunal de Contas e quando isso aconteceu começou a ter uma prática diferente.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): São os cadernos de encargos que o dizem.

O Orador: Portanto, não é verdade que se tenha alterado os procedimentos depois do acórdão que recebemos. Aliás, isso foi feito sempre com o acordo do Tribunal de Contas, enquanto vigorou a questão que já vigorava na Região.

Quando o Tribunal de Contas pôs em prática esse acórdão, nós cumprimos integralmente esta questão.

Uma segunda questão:

Em tenho grandes dificuldades em falar da questão da envolvente à Ribeira Grande.

Os senhores sabem que quando saíram do Governo aquela obra estava já lançada e faltava comprar 90% dos terrenos.

Os senhores sabem que nós avançámos e bem com a 1ª fase daquela obra que já terminámos, já pagámos e estamos a avançar para a 2ª fase.

Os senhores também sabem uma coisa que é normal e que é a seguinte: como a obra vai terminar no final de 2003, há facturas que transitam para 2004,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E outras para 2005.

O Orador: ... porque os empreiteiros não têm capacidade de no final do ano, nos autos de medição, apresentarem logo as facturas. É por isso que essa verba está aí.

Portanto, não é má gestão financeira da obra, antes pelo contrário aquela obra está dentro dos prazos e vai acabar no prazo.

A transição de facturação para o ano 2004 é uma operação normalíssima na Administração, em obras que se prolongam até ao final do ano, cuja facturação já cai no ano de 2004.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O contrato diz Agosto de 2003. Não é até final do ano.

O Orador: Casos como este nós temos centenas e centenas que podia ilustrar e que, efectivamente, não correspondem a isso que tentou invocar.

Gostaria também de dizer uma coisa nesta Câmara e que é muito clara: em matéria de habitação se há quem tenha investido bem, é este Governo Regional...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Só podia ser. É uma fonte bastarda!

O Orador: ... e isto porque, tanto em termos de auto-construção, em que os senhores em 20 anos fizeram 1377 fogos, ou seja, uma taxa de 68,8/ano e nós em 6 anos fizemos 533, ou seja, uma taxa de 98,8/ano.

Em custos controlados os senhores fizeram 424 fogos, 21,2/ano e nós fizemos já 281, ou seja, 46,8/ano.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor responda às perguntas que lhe colocaram.

O Orador: Em matéria de habitação degradada, os senhores nem deixaram registos, talvez porque davam sem critérios. Nós temos 2409 casos em apoios a habitação degradada.

Portanto, em matéria de habitação, não só em termos de número de casos resolvidos, como fundamentalmente no investimento directo que nós fazemos e que já ultrapassa os 12 milhões de contos, como no investimento indirecto, através dos protocolos com as câmaras municipais.

Ainda em matéria de habitação gostaria de dizer também que, e nesse pormenor que falou o Sr. Deputado Clélio Meneses, os compromissos do Governo serão obviamente cumpridos. Se houve alguma situação que não está esclarecida ou resolvida, como lhe disse na Comissão, o Secretário da Habitação comprometeu-se efectivamente a resolver esse caso. Essas duas casas são duas entre tantas outras que nós resolvemos nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, as duas últimas intervenções do Sr. Deputado Clélio Meneses e do Sr. Secretário Regional já foram depois da hora regimental, mas tenho ainda mais três Srs. Deputados inscritos. Acho que seria prudente nós fazermos aqui o nosso intervalo para o almoço e retomarmos os nossos trabalhos às 15,00 horas, porque eu estava a tentar acabar este período de esclarecimentos antes do almoço, mas já vi que não é possível.

Pedia a vossa atenção para os tempos disponíveis:

PS – 139 m

PSD – 92 m

PP – 3 m

PCP – 19 m

Governo – 109 m

Boa tarde e bom almoço.

(Eram 13 horas e 10 minutos)

Presidente: **Srs. Deputados estão reabertos os nossos trabalhos.**

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Vamos prosseguir o debate sobre o Plano e o Orçamento, nomeadamente na matéria referente à habitação, equipamentos e protecção civil.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias *(PS)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Só para realçar a diferença entre a bancada do PSD e a bancada do Governo em termos de gestão de dinheiros públicos.

O Governo acha que gastar o dinheiro e ficar com os bens em património da Região, é uma boa gestão. O PSD agora acha que gastar os dinheiros públicos e o empreiteiro ficar com os bens, é uma boa gestão.

A grande diferença é que nós achamos que gerir bem é associar os bens à Região. O PSD acha que gerir bem é gastar o dinheiro, ficando os empreiteiros com os bens.

Deputado Mark Marques *(PSD)*: **Não foi nada disso que ele disse.**

O Orador: **Foi rigorosamente isso que ele disse.**

A outra situação da carrinha e dos métodos utilizados na Ilha Graciosa, a cilindrada daquela viatura teve a ver com as necessidades que existiam na direcção daqueles serviços.

Deputado Joaquim Machado *(PSD)*: **Está relacionado com a dimensão da obra.**

O Orador: **É evidente que se o empreiteiro estivesse disponível para fazer a fiscalização de bicicleta, no contrato existiria uma bicicleta. Agora essa bicicleta depois não iria servir de nada à ilha Graciosa e a carrinha serviria à Região e àquela ilha.**

Presidente: **Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.**

Deputado Nuno Amaral (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há pouco falou-se aqui das SCUTs e tenho estranhado o silêncio de algumas pessoas.

Ainda não percebi a posição do PSD e aproveitando a estadia aqui do líder do PSD, eu e os nordestenses gostaríamos de saber qual é a posição do PSD relativamente às SCUTs? Era só isto que eu queria perguntar.

Deputado João Cunha (*PSD*): Isso é para os seus filhos pagarem.

O Orador: Assumam.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para, e tendo em conta a gestão do tempo que o Grupo Parlamentar do PSD tem de fazer neste debate, esclarecer e refutar uma ou outra afirmação do Sr. Secretário, porque não são rigorosas nem correspondem à verdade.

Uma primeira nota:

A tentativa de justificação quanto à previsão de verbas em 2004 na envolvente à Ribeira Grande, devo dizer, Sr. Secretário, que ao contrário do que o senhor aqui afirmou, na sua proposta de Plano para 2003, está – e vou dar-lhe a página precisa para poder consultar – na pág. 4-30 que diz que a conclusão daquela obra está prevista para Julho/Agosto de 2003 e não no final do ano como o senhor afirmou em resposta ao meu requerimento. Assim sendo, é possível, numa boa gestão, liquidar o pagamento da obra em 2003.

Portanto, como dizia há pouco, há uma derrapagem da execução ou uma derrapagem financeira, que não é assumida aqui no texto nem pela sua declaração, começando por não ser rigoroso nem dizer a verdade absoluta quanto a esta matéria.

Quanto à manifesta exposição que o Plano e o discurso que o Sr. Secretário faz no que diz respeito à má gestão das verbas e, desde logo, a eventual legalidade desta opção de exigir no caderno de encargos determinado fornecimento de viaturas e de equipamento informático para a fiscalização, devo dizer-lhe que

os Acórdãos do Tribunal de Contas dizem claramente que esse tipo de comportamento é ilegal e já está evidenciado e sustentado pelo Tribunal de Contas desde 95, depois em 98 e mais duas vezes em 1999.

Sr. Secretário, a vossa prática, além de ser de má gestão, não corresponde, segundo o parecer do Tribunal de Contas, ao cumprimento da lei.

Mas, Sr. Secretário, pior do que isto tudo é o caricato de algumas situações. Bom era que assumissem, com transparência, o aumento do vosso parque automóvel que já vai, como já foi anunciado, em mais de 2 milhões de contos. Para uma obra no Palácio da Conceição: “adaptação, conservação, substituição da instalação eléctrica, remodelação da rede informática de telecomunicações, instalação de sistemas de detecção automática de incêndios e de intrusão no Palácio da Conceição”, foi incluída no caderno de encargos a exigência do fornecimento de uma viatura ligeira que, entretanto, foi transformada numa viatura de luxo onde se transporta o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Este é um método de gestão rigorosa e criteriosa dos meios financeiros que a Região dispõe?

Deputado Humberto Melo (*PSD*): *Muito bem!*

O Orador: Por um lado, queixam-se dos cortes e, por outro, têm este tipo de gestão danosa nos interesses duma boa gestão dos meios financeiros da Região.

Mas, há mais, Sr. Secretário:

O Plano previa, relativamente à Escola da Maia, a conclusão material em Setembro de 2000 e o fecho financeiro.

Em 2002, não havia, por isso, mais nada previsto. Mas agora para 2003 volta a prever-se uma verba de fecho financeiro desta Escola.

Que desorientação é esta, Srs. Secretários?

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Desorientação! Essa obra vai ser fiscalizada durante cinco anos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*): É experiência governativa, note-se!

O Orador: Deve ser por problemas financeiros de há muito tempo e não sabem como pagar as obras que ainda devem.

Sr. Secretário, são os açorianos que pagam por este tipo de gestão dos dinheiros públicos e por isso não é credível esta desculpa de mau pagador. É um Governo de desculpas e a falta de dinheiro e os cortes não têm a ver com o Governo da República, que até aumentou as transferências para a Região.

Existe claramente a necessidade de fechar o vosso ciclo, para que outros ponham em ordem as contas públicas da Região.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isto é PAOD ou é Período da Ordem do Dia?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para uma breve observação sobre a pergunta que me foi dirigida e que diz respeito às chamadas SCUTs.

Já o Sr. Deputado Decq Mota fez, e muito bem, na sua intervenção, referência a esta temática.

O que é verdade, é que estamos aqui a discutir um Plano e um Orçamento e que não passa por este Parlamento a consideração nem a fiscalização dos investimentos que são feitos ao abrigo das SCUTs.

Não estou a fazer uma crítica ao Governo Regional, deixo apenas aqui e acima de tudo uma reflexão.

Este tipo de investimentos passa claramente ao lado da fiscalização do Parlamento Regional.

Por isso mesmo, Sr. Deputado, a posição do Partido Social Democrata já foi aqui dita quando se discutiu esse problema e justamente por não sermos contra esse tipo de investimento, a verdade também é que nós não podemos aprovar

este investimento sem saber para que é que ele é feito; quanto é que ele custa; o que é que ele envolve; quais são as alternativas; em quanto tempo é que se paga; quando é que se começa a pagar e isso nós não sabíamos quando discutimos isto neste Parlamento. Esta é que é a questão e o Sr. Deputado não devia ter feito essa pergunta e muito menos a mim.

Nós hoje estamos a decidir o Orçamento para 2003 e fora deste Parlamento está a ser decidido algo que vai condicionar o Orçamento de 2007, 2008, 2009, 2010 ou 2020.

Vozes da bancada do PS: Não é verdade!

O Orador: O que é verdade é que eu não posso ter uma posição sobre as SCUTs sem saber o que é que elas envolvem, que alternativas é que podia haver, quanto é que elas custam, como é que elas vão ser pagas, enfim, tudo o que é preciso saber para se tomar uma posição.

Havia, contudo, e ainda há dois caminhos ao Sr. Secretário Regional. Não é obrigado a fazê-lo, porque não depende deste Plano, mas pode-nos brindar hoje com essas informações ou então o Sr. Secretário Regional opta por outra solução, vai a uma Comissão ou vem aqui noutra altura ao Parlamento dizer o que é que se passa.

Quando o seu Governo, o Governo que o senhor apoia quiser dizer ao Parlamento o que é que se passa com estas matérias, terá certamente a minha resposta.

Quanto à questão em abstracto, fui muito claro na altura própria e remeto-o para o Diário das Sessões. O senhor estava aqui, faça o favor de ler e já fica a saber o que nós pensamos.

Agora que nós estamos aqui a discutir investimentos e fora daqui estão a ser decididos investimentos que, embora para serem pagos num prazo largo, são mais dos que estamos a discutir aqui para o ano que vem, isso é verdade. Que isso foge ao controlo de fiscalização do Parlamento e que, portanto, deve merecer a nossa reflexão, porque eu não acho bem que, a duplicar-se esse tipo de investimento, o Parlamento deixe de ter aquilo que é elementar que é a capacidade de fiscalização do conjunto de investimentos.

Isto não é uma crítica ao governo, é uma reflexão para este Parlamento, para o sistema do Governo.

É preciso usar a nossa capacidade de fiscalização com as novidades e com as novas modalidades de investimento que os mais criativos têm vindo a descobrir para os financiamentos públicos.

Portanto, Sr. Deputado, pergunte ao Sr. Secretário quando é que ele nos quer responder. Quando ele quiser dizer o que é que se passa, nós teremos muito gosto em tomar uma posição concreta sobre esta matéria.

Quis entalar o líder do PSD, acabou por fazer um pergunta que entala o Sr. Secretário Regional, José Contente.

Deputado Nuno Amaral (PS): Os seus autarcas já responderam.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar queria dizer ao Sr. Deputado Victor Cruz que nem essa nem mais nenhuma questão não me entala nem me embala, porque, e começando pelo fim, o regime das SCUTs foi aprovado, em primeiro lugar, por um diploma próprio na Assembleia Legislativa Regional.

Deputado José San-Bento (*PS*): *Muito bem!*

O Orador: Em segundo lugar, está uma verba inscrita em 2004 que já indicia esse regime de SCUT, em termos daquilo que é devido num primeiro pagamento.

Em terceiro lugar, o regime de “project finance” faz parte do Programa do Governo que foi aprovado na Assembleia Legislativa Regional e que diz lá expressamente “project finance”. Se não se recorda, basta ver o documento do Programa do Governo.

Em quarto lugar, o regime de SCUT que nós adoptámos como metodologia tem também a sua tramitação e a adjudicação é feita pelo Decreto Legislativo Regional que virá outra vez aqui e, portanto, nada do que o Sr. Deputado Victor Cruz disse faz sentido.

Deputado Victor Cruz (PSD): Faz sentido, por isso responda.

O Orador: Não faz sentido nenhum.

É preciso também dizer que essa metodologia foi baseada responsabilmente num modelo económico, baseada em estudos feitos por entidades credíveis e idóneas deste país, assessorados pelos melhores juristas do país para que este processo tivesse princípio, meio e fim com fundamento e ao governo foi dito, desde a primeira hora que a implementação deste regime nos Açores seria também adequado às necessidades e, naturalmente, ao volume de investimento que estava inscrito para este projecto, que não podia ser pelo investimento normal e que só este investimento, e não qualquer outro, é que justifica o regime SCUT.

Agora, eu não sei se o problema do PSD nesta altura é com aquilo que se vai fazer ou é com o regime SCUTs, porque nós ficamos sempre na dúvida de que essas deambulações que não são dúvidas, pelos vistos, são matérias que já vieram aqui e têm um calendário próprio.

A adjudicação é feita por diploma regional...

Deputado Victor Cruz (PSD): Já fizeram.

O Orador: ... e, portanto, a concessão também depende dessa matéria e até lá o Governo Regional, obviamente, está disponível num regime aberto ou nas propostas que já foram abertas. Estamos na fase da abertura das propostas.

Portanto, isto é um acto de coragem, de determinação, de resolver um problema, como eu disse há pouco, independentemente de gostarem ou não, que é secular, mas que levamos mais tempo, de automóvel, de Ponta Delgada ao Nordeste do que, de avião, de Ponta Delgada às Flores.

Isto significa a aposta do Governo em melhorar estas acessibilidades, porque isto também vai resolver a questão da Povoação. Obviamente hoje o nível de

vida é mais caro no Nordeste e na Povoação, porque todos os materiais e todos os bens que chegam lá, ficam mais caros por via dos transportes

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E o impacto ambiental?!

O Orador: Portanto, nós estamos apostados em resolver um problema estrutural das vias de S. Miguel que hoje já confluem à Rotunda de Belém mais de 18.000 veículos por dia e isto significa que há necessidade de resolver um problema estrutural naqueles eixos e é com este tipo de metodologia que ele vai ser resolvido, mas vai ser resolvido connosco e não com situações que cheiram a “Velhos do Restelo”.

Gostaria também de dizer, só para responder ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, que, de facto, essa verba está inscrita em 2004, porque nós já temos uma previsão, de acordo com as prorrogações normais e que são possíveis de serem feitas, de termos que pagar alguma coisa em 2004.

Mas, em matéria de obras públicas, como sabe, o nosso rigor é muito maior por vários motivos e posso-lhe dar, uma por uma, todas as obras que nós fazemos e os preços a que elas chegam ao fim e aos preços das vossas, até porque o senhores tinham um mecanismo terrível, que era o de 50% de trabalhos a mais e que nós agora não temos. Temos, sim, um tecto muito mais rigoroso de 25% e para isso é preciso uma fiscalização e, portanto, é preciso sermos claros nesta matéria.

Nós não temos problemas em matéria de obras públicas nos Açores como já aconteceu.

Em matéria de viaturas, obviamente que nós submetemos os cadernos de encargos e os contratos ao visto do Tribunal de Contas e essa matéria é devidamente fiscalizada e foi sempre assim. Já em 96 o entendimento era de que havia necessidade e dou o exemplo da Escola Secundária da Ribeira Grande onde os senhores pediram para adjudicação um veículo ligeiro novo, a diesel, cilindrada não inferior a 1.500 cm³, um veículo todo-o-terreno, a diesel, ignição Patrol, tecto alto equivalente, 9 lugares, tracção 4x4, cilindrada 2.800 cm³ e 6 cilindros.

Presidente: Sr. Secretário agradecia que concluísse.

O Orador: **Portanto, os senhores não têm nada a nos dizer nesta matéria.**

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): **Eu tenho.**

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): **O senhor é que não quer que a gente diga.**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.**

Deputado Victor Cruz (*PSD*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados:**

Muito rapidamente para dizer o seguinte:

Ficou provado que a pergunta não devia ter sido feita, porque aquilo que o Sr. Secretário acabou de dizer é que só pode dar resposta em concreto àquilo que nós não sabemos publicamente, quando trouxer aqui a Proposta de Decreto Legislativo Regional e por isso mesmo o PSD tem razão quando respondeu da maneira que respondeu.

Nós já tomamos posição sobre aquilo que é público. Sobre aquilo que não conhecemos, não nos podemos pronunciar.

Venha a Proposta de Decreto Legislativo a esta Assembleia e nessa altura falaremos, porque o Sr. Secretário não disse em quantos anos é que se paga, quanto é que se paga, quando é que se começa a pagar, quanto é que custam os juros. Não disse e provavelmente não pode dizer ainda.

Portanto, traga cá o diploma e nessa altura conversaremos. Aquilo que politicamente o senhor queria não conseguiu.

De tanto querer ajudar o Partido Socialista e o Governo, em deixar mal o Partido Socialista, acabou por ter uma resposta, Sr. Secretário, que era aquilo que eu já esperava que ele respondesse, ou seja, não pode responder por enquanto. Foi esta a resposta que, afinal, através de mim, o senhor teve do Sr. Subsecretário Regional que tem competência nesta matéria.

Da próxima vez, Sr. Deputado, dou-lhe um conselho, quanto tiver dúvidas sobre estas matérias pergunte ao Sr. Secretário, na sede do Partido Socialista, aquilo que quer que ele lhe responda.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos. Dispõe de três minutos.**

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **Só para dar mais uma informação ao Sr. Deputado Victor Cruz.**

Não é hora, por motivos de calendarização do próprio projecto, de vir informar a Assembleia seja do que for nesta matéria, porque uma concessão de obra pública não tem a mesma filosofia.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): **Eu não fiz pergunta nenhuma.**

O Orador: **Eu não estou a falar na questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Nuno Amaral, porque o que o ele colocou aqui foi muito claramente qual era a posição do PSD,...**

Deputado Victor Cruz (*PSD*): **Eu já respondi.**

O Orador: **... perante uma metodologia, que foi aprovada na Assembleia Legislativa Regional, no Programa do Governo...**

Deputado Victor Cruz (*PSD*): **Ninguém disse isso.**

O Orador: **Mas os senhores não têm nenhuma palavra a dizer sobre o processo que está em curso.**

Agora, os senhores também não se podem arrogar nesta fase no sentido da competência legislativa ter que entrar na competência executiva. Esta é a competência executiva do Governo. Quando forem chamados a pronunciarem-se, terão tempo para o fazer, mas hão-de pronunciar-se relativamente a esta matéria sobre o Decreto Legislativo Regional, porque sobre o projecto SCUT, o PSD pode e, pelos vistos, terá já nessa altura grandes ideias sobre as SCUTs, mesmo sem informações.

Obviamente que isto significa grande desinformação da vossa parte, mas é sobre o que é o projecto e o projecto já foi mais do que explicado na opinião pública,...

Deputado Victor Cruz (*PSD*): **Qual é o jornal de que está a falar?**

O Orador: **... mas o que é preciso entender é o seguinte: o projecto das SCUTs que o Governo Regional levou a bom termo e que é uma competência própria do órgão executivo, tem fases que dependem da Assembleia Legislativa**

Regional, mas tem também uma outra coisa que a Câmara fica a saber: é que só se avançou para este projecto, em termos de se saber concretamente o custo/benefício dele e em matéria de custo/benefício, nós não temos dúvidas que ele tem eficiência económica, tem eficácia em termos das acessibilidades e foi por isso que nós levámos para a frente este projecto e vamos ter a coragem e a determinação de o implementar. É esta a nossa filosofia.

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Só em S. Miguel.

Deputado Duarte Freitas *(PSD)*: Eu gostava de saber o que é que os Srs. Deputados da Terceira têm a dizer sobre isto!

Deputada Andreia Cardoso *(PS)*: E o senhor o que é que diz?!

O Orador: A questão central do projecto SCUT é efectivamente ter a necessidade de implementar um projecto necessário, que é um projecto de futuro e que foi preciso ter coragem para avançar com um projecto desta natureza e ter a responsabilidade de saber hoje e aqui que não compromete gerações futuras, que não compromete investimentos futuros e que é, efectivamente, uma mais valia que se paga a si própria, pelo valor acrescentado da actividade económica que se vai gerar ao longo desses eixos.

Esta é que é a verdade e é por isso que os projectos SCUTs são levados a bom termo em várias partes do país, que são conhecidos na América desde o Século XIX, quando os americanos acharam que só com estas parcerias público-privadas é que poderiam levar os caminhos de ferro a zonas mais recônditas, que na Inglaterra já são conhecidas há 30 anos, em Portugal há poucos anos e só agora nos Açores. Portanto, nós não estamos a reinventar, nem a inventar. Sobretudo, o que fica da nossa aposta é a garantia de não comprometer o futuro...

Deputado Duarte Freitas *(PSD)*: O que fica para o futuro é a dívida para pagar.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS)*: São as obras.

O Orador: ... e é por isso que avançámos sustentadamente para esta questão.

Agora, que vamos fazer isto com determinação e que as SCUTs já são uma realidade, não tenham dúvidas e foi uma decisão em boa hora tomada com coragem por este Governo Regional para responder a uma falha nas

acessibilidades de S. Miguel. Esta é que é a verdade, esta é que é a questão central, é isto que fica para o futuro e não são o resto das discussões que eu já tenho visto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional diz exactamente o mesmo, mas com uma diferença: todas as vezes que tem uma oportunidade para falar, mesmo quando quer dizer coisas boas, diz sempre com essa cara ríspida. Descontraia-se, Sr. Secretário!

Se pensa que está a fazer o melhor, então diga, argumente e não diga as coisas boas do seu Governo como se tivesse a atirar uma pedra para os partidos da oposição. Essa visão da democracia que o Sr. Secretário tem, eu não tenho, agora não queira que o Partido Social Democrata acredite em tudo o que o senhor faz e em tudo o que o senhor diz.

Eu não sei quanto é que custa; eu não sei quando é que se começa a pagar; eu não sei o que é que isso abrange; eu não sei se havia alternativas ou não melhores do que esta. Se só posso saber quando o Sr. Secretário me disser, não peça para aplaudir esta iniciativa sem eu ter a perfeita consciência do que é que isso envolve financeiramente. Eu não sei se isso vai custar 50 milhões, como foi dito por um membro do Governo ou se vai custar, afinal, 55, 60, 65, 70, 90 ou 100.

Eu não sei se se começa a pagar em 2004, 2005, 2006, 2007 ou se só se começa a pagar, por exemplo, em 2008. Eu não sei Sr. Secretário. O senhor percebe como eu não sei e eu preciso de saber para poder comentar.

Relativamente à necessidade de se fazer estradas, à necessidade de se provar que é o melhor caminho para servir, para resolver um problema, para resolver boa parte das estradas de S. Miguel, cá estamos e é por isso que nós não estamos contra, agora as virtudes não se votam no abstracto, a não ser na aceitação da possibilidade que se tem de utilizar esta modalidade de investimento. Isso já nós fizemos e ficou muito claro na nossa votação e eu próprio fiz intervenções nessa altura sobre isso.

Sobre o resto eu tenho que ter a informação. O senhor é que sabe tudo ou boa parte e eu não sei. O senhor tem essa vantagem, porque isso é da competência do Governo. O Governo sabe e eu não sei. Só porque o senhor diz que é bom, eu não vou acreditar em si, porque, entre outras razões, o senhor também se engana e o meu papel não é acreditar em coisas que o senhor ainda nem sequer disse o que era.

Portanto, estamos a falar de uma coisa séria, que envolve muitos mais milhões de contos do que aqueles que estamos aqui a aprovar para 2003 e por isso mesmo, sem informação, sem o senhor ser questionado numa comissão ou no Parlamento, num exercício democrático para sabermos exactamente o que é que se passa, não posso dizer se estou de acordo em concreto com aquela realidade, porque também há várias maneiras de fazer isso, como o senhor sabe. Isso pode custar mais ou menos, pode ser feito por diversas fases e, portanto, há muitas coisas que temos a dizer quando tivermos, de facto, a Proposta de Decreto Legislativo Regional.

A sua via e a sua solução não serão certamente as únicas e, por isso mesmo, nós precisamos de informação.

Não fui eu que levantei esta questão, Sr. Secretário Regional, foi um deputado que apoia o seu Governo e eu apenas quis aproveitar esta oportunidade para deixar uma reflexão à Câmara e dizer que uma parte do que se faz hoje em dia com esta modalidade de investimento, escapa à fiscalização do Parlamento.

Deputado Dionísio de Sousa (*PS*): Só escapa se o Parlamento quiser.

O Orador: Volto a dizer que isto não é nenhuma crítica ao Governo.

Quanto à nossa posição, em concreto, sobre esta matéria, eu preciso de saber o que é que se passa.

Quando o Governo apresentar aqui uma Proposta de Decreto, nessa altura conversamos. Não queira que eu faça uma profissão de fé num investimento muito vultuoso que vai fazer com que futuras gerações durante 20 ou 30 anos tenham compromissos financeiros públicos para pagar e se pode ou não valer a pena se for feito duma ou doutra maneira. Não tenho essa informação e, por isso, não posso responder.

Se for um bom negócio, se valer a pena e se estiver certo, terá o nosso apoio, o nosso voto, todo o calor e solidariedade, nesta como em todas as outras matérias, por parte do Partido Social Democrata.

Agora, esta maneira de fazer política e tentar deixar os outros partidos de fora daquilo que é, na sua opinião, supostamente bom, esse seu estilo de dizer coisas boas como quem está agredindo a oposição, essa sua forma de estar na política, que já é famosa nos Açores, para mim e para nós é claramente dispensável. O senhor já é conhecido por ter esse estilo, continuará a sê-lo. O estilo fica consigo e se a obra for boa ficará para todos nós, apesar de sermos também nós, no futuro, a pagarmos isso que o senhor diz que é bom e que está pagando.

Muito obrigado.

Deputados Mark Marques e Luís Medeiros *(PSD): Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.**

Deputado Nuno Amaral *(PS)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Palavra menos palavra, penso que os nordestenses, os que nos estão a ver e a ouvir, hoje ficaram a saber que se o PSD entrasse para o governo nas próximas eleições ficariam a padecer das mesmas estradas que hoje têm.

Depois, o que é engraçado é o discurso que se faz hoje aqui e o discurso que se fez há uns tempos atrás.

Quando foi das eleições autárquicas o senhor afirmou no Nordeste: “todos os anos se diz que é agora que vamos iniciar a obras, mas elas não aparecem”. Isto foi dito pelo senhor no Nordeste e disse-o relativamente à Escola do Nordeste, mas esqueceu-se que a Câmara Municipal recebeu autorização para iniciar o projecto em 98 e entregou o projecto em 2001. Assim sendo, como é que o Governo Regional podia iniciar a obra se a Câmara Municipal não entregou o projecto a tempo e horas?

De qualquer forma, Sr. Deputado Victor Cruz, a minha intervenção sempre serviu para pô-lo a falar e valeu por isso. O senhor estava aí caladinho e assim sempre disse alguma coisa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, queria dizer ao Sr. Deputado Victor Cruz que eu não tenho cara de anjo, mas também não a cultivo. Obviamente, tenho a noção exacta de que nos processos em que intervenho imponho a energia que acho que é adequada, até porque uma secretaria que tem muitas calamidades precisa de ter essa energia.

Em relação às SCUTs há uma coisa que eu gostaria de voltar a reiterar e a garantir aqui: o Governo Regional avançou para este processo devidamente escorado em modelos económicos que, nesta altura, lhe permitem dizer com segurança que este projecto é desejável, é viável e que se paga a si próprio ao longo do tempo e ao fim de 30 anos as estradas voltam outra vez, no pleno uso, para a posse da Região e ela pode voltar a fazer o que quiser dessas estradas sem pagar mais renda nenhuma.

Portanto, esta é que é a filosofia do projecto das SCUTs e o que está naturalmente em discussão são as propostas dos concorrentes que, como construção de obra pública, é também uma competência do Governo.

Na altura da adjudicação, obviamente que esse projecto há-de ser trazido aqui, mas ao longo deste processo, nesta como noutras matérias, se a Assembleia Legislativa Regional pretender saber mais informações de que o Governo já dispõe, mas que ainda não se sabe na totalidade, porque não houve adjudicação e há uma análise de várias propostas que ainda nem sequer foram analisadas, obviamente que terá acesso a isso.

A questão não é de informação, mas sim de um processo que tem os seus timings e tem, naturalmente, também as suas limitações em termos de informação. Obviamente que não é disso que se trata.

Portanto, não vai ser por falta de informação que o plenário não se poderá pronunciar, até porque, ao contrário do que acontece em obras públicas, esta matéria vai vir a esta Assembleia e como todos nós sabemos, quando uma obra pública é adjudicada não passa por esta Casa. Há aqui uma visão completamente diferente em relação ao que foi dito.

Mas, eu queria reiterar a importância estratégica deste investimento e mais do que isso, queria reiterar que a aposta do Governo Regional foi em saber claramente que havia um custo/benefício favorável avançando para este projecto.

Todavia, temos ainda uma fase final de análise dessas propostas, chamada “short list” onde ainda se negocia com os dois concorrentes, na ponta final, para efectivamente conseguir arranjar a melhor proposta para a Região Autónoma dos Açores, que é aquela que vai servir 94 km de acessibilidades na ilha de S. Miguel, em três eixos que vão modificar completamente aquela ilha, perante a situação actual.

Presidente: **Muito obrigado, Sr. Secretário.**

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (*PS*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Já que estamos a falar de estradas e da transparência que esta matéria deve ter, eu gostaria de referir aqui mais duas pequenas questões.

Relativamente à semelhança que referiu o Sr. Deputado Bolieiro, que tem a ver com o caso que eu apresentei e o que ele próprio apresentou, só quero dizer que a única semelhança que há é o visto do Tribunal de Contas, mas há três grandes pecados de um ex-governo do PSD e passo a emunerá-los: foi a finta que fizeram ao Tribunal de Contas, foi a burla que cometeram em relação aos empreiteiros que concorreram a essa obras e o terceiro pecado tem a ver com o facto de terem prejudicado a ilha de São Jorge.

Mas há mais:

Este mesmo Governo executou um trabalho que consta da pavimentação betuminosa da Estrada Regional nº 1-2ª, designadamente a que lhe atribuímos

o nome de “Troço dos Nortes”, na Ilha de S. Jorge. Essa obra esteve inscrita num programa comunitário, teve subsídios comunitários para esse efeito e teve toda a execução financeira.

O Governo Regional do PSD veio por duas vezes a esta Assembleia Legislativa Regional dos Açores pedir autorização para contrair empréstimos junto do Banco Europeu de Investimento para essa obra, porque ela estava mencionada nos respectivos mapas e nunca, em termos físicos, foi executada. Esta obra foi executada pelo Governo do Partido Socialista.

Portanto, a vossa transparência é esta.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Muito rapidamente e, pela minha parte, para terminar, até porque as novidades são poucas como de resto não era de esperar que fossem muitas e por isso nós não questionamos o Governo sobre essa matéria.

Apenas quero dizer ao Sr. Deputado, que me questionou, que tentou lembrar-se de coisas que eu dizia. Eu lembro-me de uma coisa que o senhor disse aqui neste Parlamento por várias vezes antes das eleições autárquicas e que foi o seguinte: “o ainda Presidente da Câmara Municipal do Nordeste, José Carlos Barbosa Carreiro”. Acontece que já houve eleições e o senhor enganou-se. Esta é uma das coisas que me lembro que o senhor disse.

Espero que as suas intervenções, com esta arrogância que colocou na última, e com a agressividade que colocou nesta agora, não sejam como uma espécie de viagens no Nordeste em que o senhor derrapa, tal é a velocidade, na ponte chamada “Despe-te-que-suas”, porque é isso que me fez lembrar a sucessão de intervenções infelizes da sua parte.

Em relação ao Sr. Secretário José Contento só lhe quero dizer o seguinte: o senhor diz tudo quando volta a falar e diz que está convencido dos benefícios. É

evidente que rasgar S. Miguel, desde Ponta Delgada até ao Nordeste, com uma estrada que nos permite circular com muito mais rapidez e conforto, tem benefícios. Os benefícios nós conseguimos adivinhar, o que nós não sabemos, como bem diz o Sr. Secretário, é quais são os custos e é isso que nós precisamos de saber para termos, de facto, a nossa posição final sobre esta matéria.

Este tema não nos causa qualquer incómodo, como qualquer coisa boa que o Governo Regional faça, e faz algumas bem feitas como qualquer governo, não nos causa qualquer incómodo. Seria até politicamente mau que uma coisa bem feita fosse criticada pelo Partido Social Democrata.

Cá estaremos para avaliar, com responsabilidade, os custos, uma vez que, por enquanto, só podemos prever os benefícios.

Por último, Sr. Secretário, deixe-me concordar consigo: de facto, “o senhor não tem cara de anjo”.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: **Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.**

Deputado Renato Leal *(PS)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.**

Membros do Governo:

Tomo lugar hoje nesta tribuna para dar a minha colaboração no debate sobre os documentos em discussão nesta Assembleia Legislativa no que concerne à reconstrução.

Ao longo dos quatro anos decorridos após o sismo nunca me coibi de emitir a minha opinião sobre a estratégia deste processo nem sobre os procedimentos ou as deliberações.

Fi-lo sempre com a convicção que estava a proceder da melhor maneira relativamente àqueles que me elegeram e cujos interesses me competia defender e acautelar.

Passados estes quatro anos, é com agrado que registo que, apesar dos incidentes de percurso, muitas das posições que defendi, quer publicamente, quer em reuniões

partidárias, foram tendo acolhimento e permitiram que este processo, que é muito complexo e muito melindroso, fosse sendo cada vez menos contestado e que conseguisse dar uma resposta definitiva, segura e célere aos sinistrados, quer em termos de informação, quer em termos de execução física das suas habitações.

Por isso, nos últimos tempos, manifestei, por diversas vezes, a minha satisfação pela forma como a reconstrução estava a decorrer no Faial.

Por isso, transmiti, a quem de direito, essa alegria, que era também o resultado da observação dos nossos emigrantes, que me expressaram a sua enorme surpresa pelo que já se tinha feito de 2001 para 2002 e que está à vista de todos em todas as freguesias desta ilha.

Por isso, e no que respeita ao Faial, onde, convém repeti-lo, 70% do seu parque habitacional foi afectado, podíamos dizer, sem exagero, que a reconstrução estava em velocidade de cruzeiro.

Havia ainda problemas? Havia, sim senhor, mas eram incomensuravelmente muito menores do que no ano anterior.

Os pagamentos eram feitos com recurso ao "factoring"?

Qual é o problema?

Quando fui Presidente da Câmara Municipal da Horta tive oportunidade de participar em diversas reuniões autárquicas em que nos era sugerido esse procedimento, que era considerado legal e que nem carecia de autorização da Assembleia Municipal.

A situação de hoje, entre o Governo e os empreiteiros, ainda é muito diferente da vivida na primeira metade da década de noventa, em que houve fiscais que, depois de terem ouvido das boas, foram impedidos de exercer a sua actividade em determinadas frentes de trabalho porque os encarregados, argumentando pagamentos em atraso, não os deixavam entrar nas obras.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As verbas que estão atribuídas ao Sismo, e repartidas por diversas Secretarias, seriam um óptimo contributo para a continuação da tal navegação em velocidade de cruzeiro em 2003, se todos nós não soubéssemos que uma parte muito significativa

desse montante se destina a honrar compromissos que deveriam ter sido liquidados em 2002 ou por conta do Orçamento deste ano.

Nestas circunstâncias, nada vai ser como fora planeado e como estava a ser executado nos dois últimos anos.

E, para mim, que fui executivo durante cerca de 11 anos, ninguém me convence que não é possível exercer a solidariedade nacional em nenhum momento de 2002 mas que, a partir do 1.º trimestre de 2003, já o é.

Esta posição do Governo da República, politicamente abominável, porque exercida contra o Governo Autónomo dos Açores, tem inevitavelmente como destinatários é os sinistrados.

E faz-me lembrar o que certo professor universitário nos contava sobre a vingança do chinês, que se resume a isto:

"O tipo não me pagou os porcos, mas eu também vendi-lhos bem caros!"

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sou, por natureza, optimista, por isso . fico muito preocupado quando ando preocupado.

E, sobre a reconstrução nas Ilhas do Faial, e do Pico, permitam-me que vos diga, que ultimamente tenho tido razões para andar outra vez muito preocupado.

Todavia, após a reunião que a Comissão do Sismo teve com o Presidente da Comissão do Orçamento do Parlamento Europeu, Terence Wynn, e com o Deputado ao Parlamento Europeu Paulo Casaca, fiquei sinceramente convencido que era possível, dentro de toda a legalidade, contrair um empréstimo ainda este ano, por forma a que em 2003 a tal velocidade de cruzeiro se mantivesse.

Sei que inúmeros esforços têm e estão sendo feitos nesse sentido por parte do PS e do PCP. Ontem ouvi com muito agrado a intervenção do Senhor Deputado Alvarino Pinheiro sobre esta matéria.

Espero, por isso, que, ao longo desta semana, novas evoluções sejam conhecidas, por forma a que os sinistrados possam readquirir a esperança, ,entretanto perdida, e ter a certeza que tudo será feito para que os seus problemas sejam resolvidos com segurança e rapidez até 2004.

O Partido Socialista e o seu Governo Regional continuam - como sempre - empenhados em atingir esse objectivo. Para, também nesta área, cumprirem o seu slogan "Mudar os Açores".

Penso que fui dos que mais cedo gritou que não era possível resolver uma situação excepcional sem ser com legislação excepcional.

Por isso, hoje faço um novo apelo para que, sobre esta matéria, todos façamos um esforço muito grande no sentido de nos aproximarmos o mais possível.

Já que não há solidariedade nacional em 2002, que haja, ao menos, compreensão nacional.

Se, a partir do "aqui", não for possível chegar ao "acolá", tentemos, ao menos, chegar ao "acoli".

Mas tentemos!!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: **Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.**

Deputado Costa Pereira (**PSD**): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Subo uma vez mais a esta tribuna para falar da Reconstrução. E faço-o, como sempre fiz, falando a verdade e procurando dar voz a todos aqueles que necessitam de ser ouvidos e defendidos. A força da razão que defendo vem daqueles que me elegeram. E enquanto houver, neste domínio, um sinistrado que precise da minha voz, aqui dentro ou lá fora, eu estarei ao seu lado. E nisso ninguém me poderá calar.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: O processo de reconstrução das ilhas afectadas pelo sismo de 9 de Julho de 1998, tem-se arrastado entre promessas, garantias e desequilíbrios vários, nunca

assumidos. Face às dificuldades próprias de um processo com a dimensão financeira e social da reconstrução, e no cenário actual de dificuldades acrescidas, o mais natural e desejável era haver um esforço suplementar em unir e agregar vontades e empenhamentos à volta deste processo. Infelizmente, quem o tutela nunca foi capaz, até hoje, de procurar consensos e corrigir os inegáveis erros que maculam esta reconstrução desde o início. Até a iniciativa positiva do Sr. Presidente do Governo Regional em reunir há dois anos com os deputados do Faial para, com verdade, fazer contas à Reconstrução e apresentar o planeamento previsto para a legislatura, não teve continuidade.

Sinal claro da arrogância que se mantém e da continuação da ocultação de informações aos deputados passou-se no dia 23 de Outubro, quando a Comissão Permanente de Política Geral ouviu o titular da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos. Nessa audição, aquele responsável disse que estava a estudar o que fazer na reconstrução face aos problemas financeiros, anunciava que se encontrava “em fase de negociações com as empresas construtoras a forma como serão alargados os prazos previstos para a conclusão das obras e as respectivas indemnizações.”

No fim da audição, e depois de atravessar um corredor de cerca de 20 metros, as declarações do Secretário à Comunicação Social eram já de outro estilo: dizia que nesse dia acabavam de parar quase duas centenas de obras da reconstrução e muitas mais iriam parar nas semanas seguintes! Quer dizer: na Comissão as informações são num sentido. Breves instantes depois, na Comunicação Social, são já noutro. Como se vê, a prática de omitir informações aos deputados mantém-se. E coisas tão simples com saber, por exemplo, qual é o custo, em média, por metro quadrado, de uma casa incluída nas empreitadas, continua sem ser dada aos deputados, apesar de diversas vezes solicitada.

Por outro lado, não é de hoje nem deste ano vemos obras a parar na Reconstrução. Embora com uma amplitude inegavelmente diferente, basta lembrar a empreitada de uma das empresas, com a qual, aliás, o Governo Regional fez um acordo amigável de rescisão parcelar e que manteve nessa empresa apenas algumas das muitas moradias que lhe haviam sido adjudicadas, para que verifiquemos que a situação não

é, infelizmente, nova. Aliás, este caso é sintomático: consignada a empreitada para um total de 53 moradias na freguesia da Ribeirinha, estamos no final da data para todas as casas serem entregues e o que se verifica é que a maior parte das moradias foi retirada à empresa e as poucas casas que nela inexplicavelmente ficaram, continuam por concluir.

E nas restantes empreitadas para as quais se anuncia paragem de obras, alguém aqui sabe que obras param, onde param, de que empresas, de acordo com que critérios, na sequência de que negociações, com que valores de indemnização, com que dilação no tempo?

E que valores estão neste momento em atraso, facturados e não pagos? E qual é a verba de 2003 que será usada para pagar eventuais incumprimentos de 2002? Ninguém sabe.

E as obras que já pararam? Pararam por decisão unilateral dos empreiteiros, houve algum acordo ou foi para confirmar o discurso político? É que não se compreende porque param casas onde apenas faltam pequenos acabamentos e a mesma empresa, na mesma empreitada, pára aquelas mas inicia outras.

Finalmente, a questão das verbas da Reconstrução. Já neste debate se provou que toda a polémica acerca das verbas da reconstrução para 2002 tinha muito de político e nada de sustentação técnica, uma vez que nem no Orçamento de Estado, nem no Orçamento Regional no lado das receitas ou das despesas estava prevista tal verba. E a conclusão só pode ser uma: o Governo Regional não estava a contar com tais verbas da República. Até porque, para além da evidente obrigação técnica de constar no Orçamento no lado da receita e da despesa, foi o próprio PS que votou contra o reforço do Programa 33 aquando da aprovação do Plano para 2002, quando o PSD propôs o seu aumento, na altura à custa de verbas das Despesas Correntes.

Por outro lado, cai por terra qualquer tentativa de justificar o vazio dos documentos de 2002 com o facto de em anos anteriores também ser assim. Desde logo, porque tal não é verdadeiro e basta ver que as verbas inscritas nos planos sempre traduziram (e não poderia ser de outro modo) o que o Governo pensava despende, bastando ainda observar as Contas da Região e os Pareceres do Tribunal de Contas e os Orçamentos Regionais (para os anos em que não existem ainda aqueles documentos)

para concluirmos que a verdade é que constam lá as verbas que vieram ou se esperava que viessem para a reconstrução.

Um dos argumentos verdadeiros que o Governo Regional tem usado nesta questão da necessidade e do direito que temos a usufruir da solidariedade nacional é o de que somos um região pobre e de que a Reconstrução é um enorme investimento para as nossas disponibilidades. Mas, se somos pobres e a Reconstrução é uma prioridade, como se compreende que se continue numa política de subsídios a actividades e acontecimentos perfeitamente acessórios, sem qualquer relevância, e que consomem parte dos nossos recursos. É que não tem sentido proclamarmos a nossa pobreza para umas coisas e, para outras, comportarmo-nos como se ricos fossemos. Os sinistrados que aguardam receber as tranches dos apoios a que têm direito por obra que já executaram, os sinistrados que vêem a sua casa parada faltando pequenas pinturas e acabamentos que numa semana se concluiriam, invocando-se que não há verbas, esses sinistrados não entendem, não aceitam, porque não há para cada um dos seus casos umas centenas de contos e eles não faltam para subsidiar deslocações e passeios de grupos ao Estrangeiro.

Esta tem sido uma opção deste Governo, de que obviamente discordo. Como discordo que, num cenário como é o presente, se continue a utilizar as verbas da Reconstrução para pagar obras públicas que nada têm a ver com ela: ...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Isso é falso.

O Orador: ... o último exemplo parece ser a nova escola EB/JI da Matriz, cujo fecho financeiro, tudo o indica, será feito com a verba do Programa da Reconstrução, sob o disfarce de uma remodelação/ampliação de uma EB/JI da Matriz que ninguém no Faial sabe que obra seja.

Porque para o PSD a Reconstrução é efectivamente uma prioridade que exige, nas circunstâncias actuais, o exercício efectivo da solidariedade nacional, mas também da solidariedade regional, apresentámos já uma proposta de alteração ao Plano e Orçamento que reforça as verbas para a Reconstrução em 2003.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como deputado eleito pela ilha do Faial, quero ainda aqui deixar o meu claro protesto sobre a forma com esta ilha é penalizada nos seus investimentos por força

da Reconstrução. Aliás, o Plano para 2003 não faz mais do que confirmar uma tendência anterior: de 1999 a 2002 as verbas destinadas ao Faial diminuíram 51%. E nesse período não havia nem um Primeiro Ministro chamado Durão Barroso nem o endividamento zero, para servir de desculpa.

É por opção deste Governo Regional do Partido Socialista que os investimentos estruturantes e prometidos para o Faial não se cumprirão, mais uma vez, nesta legislatura: a nova Escola Secundária, o Parque Desportivo do Faial, a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, a Variante, a reabilitação das estradas regionais, o campo de Golfe, para já não falar nos atrasos que a nova fábrica da CALF está a conhecer. Tudo ficará adiado e os faialenses não o vão esquecer.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: **Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.**

Deputado Renato Leal *(PS)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Ouvi, naturalmente, com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira e fico com a certeza de que as questões que hoje aqui evidenciou são cada vez mais uma pequeníssima parcela relativamente ao global do problema da reconstrução nestas duas ilhas, designadamente na ilha do Faial.

Ninguém consegue desmentir a quantidade de intervenções que estão sendo e que já foram feitas, sobretudo a partir do ano 2001 quando me disseram que eu estava a virar a casaca e eu disse que, perante a evidência dos factos, não tinha outra hipótese, porquanto o que começou efectivamente a ser feito em 2001 marca um processo completamente diferente em relação ao que tinha sido feito até então.

E tal como diz o poeta “por morrer uma andorinha não acaba a Primavera”.

O Sr. Deputado quando referiu a existência de uma empresa que não concluiu as obras – e sabe que hoje o relacionamento do dono da obra com o empreiteiro

não é como quando estamos em determinados sítios e alguém fala grosso e diz: “se não se portar bem, ponho-o fora da porta” – devo dizer-lhe que há toda uma tramitação burocrática, com a qual eu nem sempre estou de acordo, mas que tenho que me render à evidência, na medida em que não acredito que a vontade, quer do Governo Regional, quer do CPR, não fosse, no relacionamento com essa empresa, ter uma atitude perfeitamente diferente, por forma a que alguns dos problemas que o senhor identificou e que eu também sou capaz de identificar, porque são do conhecimento público, quer na cidade, quer numa freguesia rural, localizada num vale, são efectivamente as zonas onde há maior preocupação, mas onde as questões estão sendo tratadas, de acordo com as informações que disponho, no sentido de ultrapassar todas essas maleitas que o senhor aqui identificou e outras que nós também sabemos.

Portanto, a reconstrução desde 2001 para cá estava a ser visível em todos os planos. Até aqueles que são mais amigos de dizer que as coisas não se façam com tanta rapidez, já se queixavam da quantidade de camiões que havia em circulação pela ilha o que já os estava a perturbar.

A outra questão que o senhor aqui levantou relativamente à solidariedade nacional, não sou eu que sou mais honesto do que o Sr. Presidente do Governo, do que o Sr. Secretário Regional das Finanças para lhe voltar a explicar como é que isso é. Já deu para perceber que, como diz o brasileiro, “estamos a chover no molhado”.

O senhor tira uma conclusão em resultado das apreciações que faz, o que é perfeitamente natural tendo tido a escola que o senhor teve. Eu que sou de uma escola diferente, tiro as conclusões que são perfeitamente distintas.

De nada serviria prolongarmos os trabalhos indefinidamente para termos qualquer aproximação sobre esta matéria.

O que era importante nós percebermos, e foi aquilo que eu disse na minha intervenção, era que, não tendo havido essa transferência correspondente à solidariedade do Estado, que está congelada, mas que em 2003 já se vai descongelar, ao menos fosse permitido a realização da contracção de um empréstimo, o que pelos vistos também não é.

Relativamente a deslocações e àquilo que o senhor chama passeios ao estrangeiro, sobre essa matéria, Sr. Deputado, eu vou-lhe ser muito sincero, e faço um esforço muito grande, eu não quero entrar por aí, eu não quero ir mexer em datas que me põem nervoso, porque eu não gosto de me enervar aqui.

Deputado Mark Marques (*PSD*): Enerve-se!

O Orador: Eu não quero, em tempo nenhum, ir por aí.

Relativamente ao Faial e no que diz respeito à nova Escola Secundária, muito rapidamente quero dizer o seguinte: eu acredito que tudo continua a ser feito para que no decurso desta legislatura, o Partido Socialista, o Governo do Partido Socialista e os Deputados desta bancada possam, efectivamente, sentir-se orgulhosos com o cumprimento desse importante desiderato para esta ilha.

Por agora, ficava-me por aqui.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com toda a atenção a intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira e confesso que tinha alguma esperança de ouvir do senhor, daquela tribuna, a revelação, um pouco tardia, mas no exemplo e na sequência da declaração feita ontem pelo líder do partido minoritário da coligação que suporta o Governo da República nesta Casa, ao revelar o seu apoio e o apoio do PP às propostas de endividamento extraordinário para fazer face ao financiamento da reconstrução, tendo a conta a inexistência de solidariedade nacional no ano de 2002 que condiciona, naturalmente, a execução material e financeira da reconstrução este ano e no próximo ano de 2003. Assim não foi.

O Sr. Deputado Costa Pereira optou por vir falar e lamentar as obras que param, vir mais uma vez questionar e levantar poeira relativamente ao custo por metro quadrado e dizendo que enquanto existir um sinistrado que precise da sua voz não se calará.

Sr. Deputado Costa Pereira, para si e para o PSD vai o desafio deste lado: várias centenas de sinistrados precisam não só da vossa voz, mas duma atitude do PSD e do Governo da República autorizando e votando favoravelmente o pedido de empréstimo excepcional para que seja financiada a reconstrução.

É esta a altura do PSD/Açores dizer qual é sua posição, de fazer como o PP fez ontem daquela tribuna, de demonstrar qual é a sua posição, para que o essencial das empreitadas de obras públicas da reconstrução prossigam e o processo da reconstrução possa ser concluído até 2004.

Vou terminar, plageando a minha colega Deputada Cláudia Cardoso, dizendo o seguinte: não tenho dúvida que o Sr. Deputado Costa Pereira e todos os Deputados da bancada do PSD gostam muito dos sinistrados, mas ficou aqui provado e ninguém hoje tem dúvida, principalmente os sinistrados do Pico e do Faial, que os senhores gostam muito mais do vosso Governo da República.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PSD vem afirmando que a verba que se estava à espera que viesse em 2002 para a Região não veio porque não estava orçamentada.

Foi feito um orçamento rectificativo e quando esse orçamento foi feito tinha sido muito fácil introduzir a verba necessária para a reconstrução. Eu estava à espera que o PSD tivesse feito isso. Uma vez que a reconstrução é uma prioridade para o PSD, eu estava à espera que o Sr. Deputado Costa Pereira viesse àquela tribuna informar a Região que o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República iria votar favoravelmente as propostas da oposição ou então que o Grupo Parlamentar do PSD iria propor na Assembleia da República que fosse possível fazer um endividamento na Região para resolver o

problema dos sinistrados, mas não foi isso que aconteceu, embora a reconstrução seja uma prioridade para o PSD.

Para o PS continua a ser uma prioridade resolver os problemas dos sinistrados, mesmos daqueles que têm dificuldades e que terão de viver em barracas por mais dois anos.

O PSD mantém a sua posição. O Governo da República para resolver o seu problema nacional, vai sacrificar os sinistrados por mais dois anos.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.**

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.**

Muito rapidamente, e o tempo é curtíssimo para a nossa bancada, para renovar aqui aquilo que já dissemos ontem: nós estamos disponíveis, e eu disse-o aqui, para aprovar uma solução que seja credível e aceite pelas autoridades monetárias europeias, tal como foi sugerido pelo Sr. Deputado Europeu aqui dos Açores. Desde que essa solução seja possível e credível, nós estamos disponíveis para a encarar.

Quero-vos dizer que nós gostamos tanto dos sinistrados como os senhores e gostamos tanto do Governo da República como os senhores gostavam do vosso.

Agora, nós descolamo-nos do Governo da República quando achamos que ele não tem razão, mas da vossa parte nunca se ouviu uma palavra relativamente a essa matéria, nem sequer quando os senhores não puseram nada aqui para a reconstrução e quando o vosso Governo da República não vos deu o ano passado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.**

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando vi o vice-presidente da bancada do PSD pedir a palavra, julguei que ele, na sequência de um eventual esquecimento do Sr. Deputado Costa Pereira, viria dar a resposta que a Região e os sinistrados esperam da parte do PSD/Açores. Não. Veio dizer o mesmo.

Sr. Deputado, o PSD/Açores e o senhor, como picaroto, têm que definir a sua posição de uma vez por todas relativamente a esta matéria. O que é que está em primeiro lugar para o PSD/Açores: são os sinistrados ou é o Governo da República? A pergunta é clara e fica aqui mais uma vez registada.

Só para terminar, um esclarecimento que não tem a ver directamente com esta matéria, mas em face da insistência constante do Sr. Deputado Duarte Freitas, desde ontem, relativamente à questão do tempo, quero dizer e informar também os açorianos que o Sr. Deputado Duarte Freitas tem 9 minutos e eu, enquanto Deputado da bancada do PS, tenho 7 minutos e os deputados das outras duas restantes bancadas têm 25 minutos. Façamos as contas e vejamos quais são os deputados que têm menos tempo neste debate.

Presidente: Tem novamente a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Só um último esclarecimento sobre esta questão.

Já agora seria importante também sabermos em que sentido votarão os deputados do PSD na Assembleia da República?

Presidente: Sr. Deputado Hernâni Jorge, já fez o seu pedido de esclarecimento, agradecia que aguardasse.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: Sr. Presidente, peço que esta primeira nota seja considerada como uma interpelação à Mesa.

Presidente: **As pessoas inscrevem-se para pedir esclarecimentos e não há nenhuma ilegalidade nisso.**

O Orador: **Naturalmente, mas quando qualquer deputado desta Casa entender que um pedido seu de esclarecimento não foi respondido ou quando entender que deve pedir qualquer esclarecimento à Câmara, julgo que tem o direito regimental de o fazer.**

Tendo sido esse o entendimento correcto do Sr. Presidente, passo a fazer o meu pedido de esclarecimento:

O que eu gostaria também de perceber, enquanto deputado desta Casa, e aproveitando a presença aqui do líder regional do PSD/Açores, é qual será a intenção e a direcção do voto dos Deputados dos Açores na Assembleia da República quanto às propostas de endividamento excepcional, apresentadas pelos partidos da oposição?

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): **Agora sim! É preciso ter descaramento!**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.**

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Em relação a esta matéria, em primeiro lugar eu gostava de, em jeito de pedido de esclarecimento, salientar e chamar a atenção da Câmara para um aspecto que me parece particularmente relevante da postura com que o Partido Social Democrata encara esta questão.

Têm sido repetidas ao longo do tempo as intervenções da parte do Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, relativamente a esta questão da reconstrução e mais em particular depois da entrada em funções do novo Governo da República do PSD/PP, que caem confrangedoramente numa contradição.

Os Srs. Deputados queixam-se de tudo e mais alguma coisa na reconstrução. Os Srs. Deputados só não se queixam de uma coisa: do Governo da República.

Em relação a esta matéria, é preciso assumir a questão de uma forma muito concreta.

Existem propostas que neste momento estão na Assembleia da República, propostas que foram entregues, no âmbito da discussão do Orçamento de Estado, pelos Grupos Parlamentares do PCP e do PS na Assembleia da República.

Ontem tivemos a oportunidade de ouvir a tomada de posição do Grupo Parlamentar do PP, mas há algo que, apesar de todas as profissões de fé que o Partido Social Democrata tem manifestado nas necessidades da reconstrução e dos sinistrados, o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa Regional dos Açores ainda não foi capaz de dizer claramente.

Não lhes peço que responda às minhas perguntas. Só lhe peço que tivesse a coragem de assumir uma posição como teve os vossos parceiros de bancada que, clara e inequivocamente disseram: “nós apoiamos”.

Mas há algo mais que resulta daqui, que é a recusa do PSD em assumir uma posição. Apesar disso ser tratado na Assembleia da República no âmbito da discussão do Orçamento de Estado, é preciso não esquecer que isso tem relevância para aqui, tem relevância para este debate e tem relevância para esta matéria que nós estamos a discutir.

Agora, eu compreendo o incómodo do PSD, que é o incómodo de ver que quem disse que, como Presidente do PSD, estou e estarei junto de vós aqui nos Açores, mas não fujo às responsabilidades de defender a nossa terra na Assembleia da República sempre que for preciso, é a constatação, dizia eu, de que quem disse isso não está a cumprir com aquilo que se comprometeu com os açorianos. Mas isso fica consigo, Sr. Deputado Vitor Cruz.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Isto foi o que o senhor disse.

O senhor fugiu da Assembleia da República na Lei de Estabilidade Orçamental; o senhor foge da Assembleia da República no Orçamento de Estado para 2003; o senhor foge a pronunciar-se na Assembleia Legislativa Regional sobre as propostas que se encontram na Assembleia da República sobre esta matéria.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Não senhor.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: **Sr. Deputado Victor Cruz, é muita fuga junta para quem diz: “se eu fosse Presidente do Governo”.**

Deputado Victor Cruz (*PSD*): **Que incómodo!**

O Orador: **Sr. Deputado Victor Cruz, se eu fosse líder da oposição não fugia como o senhor foge.**

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.**

Deputado Victor Cruz (*PSD*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:**

Vamos ser claros sobre esta matéria.

Como se, porventura, alguma destas matérias fossem um incómodo para o Partido Social Democrata, começa-se por perguntar: onde é que estava o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional dos Açores quando não disseram uma única palavra aquando da aprovação dos Orçamentos de Estado de 2001 e 2002, em que o Governo era do PS e não tinha um centavo para a reconstrução? Onde é que os senhores estavam?

(Aplausos da bancada do PSD)

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): **Vem ou não vem o dinheiro?**

O Orador: Era ou não era previsível no Orçamento de 2002, aprovado em 2001, que era preciso solidariedade nacional?

Quando estamos perante um problema que é previsível, a solução não é fazer despachos à última da hora, depois de perder as eleições, para tentar fingir que se dava o dinheiro que não se quis dar na hora certa, quando é previsível que é preciso solidariedade, Srs. Deputado e Srs. Membros do Governo, e se está perante um orçamento e o Governo é do Partido Socialista. Nessa altura é que era preciso que os senhores tivessem falado, porque se o tivessem feito o problema estava resolvido. Não era um problema do Governo do PSD. Tinha sido um problema resolvido pelo Governo do Partido Socialista.

Os senhores aí, ao abrigo da autonomia cooperativa, ficaram silenciosos, foram cúmplices e deixaram prevalecer os interesses do Partido Socialista aos interesses dos Açores. É desse pecado que os senhores não se safam.

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Nesta altura o PS até votou contra uma proposta do PSD para reforçar o financiamento da reconstrução.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Os senhores quando pressentiram que iam perder o poder, inventaram a autonomia exigente e arrumaram na gaveta a autonomia cooperativa.

Os senhores é que andaram a pregar que era preciso votar nas câmaras socialistas, porque o Governo era socialista, que era preciso votar no Governo Regional, porque o Governo da República era socialista, que era preciso votar no Governo da República socialista, porque o Governo de cá era socialista e agora estão entalados estrategicamente, porque o Governo da República é social democrata.

Pelas minhas promessas, pelos meus compromissos, a maioria das autarquias dos Açores são do Partido Social Democrata.

Aplicando a vossa própria estratégia, o que é preciso agora mudar é o Governo Regional dos Açores. Esse, sim, é que está isolado na sua própria estratégia.

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Também lhe quero dizer com toda a clareza que não concordei com o Governo da República quando fez a interpretação que fez sobre a possibilidade de endividamento para 2002. Disse-o publicamente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Olhe o peso que teve.

O Orador: Eu, apesar de achar que a principal responsabilidade da ausência de financiamento de 2002 era do Governo do Partido Socialista que na altura podia ter resolvido o problema, lamento também que o meu Governo da República, do Partido Social Democrata, não o tenha resolvido.

Eu também gostava que se resolvesse o problema do endividamento que está na Assembleia da República.

Também lamento que isso possa não acontecer, mas eu fiz tudo para que houvesse dinheiro em 2003 para os Açores e para a reconstrução.

Eu também fiz tudo para que o Governo Social Democrata e do Partido Popular assumissem 60% dos custos da reconstrução. Eu faço tudo todos os dias para ajudar os açorianos.

Agora, se pensam que eu tenho qualquer incómodo com o Governo da República do meu partido, não tenho nenhum. Eu não sou membro do Governo da República. Eu não advogado do Governo da República.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): É, é!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Parece que é!

O Orador: E não sou porta-voz do Governo da República. Eu sou porta-voz de muitos açorianos que votaram nas eleições legislativas nacionais no Governo do Partido Social Democrata e que votaram maioritariamente no Partido Social Democrata.

Não consigo resolver tudo em Lisboa como gostaria. Assim também fizeram os senhores, mas com uma diferença: eu não fujo e tenho coragem para dizer que

não resolvo tudo como eu gostava, mas tenho também que ter a coragem para vos dizer, já que os senhores nunca reconhecem nada, que muitas coisas já consegui, que exijo e continuo a exigir como líder do partido, em privado,...

Deputado Paulo Messias (PS): Em privado, no confessionário!

O Orador: ... no partido e no Parlamento. Assim como exijo, continuo também a dar respostas para os interesses legítimos dos açorianos.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Não faço como V. Exas. que faziam silêncio absoluto quando o Governo era do PS, mesmo quando não tinham aquilo que queriam, faço o contrário, digo que está mal quando está mal, digo que está bem quando está bem, agora o que não posso admitir – e isso é que interessa sobretudo sublinhar – é que este Governo procure no Governo da República uma desculpa para tudo aquilo que não faz, para tudo aquilo que não consegue fazer, para as promessas que não consegue cumprir.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é essa a questão.

O Orador: Por fim, devo dizer que isso eu nunca fiz e se estou na Assembleia da República e se estou aqui é com os votos dos açorianos.

Digo-lhe mais:

Não é por estar lá que os Deputados do PSD farão nada diferente. Eu estou lá, como estou cá ...

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é verdade.

O Orador: ... e por isso o Partido Social Democrata não perde a coerência interna. Agora, o PS, quando eu estou lá, diz que eu devia estar cá e quando eu estou cá, diz que eu devia estar lá.

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: O que o PS gostava mesmo era que eu não fosse líder do PSD, mas os senhores têm muitas hipóteses de vir a ter o líder da oposição do Partido Socialista, se os outros candidatos assim o deixarem.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: **Portanto, meu amigo, eu sou um homem de coragem.**

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): **Não se vê!**

O Orador: **Digo o que está bem e digo o que está mal e é aí que faço uma grande diferença do Partido Socialista.**

Calados, calados sempre perante o governo socialista. Agora só sabem refilar e falar mal de um governo só porque ele não é do vosso partido.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): **Não é essa a questão.**

O Orador: **Nós somos diferentes e é com base nessa diferença que estamos a ganhar credibilidade e cada vez mais confiança dos açorianos e assim vai ser nos próximos dois anos.**

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.**

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Sr. Deputado Victor Cruz, deixe-me, em primeiro lugar, que o descanse quanto aos gostos do Partido Socialista.

Pelo seu comportamento, acredite que o Partido Socialista tem todo o gosto em vê-lo como líder do PSD. É com grande prazer e com grande satisfação.

Deputado Mark Marques (*PSD*): **Tem-se visto.**

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): **Já foram duas vezes.**

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Nas autárquicas e nas nacionais não gostaram de certeza.**

O Orador: **Continue porque está, para nós, num excelente caminho.**

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Vocês querem mesmo ir para a oposição.**

O Orador: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Há algo que resulta dos esclarecimentos do Sr. Deputado Victor Cruz e que resulta com particular clareza.

Em primeiro lugar caiu a máscara quando o senhor diz com ar irritado – e já agora fazia-lhe, em relação a si, a mesma recomendação que o senhor fez em relação ao Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos – que os socialistas, estrategicamente, estão entalados, é o cair a máscara...

Deputado Victor Cruz (PSD): Não, é usar os vossos argumentos.

O Orador: ... da forma como o senhor entende o exercício do poder.

Sr. Deputado Victor Cruz, é óbvio que o senhor está incomodado, é obvio que o PSD/Açores está incomodado.

Que grande confissão de incómodo tivemos nós quando o senhor diz que tentou uma coisa e ninguém lhe ligou nenhuma, que tentou outra e ninguém lhe ligou nenhuma, que tentou arranjar assim e o senhor não conseguiu. Isto é a confissão do incómodo, mas este é, Sr. Deputado Victor Cruz, um incómodo que o senhor vai ter que resolver com o Governo da República e dentro do seu partido.

O senhor levantou aí uma dúvida, relativamente onde estava o Partido Socialista, onde estava o Governo Regional. Eu vou dizer-lhe, Sr. Deputado Victor Cruz, onde estava o Partido Socialista/Açores e onde estava o Governo Regional:

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quando votaram contra a proposta de orçamento.

O Orador: Quando vieram 100 mil contos do Fundo Nacional de Emergência Civil, o Governo Regional estava presente a solicitar ao Governo da República do PS e o PS/Açores solidário.

Quando vieram 150 mil contos do Fundo de Socorro Social, o Governo Regional estava lá a reivindicar e o PS com ele.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Cuidado com essas contas.

Presidente: Sr. Deputados, peço que deixem o Sr. Deputado concluir.

O Orador: Quando vieram 2 milhões de contos para calamidades pouco antes do sismo e que foram canalizados para realojamento de emergência, o Governo Regional presente a reivindicar e o Partido Socialista com ele.

Quando vieram, por transferências financeiras directas, 300 mil contos de uma vez, 4 milhões de contos de outra e 1 milhão de contos de outra, o Governo Regional estava lá a reivindicar e o Partido Socialista/Açores com ele.

Quando foram disponibilizados fundos comunitários, 3 milhões de uma vez, 3,4 milhões de outra e 2 milhões de contos de outra, o Governo Regional estava lá a reivindicar e o Partido Socialista/Açores com ele.

Isto responde à sua pergunta: “onde estava o Partido Socialista e onde estava o Governo Regional?”

Quanto ao orçamento para 2002, Sr. Deputado Victor Cruz, o senhor como eu temos formação jurídica e sabe tão bem como eu que um despacho, um acto normativo qualquer não existe por si, existe porque manifesta uma vontade.

O problema aqui não é a questão do despacho, mas a questão da vontade, a vontade que o Governo da República do PS tinha de transferir 4 milhões de contos para os Açores e que os senhores não têm. Não venham com a desculpa do despacho, porque se o problema era o despacho, os senhores revogaram aquele, fizessem outro.

Deputado Paulo Gusmão (*PP*): Não tinha fundo. Era um cheque careca.

O Orador: Quanto à questão de onde é que vinha o dinheiro e para onde é que ia o dinheiro, Sr. Deputado Victor Cruz, no passado isso nunca impediu que viesse essa solidariedade nacional. O que é que o senhor está a sugerir? Está a sugerir que veio mal?

Os senhores nunca levantaram a voz quando viram nas contas que vieram tantos milhões de contos de solidariedade nacional e que por acaso até não constavam da receita. Os senhores levantaram a voz alguma vez? Não, aceitaram como açorianos a vinda dessa solidariedade nacional e só agora, porque vos convém, é que vêm levantar o problema formal.

O senhor sabe perfeitamente, e os açorianos também, que o problema não é o despacho, o problema é que os senhores não têm vontade, o problema é que o senhor quer entalar estrategicamente o Governo Regional dos Açores e o Partido Socialista. O senhor está a entalar estrategicamente os sinistrados do Faial e do Pico.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Paulo Messias (PS): **E os sinistrados?!**

O Orador: **O problema é este e é contra isto que nós nos levantamos.**

Para terminar, só mais uma questão:

Não por estar na Assembleia da República que os Deputados do PSD votam de maneira diferente e o senhor diz ainda que faz tudo o que pode pelos Açores e pelos açorianos. O seu comportamento permite-me ter dúvidas.

Presidente: **Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.**

O Orador: **Já termino, Sr. Presidente.**

O senhor se estivesse na Assembleia da República e não tivesse fugido teria votado favoravelmente os artigos da Lei de Estabilidade Orçamental que responsabilizam as Regiões Autónomas? O senhor sabe o que é que o seu partido fez? Inviabilizou várias soluções para a reconstrução.

Deputado Duarte Freitas (PSD): **O seu partido concordou.**

O Orador: **O meu partido não concordou e o senhor sabe que não é verdade. O meu partido...**

Deputado Duarte Freitas (PSD): **O seu partido absteve-se e ponto final.**

O Orador: **Sr. Deputado Duarte Freitas, não é ponto final, porque não é o senhor...**

Vozes da bancada do PSD: **Abstiveram-se!**

Deputado Duarte Freitas (PSD): **Tiveram vergonha do que tinham feito antes.**

O Orador: **É mentira! É mentira!**

Peço desculpa, Sr. Presidente, mas preciso de explicar isto e refutar por completo esta mentira descarada do Sr. Deputado Duarte Freitas.

Presidente: **Sr. Deputado, agradecia que concluísse.**

O Orador: **O Partido Socialista votou contra os artigos da Lei de Estabilidade Orçamental que responsabilizavam os Açores e a Madeira pela questão do défice.**

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: O mesmo voto contra do PS, para evitar que as Regiões Autónomas fossem responsabilizadas pelo défice, foi derrubado pelo vosso voto favorável.

Portanto, Sr. Deputado Victor Cruz, o que eu lhe quero dizer é tão somente isto:

O senhor é directamente responsável pela inviabilização de soluções para a reconstrução, como por exemplo a questão do endividamento, a questão da AICOPA, a questão do empréstimo a negociar, a questão da Sociedade Veículo. Tudo isto é responsabilidade sua e sabe porquê? Eu explico-lhe: o senhor tem a ver com isto, porque a Lei de Estabilidade Orçamental foi o argumento que o Governo da República utilizou para inviabilizar estas soluções.

A responsabilidade é sua. O incómodo é seu e o senhor tem que lidar com isso da forma que melhor entender e não tente confundir os açorianos e os sinistrados com as asneiras que o senhor faz, como líder da oposição.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Sr. Deputado Victor Cruz, com o decorrer deste debate estamos bem mais esclarecidos, bem mais esclarecidos entre o “anjo”, a “cara de anjo”, o “menino do coro”, a “falta de decoro”. Estamos todos cada vez mais esclarecidos.

Estamos também mais esclarecidos com aquilo que o senhor disse, porque há algo que é fundamental, Sr. Deputado Victor Cruz, que é o seguinte: o senhor não é, ao que presumo, contabilista, o senhor não é, ao que sei, guarda-livros.

Gostava que o Sr. Deputado Victor Cruz me respondesse se o que interessa é o que está explicitado no orçamento ou se o que interessa é o que acontece?

Gostava que o Sr. Deputado Victor Cruz me dissesse se até fins de 2001 o Governo da República, por diversas vias, transferiu ou não para a reconstrução 21 milhões de contos?

Gostava que o Sr. Deputado Victor Cruz me dissesse se é verdade ou não que em 2002 o Governo da República não transferiu um cêntimo para a reconstrução?

A sua intervenção foi extremamente esclarecedora, quando o Sr. Deputado Victor Cruz, em desespero, disse: “eu não sou defensor ou advogado do Governo da República”. Mas, Sr. Deputado Victor Cruz, temos que nos entender, porque V. Exa. tem responsabilidades como Deputado dos Açores à Assembleia da República, onde prometeu aos açorianos que lá estaria sempre que tivesse em causa os interesses dos Açores e não tem estado e continua a não estar. Não esteve na Lei de Estabilidade Orçamental e não está agora em que há um pedido de crédito fundamental para a reconstrução.

V. Exa., Sr. Deputado, tem que escolher, ou V. Exa. tem influência sobre o seu partido e sobre o Governo da República e o que de mal nos acontece é por maldade sua, ou V. Exa. não tem influência e então aí tem que confessar que é um fraco...

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Malcriado é que eu não quero ser.

O Orador: ... e os açorianos também não querem um fraco, porque como sabemos Carlos César tinha influência.

E mais:

Também Carlos César teve influência, não por razões partidárias, mas pela força da razão,...

Deputado Mark Marques (*PSD*): Está ciumento!

O Orador: ... em representar os açorianos junto do Governo da República de Durão Barroso, porque nunca se tinha falado em financiamento plurianual para a reconstrução e foi Carlos César que falou na reunião com o Primeiro-Ministro e só depois disso é que houve financiamento plurianual para a reconstrução.

Os açorianos têm que saber que Carlos César, pela força da sua razão, tem mais influência junto de Durão Barroso do que V. Exa..

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz. Dispõe de 3 minutos.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nem sequer manifesto a minha estranheza pela má educação da intervenção do Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Qual má educação?!

O Orador: O Sr. Secretário Regional, aliás, como fez o outro Secretário Regional, fazem considerações sobre o aspecto físico das pessoas, se têm cara de santos, se não tem...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Qual físico? O senhor é que falou em anjo.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Os qualificativos foram seus.

O Orador: Não, aquele senhor é que disse primeiro.

Aliás, o Sr. Secretário Regional, José Contente, durante a campanha eleitoral já tinha feito uma consideração sobre o aspecto físico de um cartaz que eu fiz e que ganhei as eleições.

Respostas sobre o seu aspecto físico eu não vou dar nunca. Tenho esta educação. Acho que o debate parlamentar tem piada com alguma ironia, mas não vou por esse caminho. O senhor foi malcriado, mas é o estilo de V. Exa. nesta Casa e não o de todos os Membros do Governo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é desespero total.

O Orador: O povo é que gosta e é que sabe apreciar isso.

A mesma coisa se aplica à linguagem excessiva do Sr. Deputado Vasco Cordeiro que anda sempre à procura de dizer uma frase bombástica que possa ser

escolhida para aparecer, certamente, nalguma rádio. Eu não vou por esse caminho.

Passando ao que interessa, é verdade que o Governo de António Guterres apoiou financeiramente a reconstrução? É.

É verdade que o Engenheiro António Guterres, que devia ter dado dinheiro em 2002, porque ele é que era o responsável, era o Primeiro Ministro, quando foi aprovado o Orçamento de 2002 e era previsível e preciso o financiamento, não deu...

Deputado Paulo Messias *(PS)*: A verdade é que deu.

O Orador: ... e aí Carlos César e o PS não tiveram influência, aí o PS não disse que estava mal, não votou contra e fugiu das suas responsabilidades na Assembleia da República, no Governo Regional e no Parlamento Regional. Esta é que é a verdade.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: Também, é verdade que eu fiz tudo, dentro das minhas capacidades – não falo em nome do Governo, falo em nome do PSD dos Açores e é nessa qualidade que eu posso falar – para o conseguir.

Tenho defendido as pretensões dos Açores, sempre que posso, junto do Governo da República, através do Parlamento ou através do PSD.

Sobre isto ninguém tenha dúvidas e por isso mesmo veio ao ponto de, com humildade, mas também com coragem, dizer: é verdade, não consegui tudo o que queria.

Digo-lhe mais:

Tenho dúvidas que algum Governo Regional consiga tudo o que quer.

Acho que os governos do Dr. Mota Amaral não o conseguiram, apesar de terem conseguido muito.

Acho que o Governo Regional do Partido Socialista não o conseguiu, apesar de também ter conseguido muito.

Acho que os governos não vão conseguir ter tudo o que querem e por isso mesmo o que deve prevalecer é a verdade.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: **Portanto, eu não posso aceitar e acho ofensivo que o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que tem especiais responsabilidades, venha aqui dizer que a minha estratégia e a do PSD é tentar montar um esquema, segundo o qual os açorianos seriam prejudicados. Isso é ofensivo e não lhe admito que lance sobre mim e a boa gente do PSD essa suspeita. Foi uma maneira de ser malcriado politicamente.**

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: **Somos os dois juristas, disse e muito bem.**

Eu já não pratico advocacia, mas por sermos os dois juristas é que sabemos que um despacho é uma manifestação de uma vontade, um orçamento não só é manifestação de uma vontade, como era obrigação de se cumprir com o financiamento para a reconstrução e essa possibilidade os senhores tiveram-na como juristas e como políticos e como juristas e políticos disseram que não. Esta é que é a verdade e como jurista também deve perceber.

Também vos quero dizer que não gosto da Lei de Estabilidade Orçamental. Ninguém gosta desta Lei neste país, a começar pela Ministra das Finanças que disse que bom era não ser preciso uma Lei de Estabilidade Orçamental, agora existe uma razão de fundo para haver esta Lei e ela prende-se com o facto do PS, sempre com a concordância do Governo Socialista e do PS dos Açores, ter governado a República de forma a deixar como herança ao Governo do PSD e do PP um verdadeiro pântano, nas palavras do ex-Primeiro Ministro.

Presidente: **Sr. Deputado, agradecia que concluísse.**

O Orador: **E os açorianos, apesar de reconhecerem que o Eng^o António Guterres tomou várias iniciativas muito favoráveis aos Açores, nas eleições legislativas nacionais de Março, pressentiram que o caminho não era continuar com o**

Governo do PS, que o caminho, embora fosse difícil, era mudar de governo e votar num governo diferente.

É o governo do PSD e do PP que tem obrigações com os Açores que vai cumprilas, apesar das dificuldades e todos podem contar com o PSD para defender os açorianos, mesmo que isso possa ser um suposto incómodo para o Partido Socialista.

Nós não estamos nada incomodados. Olhe para a minha cara de incómodo! Eu não tenho incómodo nenhum, porque tenho apenas uma regra: tentar ser coerente, tentar que as minhas declarações tenham coerência e seguir os interesses dos Açores.

Sendo assim, eu posso ser humilde e dizer que às vezes não consigo aquilo que quero, mas nunca tenho incómodo nenhum na política.

Quem tem valores e convicções, nunca se incomoda em política.

Eu não estou nada incomodado, apesar das vossas agressões.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, a Mesa pede encarecidamente que cumpram os tempos, porque assim é muito difícil e os Srs. Deputados estão a ultrapassar largamente o tempo para esclarecimentos e quem fica incomodado é o Presidente da Assembleia e a própria Assembleia.

Faço um apelo para que cumpram os três minutos regimentais para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Obrigado, Sr. Presidente e obrigado pela sua chamada de atenção, relativamente ao cumprimento dos tempos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Victor Cruz, alguns aspectos da sua intervenção que me parece importante salientar.

Em primeiro lugar, a questão de posicionamento político que se coloca aqui não é um problema de se conseguir tudo o que se quer. O senhor nunca ouviu da parte do PS esse tipo de acusação.

Agora, há aqui uma circunstância que se afigura particularmente clara e notória, aliás, circunstância que tem sido bastas vezes salientada pelo Sr. Deputado José Decq Mota, para grande incómodo do PSD.

A questão é saber se estamos todos a puxar para o mesmo lado, no sentido dos interesses dos Açores, ou seja, nós com um entendimento, os senhores legitimamente com outro entendimento, o PCP e o PP com outro entendimento. O que há de novo nesta circunstância, o que é politicamente censurável no PSD/Açores é aquilo que é muito bem observado pelo Sr. Deputado José Decq Mota, é que, pela primeira vez, os senhores estão a colocar a defesa do Governo da República à frente dos interesses dos Açores.

Em relação à questão de conseguir ou não conseguir, Sr. Deputado Victor Cruz, quando se coloca este problema de princípio e de postura política, está esclarecida. Não é preciso batermos mais nessa tecla.

Os senhores, em relação a esta questão da reconstrução, é que têm tido um comportamento de mais preocupação em defender o Governo da República do que em defender as necessidades de reconstrução habitacional do Faial e do Pico.

Segundo aspecto que me parece importante salientar:

Sr. Deputado Victor Cruz, eu muito humildemente, se por acaso o ofendi de alguma forma, peço-lhe desculpa, mas gostaria que o senhor tivesse esta sensibilidade tão à flor da pele com algumas das intervenções que vêm da sua bancada. Ficar-lhe-ia bem.

Por outro lado, há um terceiro aspecto que se coloca em relação à Lei de Estabilidade Orçamental e à responsabilidade dos governos do PS.

Sr. Deputado Victor Cruz, a Lei de Estabilidade Orçamental teve um determinado sentido de voto do Partido Socialista na Assembleia da República na generalidade, na especialidade, em relação aos artigos que diziam respeito às Regiões Autónomas, e na globalidade.

O PS considera importante o pacto de estabilidade e crescimento.

Também considera útil uma Lei de Estabilidade Orçamental, daí o sentido de voto que teve.

Mas, o problema não é este, o problema é se os Açores devem ou não devem ser responsabilizados também por isso. Eu nossa opinião não devem. Os senhores acham que devem.

A questão é saber se os açorianos devem ou não devem ter mais sacrifícios por causa disso.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Os senhores entendem que sim. Nós entendemos que não. A diferença está aqui.

Mas, há algo também que já ressalta com clareza: os senhores já têm um orçamento entre mãos que tem determinado tipo de respostas e determinado tipo de questões em relação aos Açores e já começam a ser responsáveis por isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Presidente do Governo Regional. Tem a palavra.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Também vou procurar ser muito breve, seguindo o aconselhamento do Sr. Presidente da Assembleia.

Gostaria de evitar apenas que se reescrevesse, em permanência, a história da solidariedade dos diferentes Governos da República para com os Açores e gostaria apenas de dizer o seguinte:

Entre 1997 e o ano de 2001 – e não estou a dizê-lo pela primeira vez nesta Assembleia – chegaram aos Açores, a diverso título e com diversa proveniência, 21,5 milhões de contos para o apoio a acções do Governo respeitantes às calamidades e à reconstrução dos estragos causados pelo sismo, ou seja, entre 1997 e o ano 2001 chegou aos Açores, em média, mais de 4 milhões de contos/ano de solidariedade para com as calamidades.

Não tiveram sempre a mesma origem nas rubricas orçamentais e por vezes até nem foi dinheiro retirado do Orçamento de Estado. Uma vez vieram de reforços de Fundos Comunitários, outras vezes vieram do Fundo de Socorro Social, outras vezes do Fundo Emergência, outras vezes do Ministério do Equipamento, outras vezes da Dotação Previsional e muitas dessas vezes não tinham qualquer orçamentação no Orçamento do Estado, nem tinham a correspondente previsão de receita no Orçamento Regional. O que interessava era que essa solidariedade se fizesse.

Coloquei ao anterior Primeiro Ministro a questão relativa à manutenção deste nível de solidariedade. Para nós era importante, era significativo e constituiria um bom esforço da parte da República manter essa média de solidariedade. Para isso seria necessário que o Governo da República em 2002 a mantivesse, fazendo uma transferência ou promovendo qualquer outra natureza de apoio que nos permitisse ter mais 4 milhões de contos para combatermos os efeitos nefastos das calamidades e da reconstrução do sismo de 1998.

Em vésperas da queda do anterior Governo, o Governo aprontou esse assunto como muitos outros que, certamente em muitos domínios, tinha pendentes e ainda não tinha feito e fê-lo antes de cessar as suas funções do modo a deixar expresso o cumprimento de determinados compromissos que assumiu. Nunca achei nada de perverso nisso e, pelo contrário, valorizei a atitude do Eng^o. António Guterres ao fazê-lo, mesmo já estando nos últimos dias do seu mandato.

O que eu esperaria era que, independentemente do Governo da República que lhe sucedeu considerar legal ou ilegal, apropriado ou inapropriado a forma de transferência desses 4 milhões de contos, cumprisse um compromisso de solidariedade, tentando arranjar a forma legal ou que considerasse mais apropriada para fazer valer esse compromisso e para permitir que a reconstrução prosseguisse ao ritmo que estava a prosseguir.

Por isso, há um facto que é iniludível, o novo Governo da República cancelou uma transferência que estava preparada e não revelou qualquer boa vontade em fazer essa transferência, até porque no mesmo ano elaborou um Orçamento

Rectificativo no qual teria, certamente, probabilidades de incluir a prestação dessa forma de solidariedade para com os Açores.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Presidente.

O Orador: Devo dizer ainda que há uma crítica, em que eu tenho pensado, que o próprio Governo da República me fez, em termos particulares, não sei se públicos, mas que também o PSD e o PP já me fez nos Açores, que o Governo Regional devia ter acautelado de forma protocolar todo este processo de transferências para a Região.

Eu devo dizer que sempre tenho funcionado na política e na relação institucional através de um critério da boa fé.

Nunca me passou pela cabeça que chegasse ao poder no nosso país um governo que não fosse solidário para com as vítimas da catástrofe e do terramoto de 1998.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Quero terminar apenas dizendo o seguinte:

Cada um se enfeita com os poderes que julga ter ou que quer aparentar ter.

Mas, a verdade é que com este Governo da República, não são os Açores apenas os prejudicados.

Ainda hoje a imprensa da Madeira faz eco das declarações do Dr. Alberto João Jardim que diz que com as transferências que foram feitas e o endividamento que foi cancelado, tudo, tudo terá que ser vítima de cortes, excepto os salários.

Eles também têm as suas dificuldades e certamente o Dr. Alberto João Jardim, embora de forma muito mais humilde e ineficaz do que o líder do PSD/Açores, tem feito o que pode para defender a sua terra junto do Governo do seu partido.

A conclusão que temos que tirar claramente é a seguinte:

Os Açores não estão prejudicados por terem um Governo do Partido Socialista.

A Madeira não está, nem estava antes prejudicada por ter um Governo do Partido Social Democrata.

As Regiões Autónomas estão prejudicadas por haver o governo do PSD que há ao nível do Governo da República.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.**

Deputado José Decq Mota *(PCP)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Eu não pensava entrar neste debate por razões de tempo e porque estou inscrito para fazer uma intervenção na tribuna daqui a alguns minutos, mas o caminho que ele levou obriga-me a usar estes três minutos no sentido de marcar uma posição, sob a forma até de esclarecimento e queria dirigir-me ao Sr. Deputado Victor Cruz, começando por lhe dizer o seguinte:

Eu não o quero ofender de forma nenhuma, mas queria que acompanhasse comigo este raciocínio:

Mesmo partindo do pressuposto que na sua argumentação possa ter razão sobre as formas e vias usadas pelo anterior Governo da República em relação aos apoios à reconstrução, mesmo que possa ter razão, as decisões do Governo do PSD e do PP ao nível da República em relação ao não financiamento da reconstrução em 2002, – e já o disse aqui muitas vezes e reafirmo, uma decisão brutal – agravada pelo facto de não haver autorização de endividamento em 2003 e de não haver a sequência que estava programada para a questão do endividamento em 2002, traduz, e não o quero ofender, – já fiz várias vezes essa afirmação aqui, já a escrevi e já a publiquei – uma estratégia política de asfixia financeira desta Região Autónoma. Repito, traduz uma estratégia política de asfixia financeira desta Região Autónoma e isso não pode ser escondido, Sr. Deputado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Se internamente tentou lutar contra isto ou não, o que é certo é que o PSD dos Açores, a sua Direcção, o seu Grupo Parlamentar, o ilustre Deputado Costa Pereira e todos os restantes das ilhas sinistradas não tomaram posição contra isto, não tomaram posição em relação a uma situação de equilíbrio e devo até dizer o seguinte: os senhores foram radicais, porque não só os senhores não quiseram cumprir o que vinha de trás, como não quiseram abrir um processo que pudesse ser até de concertação de meios adaptando-os a eventuais ou reais dificuldades que o país tenha.

Em vez de ser 4 milhões poderia ser um pouco menos; em vez de ser 3,5 milhões no ano que vem, poderia ser menos se este ano tivesse vindo algum, ou seja, isto tudo poderia ter sido negociado se os senhores não tivessem sido radicais e foram-no.

É por isso, Sr. Deputado Victor Cruz, estimado amigo e ilustres Deputados do PSD, que os senhores perderam toda a autoridade moral em relação à questão da reconstrução.

Os açorianos e os sinistrados não podem acreditar nos senhores agora.

O Sr. Deputado Costa Pereira tem trabalhado muito para a resolução de problemas da reconstrução, eu sei disso e afirmo aqui que ele tem trabalhado muito ao longo destes anos, como o Deputado Manuel Azevedo e o Deputado Duarte Freitas, mas perderam toda a autoridade, porque aquilo que podia estar pronto em 2004 não vai estar e a responsabilidade é do Governo da República que os senhores apoiam.

Em relação à proposta de especialidade que aqui é posta, permita-me que avance já com uma opinião: esta proposta não pode ser aprovada por esta Assembleia, porque essa proposta significa a tentativa de absolvição do Governo da República e da falta de solidariedade da República e, portanto, esta proposta não pode ser aprovada.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Duarte Freitas *(PSD)*: **E o ano passado quando chumbaram o que é que significava?!**

O Orador: **Depois veremos isso mais adiante.**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: **Muito obrigado, Sr. Deputado, sobretudo por ter cumprido o tempo. Espero que continuem a fazê-lo.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz. Faço-lhe também um apelo para o cumprimento dos três minutos.

Deputado Victor Cruz *(PSD)*: **Sr. Presidente, vou responder ao seu apelo na exacta medida em que o Sr. Presidente do Governo Regional o fez, ou seja, tentou, mas não conseguiu e ninguém chamou a atenção para o Sr. Presidente do Governo.**

Vozes da bancada do PS: **Chamou, sim senhor!**

O Orador: **Chamou mas ele não obedeceu.**

Os direitos são iguais e eu sempre fui respeitador, Sr. Presidente. Tentarei. Vou ver se consigo.

Presidente: **Sr. Deputado Victor, eu só quero lhe dizer que é muito aborrecido o senhor anunciar antes que não vai cumprir. Eu espero que pelo menos faça esse esforço.**

Com toda a amizade e consideração, não diga antes que não vai cumprir.

Vamos tentar ser cordiais neste debate que está a ser interessante e vivo e é isso que se pretende.

O Orador: **É o que eu mais sou e ainda outro dia fui tomando parte por si, contra a perspectiva de outros partidos.**

Presidente: **Sim senhor, Sr. Deputado.**

Vamos prosseguir com o debate. Tem a palavra.

O Orador: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:**

Muito rapidamente para dizer, Sr. Deputado José Decq Mota, com toda a consideração com que coloca também a crítica sobre mim, que acho que o senhor inventou.

O senhor está com um fantasma que é o de pensar, porventura, que a estratégia do Governo da República é asfixiar financeiramente a Região e assim como se queixa, como disse agora mesmo o Sr. Presidente do Governo, Alberto João Jardim, o Governo da República também quererá asfixiar financeiramente a Região Autónoma da Madeira.

O senhor vê como o cruzamento dos argumentos acabam por deitar por terra todos os argumentos aqui aduzidos.

O senhor que é altamente interessado nesta matéria, partidariamente, e que vem para aqui querer dizer que é melhor do que os outros, que os outros têm interesses político-partidários e que o senhor não tem, o que acabou de fazer aqui foi absolver, isso sim, o Governo Regional do Partido Socialista ao não querer dizer que ao ser aprovada uma proposta que tem justamente esta virtude: se nada se conseguir resolver, o problema dos sinistrados está garantido e está resolvido. A isso o senhor disse previamente que não.

Portanto, acaba por ser a absolvição do Governo do Partido Socialista pelas mãos do radical Partido Comunista, esse sim, já nos habituou em diversas matérias a ser um partido radical. Da nossa parte, radicalismos não é, de facto, o nosso caminho.

O que interessa aqui sublinhar, Sr. Presidente do Governo, é que 60% dos custos da reconstrução vão ser assumidos pelo Governo da República que é, se bem me parece, mais ou menos o mesmo que o Governo da República anterior acabou por assumir, no dinheiro que deu até agora para a reconstrução, isto de acordo com as suas declarações.

Nós vamos acabar este processo chegando à conclusão que o actual Governo da República assume a mesma fatia de solidariedade nacional que o anterior Governo da República e se no processo...

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): E vamos terminar quando, Sr. Deputado?!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Em 2001, como prometeram!

Presidente: Srs. Deputados, deixem o Sr. Deputado Victor Cruz concluir.

O Orador: ... houve falhas, no mínimo poder-se-á dizer que houve uma falha grave do Governo do Partido Socialista, perante o seu silêncio cúmplice quando foi aprovado o Orçamento de 2002 e há uma resposta negativa, com a qual eu não concordo, certamente, do Governo da República em não resolver o problema do ano de 2002.

Mas existe uma diferença, é que agora com o actual Governo da República toda a gente vai ficar a saber com o que é que se conta. O dinheiro está no Orçamento que é o lugar onde deve estar, porque é previsível e porque é preciso solidariedade nacional.

O velho Governo da República, meu caro Presidente, esse nunca quis seguir esse caminho, quis seguir sempre um caminho sinuoso que é justamente a lógica do contrário da Lei de Finanças das Regiões Autónomas como os senhores também já estão agora a seguir, ao dizer, umas vezes cumpre-se, outras vezes não se cumpre.

A virtude da Lei de Finanças foi ter previsibilidade, foi dar garantias e são essas garantias que é preciso assegurar e prosseguir uma política que na face da força da Lei de Finanças a sua própria fraqueza.

Eu prefiro esse caminho, apesar de lamentar que também não haja dinheiro para 2002.

Quando o PSD apresenta uma proposta é para que ninguém tenha dúvidas que, seja quem for o sacrificado, os sinistrados, esses não podem mesmo ser sacrificados.

Para concluir, Sr. Presidente, o Governo da República tem, de facto, dificuldades graves para resolver.

Não é a Região Autónoma dos Açores e da Madeira que estão a ser prejudicadas, antes pelo contrário, elas estão a ser beneficiadas com o actual Governo da República, mas é todo o País que está a ser prejudicado por causa da incompetência do PS quando governou Portugal.

Deputado Mark Marques (*PSD*): *Muito bem!*

O Orador: Só espero que não aconteça o mesmo nos Açores.

Para que fique bem claro, eu não gosto mais do Governo da República do que gosto do Governo Regional dos Açores. Eu gosto mais do PSD do que gosto do PS, mas de quem eu gosto mesmo, no plano político, é dos açorianos.

Por isso não tenho incómodos nenhuns, tenho muitas convicções e coragem total. Nunca fujo de nada, vou sempre para a frente.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Em primeiro lugar, para fazer uma pequenina nota à terminologia usada pelo Sr. Deputado Victor Cruz em relação à minha intervenção e ao partido que eu tenho a honra de pertencer.

As afirmações que foram feitas são sinal de que, e gostava de chamar a atenção para isso, chegaram fundo, porque o Sr. Deputado reagiu duma maneira que não lhe é habitual e, portanto, quando se reage é porque se sente e quando se sente é porque o que foi dito teve peso e foi importante.

Eu gostava apenas de esclarecer uma questão.

O esforço regional, em termos financeiros, feito para a reconstrução, é um esforço muito grande e não é aceitável, como opção política, e daí a questão do endividamento que o PS e PCP põem e que agora também o PP reconhece com toda a lucidez, apresentar uma proposta que reduza investimentos, porque o esforço é muito grande e não pode ser exigido aos Açores que travem mais o seu processo de desenvolvimento em função das catástrofes que ciclicamente, como sabemos, vão surgindo.

O que os senhores estão a fazer com essa proposta é tentar abrir um precedente de estrangulamento para o futuro e para camuflar nos anos mais próximos as necessidades da solidariedade nacional, porque vamos ter, infelizmente, na nossa história próxima, mais sismos, mais temporais, mais portos partidos, etc..

Isso é que não é aceitável e esta questão tem de ser bem clara, porque a Região está a fazer, em termos financeiros, um esforço muito grande.

Última questão sobre este assunto:

Toda a gente conhece a opinião que temos sobre a condução do processo de reconstrução e toda a gente sabe que eu nunca me quis arvorar em coisa nenhuma, apenas, primeiro como vereador e depois como deputado, procurei dar o contributo que estava ao meu alcance e discordo de muitas questões e de muitas orientações do Governo Regional em relação ao processo de reconstrução, mas é este Governo Regional, legítimo e eleito, juntamente com esta Assembleia, quando for caso disso, que tem que resolver as questões.

Não é o governo de Durão Barroso que tem que julgar se dá ou não dá apoio em função da política interna que é decidida. A política interna é decidida aqui. Isto é o cerne da autonomia, Sr. Deputado Victor Cruz! Não perceber isso é não querer perceber nada.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Messias (*PS*): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados:

Só para, digamos, reforçar um pouco aquilo que eu já tinha dito, começando desde logo por dizer que o Governo da República anterior sempre cumpriu a Lei de Finanças das Regiões Autónomas e que as transferências que fez para os Açores sempre foram feitas, independentemente da via, ao abrigo de um artigo, segundo o qual também fundamentou o despacho de concessão de 4 milhões de contos ao Governo do Açores este ano de 2002.

Esse despacho, repito, foi revogado pelo actual Governo da República...

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Era ilegal.

O Orador: ... e não foi substituído por nenhuma outra forma que, no entender do Governo da República, suprisse a sua aludida ilegalidade.

Portanto, temos que ter como referência clara isto: o Governo da República disse que aquele despacho era ilegal, mas não encontrou, nem quis encontrar

forma legal de transferir uma verba para os Açores, apesar de ter feito um Orçamento Rectificativo onde aumentou o endividamento.

Recordo que esses 4 milhões de contos pouco significariam, por exemplo, se estivessem adicionados ao próximo Orçamento de 2003, para manter essa média de solidariedade nacional.

Como nós sabemos o Governo da República vai endividar-se em mais 1.100 milhões de contos e não eram certamente, nem o empréstimo para o financiamento do nosso Plano, nem o empréstimo para a cobertura complementar dos custos da reconstrução, no seu andamento normal, que onerariam esse défice. Está calculado que o agravamento do défice, por via da prestação dessa solidariedade, seria de 0,02%.

Portanto, não há nem pode haver uma explicação racional, mesmo explicação orçamental para a quebra de solidariedade que foi feita.

Também é verdade que o Governo da República não se “divorciou” do processo da reconstrução, mas o modelo que apresentou de prestação de solidariedade é um modelo perverso, porque teve como principal consequência, para não dizer como principal intenção, não acabar a reconstrução em 2004, não sei porquê, mas só acabá-la em 2006...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): O senhor prometeu que era em 2001.

O Orador: ... o que, no mínimo, pode dizer-se que é um curioso número.

O César gostava, por fim, de dizer que os açorianos já compreenderam tudo isto. Ninguém pode enganar os açorianos sobre o que se passou em relação ao processo de financiamento da reconstrução. Eu não posso enganar os açorianos em relação a erros que tenham sido cometidos na reconstrução, na freguesia “x” ou “y”, numa prioridade que não foi a adequada, posso-lhes é dar-lhes uma explicação ou pedir-lhes desculpa quando isso acontece.

Mas, sobre esta matéria os senhores não podem inventar mais nada que não reconduza todos a uma constatação que é impossível de negar: este Governo da República quebrou a solidariedade que estava a ser prestada e por via da quebra dessa solidariedade, a reconstrução que poderia acabar em 2004, só acabará, no mínimo, em 2006.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Era para acabar em 2001 e por sua culpa é que não acabou.**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.**

Deputado Victor Cruz (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sr. Presidente e Membros do Governo:**

Uma última intervenção, pelo menos é o meu desejo, porque falta muito pouco tempo já ao Partido Social Democrata, para dizer ao Sr. Presidente que o senhor usa e abusa do Primeiro Ministro de Portugal.

O senhor usa e abusa do Governo da República muito para além da razão que tem, e às vezes tem razão, mas perde-a, porque o que o senhor fez foi construir uma estratégia de desculpa, desculpar-se para tudo e com tudo com o Governo da República.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): *Muito bem!*

O Orador: **Só isso justifica que agora venha queixar-se dum prazo que não vai cumprir, quando não cumpriu o prazo que prometeu e o Governo da República era do seu amigo Eng^o. António Guterres?**

Os senhores prometeram acabar a reconstrução antes de haver eleições legislativas nacionais, mas não acabaram e a culpa foi de quem, do Governo da República do Eng^o António Guterres ou da incompetência do Governo do Partido Socialista dos Açores?

Portanto, com esses argumentos toda a gente fica a saber, e ninguém engana, de facto, os açorianos, que este Governo olha para o Governo da República e pensa: cá está a desculpa que me faltava para dizer que vou fazer cortes no Orçamento, para dizer que não vou cumprir com as minhas promessas, para dizer que a reconstrução vai acabar mais tarde, para ser aquilo que chamou, consoante citação de ontem, uma patetice de apelos à unidade regional contra o centralismo, como disse o Dr. Mota Amaral.

Meu caro Presidente do Governo Regional, eu gostava que o Governo Regional assumisse as dificuldades, dissesse que também erra, dissesse o bom que faz, mas não encontrasse no Governo da República a grande desculpa.

Por que é que a estratégia é baseada numa grande mentira? Uma estratégia baseada numa mentira, acaba por ser uma má estratégia, uma estratégia que não credibiliza o Presidente do Governo Regional, uma estratégia que não credibiliza o Governo Regional dos Açores.

Esta sua estratégia de arranjar desculpas onde elas não existem, já toda a gente percebeu que não é o caminho certo.

A reconstrução não está pronta, por culpa vossa. Não à dinheiro no Orçamento de 2002 por causa do vosso governo que teve oportunidade de arranjar o dinheiro no Orçamento.

O senhor calou-se. O senhor esteve calado quando o Governo era seu e agora fala muitas vezes só porque o Governo não é do Partido Socialista e por isso mesmo o senhor não tem uma estratégia, tem uma tática e arranjou uma manobra. O senhor está manobrando a pressão do Governo da República para arranjar as desculpas que são suas e fica-lhe mal não assumir as suas próprias dificuldades, os seus próprios erros, a incompetência do seu Governo, a falta de capacidade de previsão, a falta de capacidade para concretizar aquilo que tinha pensado e gizado para os Açores. O problema é seu.

Nós estamos aqui para estar ao vosso lado e ao lado de todos quando o problema for, de facto, do Governo da República e, de facto, em 2002 também o actual Governo da República não resolveu o problema, mas a primeira culpa tem que ser apontada ao Governo anterior e o senhor não o fez na altura própria, que era a altura que podia ter resolvido e, por isso mesmo, hoje não tem autoridade para fazer este tipo de discurso.

É bom que haja debates, é bom que se esclareça tudo isto, porque não pode passar para a opinião pública açoriana a ideia de que aquilo que o Governo do Partido Socialista não faz, as promessas que não vai cumprir, a reconstrução que já devia ter terminado, são por culpa de quem não tem a culpa.

O seu a seu dono.

“A César o que é de César”, como diz o ditado.

Este Governo tem que percorrer o “calvário” dos seus erros, das suas dificuldades.

Quando tiverem razão contra o Governo da República, têm o PSD ao seu lado e ao lado dos açorianos.

Agora, os senhores inventam tudo. A vossa estratégia é uma estratégia de invenções, de mentiras, de fantasmas e de questões que não são sequer questões que possam ser levantadas como questões com credibilidade.

Presidente: Sr. Deputado Victor Cruz, agradecia que concluísse.

O Orador: O senhor não falou quando devia ter falado, agora fala porque o Governo é de outro partido. O senhor não é o Presidente do Governo Regional de todos os açorianos, é o líder do PS, sentado até 2004 na cadeira de Presidente do Governo Regional dos Açores.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu vou ser mais uma vez breve, até porque a intervenção do Sr. Deputado do PSD foi uma intervenção enrolada e muitas vezes imperceptível e eu percebo que ele não tenha podido perceber o que nos queria fazer perceber através da sua intervenção.

Não há dúvida que o que está aqui em causa é uma situação muito simples que eu vou repetir.

Se o actual Governo da República mantivesse a prestação da solidariedade nacional que em média os anteriores governos nos deram, nós teríamos a reconstrução concluída no ano de 2004. Nós tínhamos todas as empreitadas públicas lançadas e o termo dessas empreitadas era o ano de 2004 e, portanto, tínhamos todos os instrumentos para que essa conclusão, no essencial, pelo

menos nas obras de administração directa do Governo Regional, fossem concluídas.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): E em 2001. Já não se lembra de ter dito isso? Teve amnésia!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, agradecia que deixasse falar o Sr. Presidente do Governo.

O Orador: Eu não preciso que V. Exa. me lembre. Eu sei responder e assumir as minhas responsabilidades em todos os domínios.

Efectivamente, no início do processo da reconstrução eu próprio pensei que era possível reconstruir com maior velocidade e chegar lá mais cedo.

Mas sabe, as dificuldades que se nos colocaram não foram dificuldades de ordem financeira, foram dificuldades de ordem logística, de ordem legislativa, de ordem de recursos humanos disponíveis, de ordem de organização, de ordem, por exemplo, de prevenção dos riscos na localização das reconstruções a fazer.

A opção que nós fizemos foi uma opção de fazer uma reconstrução de qualidade, uma reconstrução cuidadosa, uma reconstrução preventiva de riscos, envolvendo centenas de instituições e entidades, milhares de trabalhadores, dezenas de gabinetes de arquitectura, milhares de projectos. Tudo isso pode ter levado mais tempo do que aquilo que talvez eu pensasse que era possível ter, mas a verdade é que quando entramos em velocidade de cruzeiro, quando tudo ficou definido e quando apenas restava a continuidade da solidariedade nacional, foi a solidariedade nacional do actual Governo da República que nos faltou e que nos impediu de concluir em 2004 e de ter que adiar esta reconstrução para 2006.

Quero dizer também ao Sr. Presidente do PSD, Sr. Deputado Victor Cruz, que não vale a pena esconder isso. Eu até admito que o Sr. Deputado gostasse que isto tivesse corrido melhor.

Eu não acredito que o Sr. Deputado preferisse uma solução de: é melhor acabar em 2006, altura das eleições do Governo da República e depois como foram eles que nos ajudaram o PSD tira partido disso e não em 2004, porque há eleições

regionais neste ano. Sinceramente não acredito que o senhor tenha pensado nisso, mas o que sinceramente me penalizo é que este Governo da República tenha feito com que muitas centenas de famílias das Ilhas do Faial e do Pico tenham que esperar mais dois anos para ter a casa que poderiam ter dois anos mais cedo.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.**

Deputado Victor Cruz *(PSD)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:**

De forma muito simples para que o Sr. Presidente do Governo Regional possa perceber que quem interrompeu a solidariedade nacional para com a reconstrução, ao não fazer aprovar no Orçamento de Estado de 2002...

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: **E o senhor insiste.**

O Orador: **... que era da responsabilidade do Partido Socialista, que foi aprovado no final do ano de 2001.**

Quem interrompeu a solidariedade para com a reconstrução, quando tinha obrigação de o fazer, quando era preferível fazê-lo, foi o Governo Socialista da responsabilidade do Eng^o. António Guterres, perante o aplauso, o silêncio e a cumplicidade do Sr. Presidente do Governo Regional e do Partido Socialista dos Açores.

O que toda a gente já percebeu é que Portugal tem muitas dificuldades, porque herdou uma situação difícil do Governo do Partido Socialista.

O que toda a gente já percebeu é que o senhor tem duas caras,...

Presidente do Governo Regional *(Carlos César)*: **Escusa de me insultar, porque não consegue.**

O Orador: **... o seu partido tem duas estratégias e o seu Governo tem dois discursos: tinha um discurso quando o governo era do Partido Socialista e não resolvia as questões que têm a ver com os Açores, agora, o actual Governo não**

resolvendo algumas coisas como nós desejaríamos, o senhor não se cala como fazia antes, o senhor levanta a sua voz, diz tudo o que tem que dizer.

Deputado Paulo Messias *(PS)*: É o dever do Presidente do Governo.

O Orador: É um dever que acha que tem agora? Onde é que estava o dever que tinha anteriormente quando esteve calado? É isto que todos os açorianos já perceberam.

O Presidente do Governo Regional dos Açores, e digo-o com toda a simplicidade para que o senhor perceba aquilo que os açorianos já perceberam, tem dois discursos, duas estratégias e agora a sua estratégia é, sobretudo, uma estratégia de desculpas.

Eu volto a dizer com toda a frontalidade que o Governo da República devia ter dado uma resposta no ano de 2002.

Em qualquer caso, não o fazendo, comprometeu-se com 60% do custo total da reconstrução.

Não é por causa do Governo da República, Sr. Presidente, que a reconstrução vai acabar mais tarde.

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: É sim senhor.

O Orador: O senhor prometeu que ela ia acabar em 2001 e ela não acabou não foi por causa do Dr. Durão Barroso que ainda não era Primeiro Ministro. Ela não acabou, porque o senhor não foi capaz, porque o senhor se enganou!

Deputado Mark Marques *(PSD)*: *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: A reconstrução já não está pronta apenas e só porque o seu Governo fez uma promessa que não cumpriu, não foi capaz de dar resposta rapidamente e qualidade, conforme tinha previsto.

As desculpas não são do Governo da República. As desculpas não são hoje dos cortes orçamentais, do não cumprimento das promessas e muito menos da reconstrução não ter acabado.

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: Venham os 4 milhões.

O Orador: **Por isso mesmo, Sr. Presidente, tenha coragem, assuma as suas próprias culpas, por que as culpas do Governo da República nós estamos cá para dizer quais são.**

Agora, o que não posso é aceitar uma estratégia de desculpas, das dificuldades que o senhor tem, que são objectivas de um claro governo que está em declínio,...

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

... que é um governo pior do que o anterior, que é um governo a quem a maioria absoluta não serviu para nada e para quem o novo Governo da República apenas serviu como desculpa.

Nós cá estaremos sempre, dizendo a verdade com toda a clareza, com humildade e com coragem, contra a mentira estratégica que o senhor concebeu para dizer que não tem culpa da culpa que tem.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.**

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): **Sr. Presidente da Assembleia e Srs. Deputados, isto está cada vez pior,...**

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): **Isso é o que nós temos vindo a dizer.**

O Orador: **... porque quando nós estamos a falar de pessoas que, infelizmente, não têm as suas casas, ...**

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Já estão à espera desde 2001.**

O Orador: ... o Sr. Deputado Victor Cruz o que quer é falar em governos em declínios, mentiras tácticas, estratégicas de mentiras, coisas perfeitamente sem sentido e de quem, francamente, percebe que não tem qualquer razão.

Repito e fica a ecur todas as vezes mais que o Sr. Deputado Victor Cruz sobre esta matéria falar, que é para não ficarmos aqui o tempo todo, a minha resposta será a seguinte: nós tínhamos este ano um despacho assinado do Governo da República de concessão de 4 milhões de contos.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): À última da hora.

Deputado Mark Marques (*PSD*): Depois de perderem as eleições.

O Orador: À última da hora, como diz. Não me interessa que seja à última da hora. Se não fosse à última da hora eu tinha falado alto e não estava calado.

Porque foi feito e porque vinha para os Açores, vinha para a minha terra e vinha para as pessoas que precisavam desse dinheiro para reconstruir as suas casas, foi o Governo do PSD, do Dr. Durão Barroso, que revogou esse despacho e que não quis de nenhuma outra forma dar dinheiro este ano para a reconstrução. Esta é que é a verdade que há que explicar.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Eu só queria ouvi-lo ter dito tudo o que disse quando foi debatido e aprovado o Orçamento de 2002 no qual o seu governo e o senhor tinham responsabilidades. Também nessa altura, Sr. Presidente, era o dinheiro que vinha para a nossa terra, também nessa altura era o dinheiro vinha resolver o problema dos sinistrados,...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): E veio.

O Orador: ... também nessa altura era o dinheiro que vinha dar jeito para a velocidade da reconstrução e nessa altura o senhor não disse nada. Esse é que é

o seu pecado original. O pecado original de V. Exa. é agora dizer coisas com ar demagógico quando não as disse na altura do Orçamento.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Veio e os senhores tiraram!

O Orador: Os orçamentos fizeram-se para prever receitas que devem ser adstritas a despesas que são previsíveis e era previsível e era necessário dinheiro para a reconstrução.

Na altura em que isso era possível, e é isso que os açorianos têm que saber, em que era mais correcto, mais seguro, em que vinha o dinheirinho para a nossa terra,...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Veio e os senhores tiraram!

O Orador: ... em que era preciso ajudar os nossos sinistrados, o Sr. Carlos César, Presidente do Governo Regional, esteve calado, e cúmplice com o facto do Governo do Partido Socialista não ter dado dinheiro para a reconstrução. Esta é que é a verdade.

Quanto ao resto, Sr. Presidente, o que o senhor gostava era sair daqui sem que ninguém lhe dissesse a verdade, à frente e olhos nos olhos.

Volto a dizer que tudo o que o Sr. Presidente disse em relação ao Orçamento de 2002, é responsabilidade do Governo do Partido Socialista do Eng^o António Guterres. Por isso mesmo, meu caro Sr. Presidente, se a reconstrução não está pronta a culpa não é minha.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): É do Governo da República!

O Orador: O senhor é que é Presidente do Governo Regional dos Açores, o senhor é que disse que a acabava em 2001.

Se a reconstrução não está pronta antes do Governo da República, de Durão Barroso, a culpa é do Sr. Carlos César e do Governo Regional dos Açores. Não é minha que não governo e não é minha, porque eu defendo sempre os nossos sinistrados.

Esta é que é a verdade por muito que o incomode e incomoda ouvir, olhos nos olhos, aquilo que eu tenho para lhe dizer. É isto que eu vou sempre fazer, porque a verdade tem de vir ao de cima e a verdade é que o senhor diz hoje

coisas que devia ter dito ontem, na altura certa e tinha resolvido o problema. O problema dos sinistrados não está resolvido, a culpa é sua, não é nossa.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD e do PP)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.**

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Bem tenta o Sr. Deputado Victor Cruz, mas há coisas que em relação às quais, por muito que tente, não consegue iludir a verdade.

Vamos fazer um raciocínio em conjunto, Sr. Deputado Victor Cruz:

Se por acaso não tivesse havido a revogação do despacho que transferia os 4 milhões de contos para os Açores, o que é que aconteceria?

Deputado Paulo Gusmão *(PP)*: **Era ilegal!**

O Orador: **Aconteceria que o dinheiro viria.**

Deputado Paulo Gusmão *(PP)*: **Não vinha, porque não tinha fundo!**

O Orador: **Portanto, é legítimo concluir que quem impediu a vinda destas verbas para os Açores foi exactamente o Governo da República do PSD.**

O problema não é de forma, conforme todos nós já chegámos à conclusão. O problema não é forma, nem de forma do despacho, nem de forma do Orçamento. A forma, para os senhores, é a última das coisas, porque se o problema fosse de forma, o Governo da República teria respeitado a autorização de endividamento para 2002 que foi formal e legalmente aprovada na Assembleia da República e que os senhores também não quiseram transferir.

Deputado Paulo Messias *(PS)*: *Muito bem!*

O Orador: **Portanto, o problema não é de forma, mas sim de vontade e é essa vontade que os senhores não têm.**

Agora, querer confundir as pessoas em relação a esta matéria, como em relação a tantas outras, é inútil, Sr. Deputado Victor Cruz.

Portanto, no meu entendimento, a situação encontra-se perfeitamente esclarecida. É um problema de vontade na vinda de dinheiro para a reconstrução em 2002, da mesma forma que é um problema de vontade na autorização de endividamento em 2002 e isso, Sr. Deputado Victor Cruz, por muitas voltas que o senhor dê, por muito que o senhor se torne agressivo neste plenário para com o Governo Regional e para com o PS, por muito que o senhor queira ter a estratégia, a tática e isso tudo embrulhado aí para dentro, há algo que não é desmentido.

Quando tudo o mais se esquece, quando acabam as questões de forma, quando acabam as questões de legalidade, formalismos e tudo o mais e fica apenas...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Victor Cruz)

O Orador: Sr. Deputado Victor Cruz, o senhor não quis dar-me a honra de me ouvir, – esteve a conversar legitimamente com os seus colegas – espero que agora tenha algum cuidado.

... a vontade política. Quando chega ao momento da vontade política, aí é que se torna patente a diferença entre aquele que é um Governo da República do PS e o Governo da República do PSD.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo, mas antes vou anunciar os tempos disponíveis, que são os seguintes:

Partido Socialista – 97 minutos

Partido Social Democrata – 37 minutos

Partido Popular – 3 minutos

Partido Partido Comunista Português – 13 minutos

Governo Regional – 77 minutos

Vamos fazer um intervalo até às 18,00 horas e recomeçamos com a intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota.

(Eram 17 horas e 40 minutos)

Presidente: **Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.**

(Eram 18 horas e 15 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota *(PCP)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:**

Nunca, na História da Autonomia desta Região, um Plano Anual previu tão fraco investimento para a Ilha do Faial. Uma Ilha cuja importância histórica foi sempre reconhecida, uma Ilha cuja cidade foi capital de distrito, uma Ilha em que o Governo Regional tem assento na sua estrutura tripular, uma Ilha onde está sediada esta Assembleia, principal órgão da nossa Autonomia, merece, no Plano para 2003 deste Governo Socialista, um investimento inferior a seis das outras ilhas.

Compreender-se-ia este tipo de decisão, se a Ilha do Faial tivesse sido beneficiária, nos últimos anos, de uma particular atenção, de um esforço de investimento acima da média, dos quais tivesse resultado a existência de um conjunto de infra-estruturas vitais para o nosso desenvolvimento. Não foi assim, no entanto. É um facto notório que, nos últimos anos, o Faial tem vindo a perder peso no todo regional, sobretudo devido a este desprezo a que tem sido e continua a ser votado, que é muito antigo e que já existiu na década de 90, no tempo dos anteriores governos.

E que ninguém, do Governo ou da bancada que o suporta com maioria absoluta, tente qualquer habilidade mistificadora à volta dos números, nomeadamente dizendo que o Faial beneficia de seis milhões novecentos e quarenta e um mil contos, verba só ultrapassada pela Ilha de São Miguel, com sete milhões quatrocentos e um mil contos. Que ninguém o diga, porque todos sabemos que cinco milhões oitocentos e

quarenta e um mil contos correspondem à verba da reconstrução. Resta, assim, para investimento, apenas um milhão de contos.

Façamos as contas ao contrário. Imaginemos, por momentos, que o sismo tinha acontecido – o diabo seja cego, surdo e mudo – na Ilha de São Miguel e que o Governo decidia agir em relação a essa Ilha, no Plano de 2003, exactamente como agiu em relação ao Faial. Pois bem, retirados cinco milhões e oitocentos mil contos à verba de sete milhões e quatrocentos mil contos, restaria um milhão e meio de contos para investimento na ilha maior. Que micaelense o aceitaria? Que açoriano o aceitaria?

Quem se possa então sentir tentado a dizer que os faialenses estão beneficiados com este Plano, porque usufruem de seis milhões e novecentos mil contos, lembre-se que cinco milhões e oitocentos mil contos são para acudir aos estragos de um sismo do qual não tivemos culpa.

E quem não teve culpa não deve ser punido.

Esta então uma primeira conclusão que podemos tirar: este Governo Regional está a punir, de facto, os faialenses e a faltar à sua promessa de que o nosso desenvolvimento não sofreria por causa do sismo. Sofremos com o sismo e vamos sofrer ainda mais mercê do fraco investimento previsto para a nossa Ilha.

Aqui chegados, poderá haver uma segunda tentação – a de atirar as culpas todas para o Governo da República, pela solidariedade negada aos sinistrados do Faial e do Pico.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não é tentação, é realidade.

O Orador: Não colherá igualmente, esse tipo de argumento. E dizemo-lo com a legitimidade de quem esteve, desde a primeira hora, ao lado do Governo Regional nessa luta, usando todas as armas e argumentos de que dispúnhamos. Só que uma coisa é o sismo e a reconstrução, outra é o nosso desenvolvimento.

Podemos então tirar uma segunda conclusão: a falta de solidariedade que o Governo da República teve para connosco na reconstrução é a mesma falta de solidariedade que o Governo Regional tem para connosco em termos de desenvolvimento. Com uma agravante: enquanto Durão Barroso não quis cumprir uma promessa e um compromisso de Guterres para com Carlos César, o Presidente do Governo Regional

não quer cumprir uma promessa e um compromisso feitos por ele próprio aos faialenses – a promessa e o compromisso de que o facto de sermos sinistrados não afectaria o desenvolvimento da nossa Ilha.

De que falamos nós?

Falamos das nossas estradas regionais, cujo estado está uma lástima como nunca esteve e para cuja reparação o Governo prevê, em 2003, apenas vinte mil contos.

Falamos da nossa Biblioteca Pública e Arquivo, do nosso Passado e Cultura, para os quais o Governo prevê, em 2003, apenas dez mil contos.

Mas falamos ainda mais de investimentos essenciais como a Escola Secundária, o Parque Desportivo, as infra-estruturas para desenvolvimento da agricultura, a Variante à Horta, o Campo de Golfe e a Pousada da Juventude.

Todos estes investimentos são essenciais, mas ficarão outra vez adiados. Alguns deles, previstos no Plano de Médio Prazo, lá inscritos por proposta do Grupo Parlamentar do PCP, negociada com o Governo Regional, como a nova Escola Secundária, agora pura e simplesmente desaparecem na proposta do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta forma de governar não provoca apenas a nossa indignação. Indigna igualmente a Câmara Municipal da Horta e o seu Presidente, o Conselho da Ilha do Faial, Assembleia Municipal, e os Presidentes das Juntas de Freguesia da nossa Ilha. Sabendo nós que a maioria dos faialenses votou no PS nas últimas eleições regionais e locais, é possível uma terceira conclusão – este Governo está a governar contra a sua própria base de apoio e traindo compromissos anteriormente assumidos com o Povo Faialense.

Poderia, entretanto, acontecer que a conjuntura internacional e a visão contraccionista do Pacto de Estabilidade do Governo da República tivessem levado o Governo Regional a efectuar cortes substanciais que afectassem por igual todas as ilhas. Este Plano, no entanto, não se limita a efectuar cortes. Pelo contrário, tem várias verbas não previstas no Plano de Médio Prazo e que são agora introduzidas. São, a título de exemplo, os casos da Variante Ponta Delgada – Lagoa, para a qual se prevê um milhão de contos e o Palacete do Comendador Silveira e Paulo (antiga

Escola Industrial de Angra, em cuja obra se prevê gastar um milhão de euros. Por outras palavras: só a Variante a construir em S. Miguel é equivalente a todo o investimento previsto para o Faial. Obras num Palacete equivalem a um quinto do investimento previsto para a nossa Ilha.

Em suma: quando as nossas estradas estão no estado deplorável que qualquer um pode constatar, prevêem-se avultados investimentos para novas estradas em São Miguel. Mas, mais do que isso: se, num quadro de carestia, se corta por igual no primário, não se pode, no mesmo quadro de carestia, investir no secundário. Os faialenses não podem compreender como é que um Palacete é mais importante que a Escola Secundária onde irão estudar os seus filhos, ou uma Biblioteca Pública e Arquivo, sobretudo quando chove em cima dos nossos livros e arquivos e a cidade de Angra do Heroísmo está bem apetrechada de várias infra-estruturas a nível cultural.

Ao investir sobretudo nas ilhas de São Miguel e Terceira, o Governo Regional está a deixar claro que pretende continuar a orientar a sua política sob o diapasão do eleitoralismo. Só que governar sobretudo para as ilhas que dão mais votos é governar contra a Autonomia, contra os seus fundamentos constitucionais e estatutários. Não esqueçamos que a Constituição da República estatui que “a Autonomia das Regiões visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais”. Fim de citação. E o nosso Estatuto, logo no artigo primeiro, diz que o arquipélago dos Açores é composto por nove ilhas, para acrescentar, no artigo 3º, que a autonomia visa o desenvolvimento económico e social integrado do arquipélago.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para que a História registre o que não podemos deixar de repetir:

Continua a não haver neste Plano qualquer referência à conclusão dos pavimentos do Anel da E.R. Espalhafatos-Ladeira Vermelha;

Saiu do Plano para 2003 o troço da Variante Feteira – Santa Bárbara;

Sáiu do Plano para 2003 o acesso ao Porto da Horta;

Sáiu do Plano para 2003 a Escola Secundária da Horta;

O apoio à instalação do DOP sofreu uma redução de mais de 50% e o governo da república também não resolve nada, em termos definitivos, quanto a esse investimento da Universidade dos Açores;

A Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, beneficiária de apenas 10 000 contos, ficará na mesma;

O Parque Desportivo sofreu uma redução de mais de 50% daquilo que estava previsto no PMP para 2003 – quer dizer, ficará na mesma inexistência.

O que nos leva à última conclusão, a mais triste de todas – este Governo está a governar sem atender a necessidades básicas da Ilha do Faial, comprometendo o desenvolvimento futuro desta Ilha. Por isso, enquanto não se dispuser decididamente a governar de forma diferente, não pode contar com o nosso apoio.

A terminar, é bom que se diga:

Tivemos e temos sempre uma posição completamente de equilibrada e razoável e nunca maximalista. Tivemos sempre dispostos a dialogar para encontrar equilíbrios em relação a esta e a outras ilhas e equilíbrios regionais. Esses equilíbrios foram, em parte, encontrados como ontem referi, na negociação do Plano de Médio Prazo. Esses equilíbrios foram quebrados pela vontade, ou falta dela, do Governo Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que, tendo ouvido com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Decq Mota, naturalmente que todos nós gostaríamos de ter visto contempladas não só essas acções como muitas outras.

Relativamente a alguma acção no que diz respeito às obras públicas, tanto quanto é do meu conhecimento, está em execução a reabilitação do troço da Estrada Regional entre a Lombega e os Trupes e a sua conclusão está prevista para o 1º trimestre de 2004.

Duas questões que gostaria de deixar aqui como nota importante para a concretização de projectos há muito desejados.

Na altura apropriada a bancada do Partido Socialista fará chegar à Mesa da Assembleia a sua proposta de alteração no que diz respeito à Escola Secundária, aliás, na sequência do que tem sido o comportamento desta bancada, quer em trabalhos de comissão, quer neste plenário, relativamente a este importante objectivo.

Por outro lado, gostaria também de realçar que estão disponibilizados os meios financeiros para que a Escola Profissional da Horta possa, através da entidade que a gere neste momento, ter os meios financeiros necessários para que a sua instalação em infra-estruturas mais condignas possa vir a acontecer muito em breve.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era apenas para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado José Decq Mota e dizer que a Escola Secundária Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, mais conhecida como Escola Industrial de Angra, já tinha verba prevista e inscrita no Plano a Médio Prazo 2001/2004, sendo que em 2001 tinha previstos 250 mil euros e 848 mil euros em 2002. Acontece que no Plano Anual de 2002 esta verba foi corrigida para 500 mil euros. É uma obra que terá o seu início este ano e prevê, na reprogramação financeira, a sua continuidade no ano de 2003.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado pelos esclarecimentos que me quiseram prestar.

Eu gostaria de pôr uma questão.

Eu tive o cuidado, na minha intervenção, de sublinhar o facto de nunca encararmos estas questões, nem numa perspectiva isolada, nem numa perspectiva maximalista.

O Sr. Deputado Renato Leal, embora não tivesse mencionado, estava a referir-se à Escola Secundária e não é preciso ser analista político para se saber que a bancada do Partido Socialista vai apresentar uma proposta de alteração para que as obras se

iniciem em 2004, porque o Sr. Presidente do Governo anunciou, numa inauguração em que eu estive presente, que o Governo tinha tomado essa decisão. Agora, essa decisão para ser concretizada tem que ter uma expressão no Plano e, portanto, vai aparecer essa proposta de alteração.

Eu também aproveito para anunciar que esta bancada vai apresentar uma proposta no sentido de criar a possibilidade de numa perspectiva razoável e minimalista e com a respectiva dotação, no sentido da bancada do Partido Socialista poder cumprir aquilo que efectivamente fez, com acordo e por iniciativa até do Governo, no ano de 2001 e em relação à Escola Secundária da Horta.

Essa proposta vai aparecer hoje, numa perspectiva minimalista, tendo em conta as diferenças de situação no que respeita a meios financeiros, mas tendo em conta também aquilo que é constante neste processo.

Em relação ao problema da Escola Profissional, também já tinha conhecimento, mas fico muito contente com essa disponibilidade de meios.

Evidentemente que não tenho tempo para discutirmos este assunto doutra maneira, mas o Sr. Deputado Renato Leal conhece, tão bem como eu, a génese de um processo que não teve da parte do Governo o acompanhamento que devia ter tido na altura própria e que poderia – e o Sr. Deputado Renato Leal de certeza absoluta que não me vai desmentir – ter tido um desenvolvimento que, infelizmente, não teve.

Estou a referir-me a decisões da Câmara Municipal da Horta, a decisões a que tivemos ambos ligados, tomadas no começo de 1998 e que não foram acompanhadas pelo membro do governo competente que as devia ter acompanhado.

Portanto, sobre este assunto é bom não falarmos muito e nem sequer tenho tempo.

Muito obrigado à Sra. Deputada Andreia Cardoso pelo esclarecimento prestado. Se cometi algum lapso, rectifico com toda a certeza.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

O debate destes dois instrumentos fundamentais à governação, como o são o Plano e Orçamento, permite-nos um exercício que deve ultrapassar o mero relato do que já foi efectuado e se pretende realizar em cada um dos sectores, mas antes pronunciarmo-nos sobre as estratégias definidas para a execução das decisões políticas face às conjunturas que a cada momento se nos apresentam, quer sejam de cariz económico-financeiras quer de outro teor.

Importa assim referir que no que respeita à Solidariedade e Segurança Social o Investimento para o Programa 22 Calamidades acrescido, para algumas das suas acções, do reforço oriundo do Orçamento da Segurança Social é de 6 milhões de euros. Se a este montante se acrescentar os valores respeitantes às acções exclusivamente apoiadas pelo Centro de Gestão Financeira da Segurança Social, conforme mapa entregue em sede de Comissão dos Assuntos Sociais, estaremos a falar de valores na ordem dos 9,2 milhões de euros.

Desse modo as políticas relativas ao Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade, nomeadamente as de apoio a idosos prosseguirão tendo por base as premissas do prolongamento da autonomia e manutenção da socialização deste grupo etário, através do aperfeiçoamento dos cuidados domiciliares e da melhoria das infra-estruturas, que lhes dão suporte.

Assim o esforço no aumento da capacidade de resposta nessa valência, no que respeita ao acolhimento, foi orientado para os concelhos onde a sua carência se coloca com mais acutilância, nomeadamente para idosos em situações de dependência.

Saliento o Concelho de Ponta Delgada que felizmente poderá vir contar, ainda na vigência do actual Plano, com a ampliação da capacidade de resposta através da criação de lugares de acolhimento para esses tipo de situações. Para o efeito, e em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada encontra-se em elaboração um projecto de adaptação dos quartos particulares do antigo Hospital de Ponta Delgada. Esperando-se vir a poder contar com o aumento da oferta de 30 camas, ainda em 2003. É de salientar também a mudança de instalações da "Enfermaria Abrigo" dessa mesma Instituição, concretizando-se assim uma velha aspiração da melhoria das suas condições quer no que respeita à infra-estrutura quer

aos equipamentos, onde mais uma vez a parceria, com participação da Segurança Social facilitou a sua execução.

Entretanto, emergido das necessidades do pós sismo de 1998, não se pode deixar de referir a obra em curso do Centro de Cuidados Geriátricos da Horta. Trata-se de um equipamento de grande qualidade para idosos a acrescentar a outros realizados nessa cidade para a infância e jovens em risco, concretizados no âmbito do Programa Calamidades e que têm representado um esforço do Governo Regional na reconstrução e construção de equipamentos sociais no âmbito desse programa num somatório de 5 milhões euros, ou seja, 1 milhão de contos, só na cidade da Horta.

Importa, referir que para a manutenção do funcionamento dos serviços com idosos só em acordos de cooperação despendeu-se 5 milhões de euros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

O objectivo de se criar respostas em todas as ilhas onde se justificasse equipamentos para apoio a pessoas portadoras de deficiência tem sido paulatinamente concretizado. É neste enquadramento que dentro em breve o Centro de Actividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia da Madalena do Pico vai ter as suas novas instalações inauguradas, perfazendo-se assim o número de 14, ou seja o 90 desde 1996.

Quanto a apoio à Infância o critério, carência pronunciada em meio urbano, levou ao reforço das acções relativas à construção das creches do Patronato e a de S. João de Deus, em Ponta Delgada. Para acudir às zonas rurais temos implementado uma rede regional de amas, porque sentimos que também nessas zonas é necessário ter uma resposta a esse tipo de necessidades.

É neste enquadramento que se torna possível olhar para os jovens especiais, porque temos necessidade de criar uma casa de acolhimento, e vamos fazê-lo, para aqueles jovens que estão enquadrados nos seus comportamento denominados de pré-delinquentes. Assim vai prosseguindo a nossa política.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

A Luta Contra as Dependências, também tem sido alvo de uma cuidada atenção, tendo em conta que o seu financiamento tem sido e está acautelado na reprogramação deste plano de investimento.

No âmbito da área da Igualdade de Oportunidades tenho a referir que o Plano Anual tem sido cumprido com o apoio a ONG's, a seminários, a distribuição de documentação, sensibilização, etc., etc..

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Como é do conhecimento desta Casa esta intervenção ocorre num cenário caracterizado por constrangimentos financeiros, pelo que me parece adequado uma reflexão sobre que Política de Saúde adoptar para um sector responsável pelo consumo de parte significativa dos parques fundos financeiros.

Assim a melhoria substancial da gestão da informação é uma alavanca para a modernização das Instituições do Serviço Regional de Saúde e assume-se, no presente Plano, como instrumento essencial para a mudança e viragem estratégica na administração do exercício de tutela e na gestão interna das unidades de saúde.

É com esta nova linha de orientação num quadro de gestão de mudança, do reforço da acessibilidade à informação e das novas ferramentas e metodologias de gestão, que este Governo tem em desenvolvimento, de entre outros, os seguintes projectos:

A operacionalização do **Cartão do Utente**;

A construção de uma **Base de Dados de Utentes**;

A **implementação de um sistema de informação clínico e de enfermagem**;

A **informatização da prescrição de medicamentos e meios complementares de diagnóstico e terapêutica**;

O **desenvolvimento e adaptação de uma solução integrada para gerir as áreas administrativas dos hospitais**;

A **operacionalização da primeira fase da Telemedicina**.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

As condicionantes orçamentais expostas ao longo deste debate, levaram a que neste Plano também para o Sector da Saúde, se tenha efectuado uma reprogramação do mesmo.

Este facto levou-nos a reorientação da estratégia de investimento, mantendo-se, no entanto, todas as opções anteriormente tomadas para o sector, adiando-se, somente, o início da construção de infra-estruturas novas por forma a dar continuidade e prioridade ao investimento no **desenvolvimento integrado do Sistema de Saúde**, dos quais se relevam:

O apetrechamento e a modernização em equipamentos médicos;

A melhoria da qualidade, incluindo a certificação, acreditação e os processos de melhoria contínua da qualidade, no âmbito da qual foi assinado, no passado trimestre, um protocolo de cooperação com o Instituto da Qualidade em Saúde;

O apoio ao investimento dos sectores privado e social para a saúde, nomeadamente às estruturas de psiquiatria e toxicoddependência;

Apoio à actualização profissional;

e por último com especial atenção,

O investimento em Sistemas de Informação permitindo aos serviços de saúde e da tutela melhorar continuamente o acesso à informação e ao conhecimento, de modo a que o seu desenvolvimento, permita a tomada de decisões a todos os níveis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Orçamento para 2003, contempla um acréscimo de 7% no financiamento do SRS em relação a 2002, tendo este sido superior a todos os restantes sectores de actividade, o que demonstra um claro e evidente esforço por parte do Governo Regional em minorar o subfinanciamento deste sector.

A questão do financiamento da Saúde assume hoje em Portugal e na Região particular relevância e é objecto de frequente controvérsia.

A Saúde está subfinanciada ou é um problema de má gestão?

Se é verdade que as ineficiências geradas por má gestão dos recursos, sub-utilização, desperdícios, etc., sobrelevam eventuais questões de sub-financiamento, não é menos verdade que não é suficiente para o justificar.

Se por um lado o financiamento é uma questão a montante, a eficiência das instituições do SRS é a questão a jusante que exige, para a sua melhoria, a introdução de ferramentas de gestão, como a contabilidade analítica, os Grupos de Diagnóstico Homogéneos (GDH), os orçamentos - programa tendo por base a contratualização da produção e do financiamento, etc., para que se consiga uma melhor optimização dos recursos. Esta é outra vertente da **estratégia de mudança** a ser desenvolvida em 2003 na área da saúde.

Dotar a Região dessas ferramentas de gestão, constitui uma condição prévia e imprescindível para nomeadamente se equacionar uma mudança mais profunda no estatuto jurídico dos hospitais, num quadro de autonomia de gestão, em que as diferentes formas de empresarialização representam. Sem esses instrumentos a viabilidade económico - financeira de qualquer processo do género estará comprometida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Não poderia terminar esta minha intervenção, sem fazer uma breve análise da situação económico - financeira do Serviço Regional de Saúde, desde logo prevista face às balizas económico - financeiras em que a Saúde, desde há muito, se movimenta, estando certa, no entanto,

que estes dados têm conduzido a uma clara melhoria do debate sobre esta matéria, reduzindo as abordagens demagógicas e abrindo caminho ao rigor e à transparência.

A partir de 1996 até hoje, os números evidenciam uma aposta nos recursos humanos tendo os custos com pessoal verificado um acréscimo na ordem dos 80%, sendo 60% deste aumento de custos atribuído à reestruturação das carreiras e à recente legislação nacional que estipulou o pagamento das horas extraordinárias nos serviços de urgência pelo valor mais elevado. Este aumento evidencia ao mesmo tempo uma valorização, dignificação e diferenciação técnica dos profissionais de saúde no nosso país.

Assim, no **primeiro semestre do corrente ano** o SRS apresentou um **défi ce económico na ordem dos 17,9 milhões de euros (3,6 milhões de contos)**, representando este, 18% da sua despesa. Este *défi ce* comporta despesas com pessoal

que representam cerca de 52% do total da despesa do exercício, ou seja, 74% das transferências do Orçamento da Região.

Com base na execução do primeiro semestre poder-se-á efectuar uma previsão do défice financeiro – como já foi dito que antes não se fazia, mas que nós devemos fazê-lo – **para o final do ano na ordem de 83,0 milhões de euros (16,6 milhões de contos)**. Importa salientar no entanto que é através da análise da despesa que é possível identificar as políticas adoptadas no sentido de promover acções e estratégias que contribuem para uma melhoria da acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde a prestar aos seus utentes. Este objectivo corresponde a uma política de desenvolvimento gradual do sector, que implica um investimento em recursos necessários à sua execução, tornando-se inexorável o acentuado crescimento de custos.

É assim necessário equacionar mecanismos de solidariedade no financiamento, criando novas formas de co-pagamento dos cuidados de saúde.

É neste quadro que a iniciativa de se ter criado uma Comissão para o Estudo do Financiamento do SRS nesta Assembleia se reveste de um enorme valor para que possamos actuar a montante e a jusante, porque se queremos continuar a melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde e acompanharmos o desenvolvimento da medicina, temos de nos lembrar que **"a Saúde não tem preço mas tem custos"**. É um facto comprovável o aumento progressivo das despesas com a Saúde, trata-se de um fenómeno que afecta países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Todos experimentam o aumento de custos com a Saúde, mesmo que estejam subordinados a ritmos e modalidades diferentes. Esta é a verdade inofismável que nos acompanha e a todos aproxima tendo em vista a continuidade da sustentabilidade financeira da Saúde na Região.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Ouvi com atenção a intervenção da Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais e com a limitação enorme de tempo que tenho, ao ponto de não poder fazer a minha intervenção da Tribuna como estava previsto, gostaria de dizer, Sra. Secretária Regional, que para a larga maioria dos açorianos, o dinheiro que aqui apontou para o Serviço Regional de Saúde e o aumento da dívida que nos últimos 5 anos mais que duplicou, não significa melhor acesso ao serviço de saúde, mais médicos de família e enfermeiros nos cuidados primários de saúde, mais consultas de clínica geral, mais promoção da saúde e prevenção da doença, mais meios humanos para os hospitais e mais consultas de especialidade.

Também não significa que haja mais especialistas, mais atendimento, mais acessibilidade. Isto é visível e sentido pelos açorianos.

Há um grande descontentamento.

Eu gostaria que a Sra. Secretária Regional tomasse consciência disso e explicasse como é que há um encargo tão elevado da dívida, a crescer galopantemente. Aliás, o problema do Serviço Regional de Saúde não é um problema de dinheiro, é um problema de desorganização e de ineficiência.

Eu gostava que a Sra. Secretária Regional fizesse uma constatação, um exame de consciência a este comentário.

Obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bento Barcelos, também tenho pena que o senhor não tenha tempo de produzir a sua intervenção de Tribuna, porque isso é revelador de que não se poderá debater em profundidade este assunto.

Agora, o Sr. Deputado colocou um conjunto de considerações que me permite ficar estupefacto.

O Sr. Deputado sabe tão bem como eu que o número de médicos na Região tem vindo a evoluir e dou-lhe apenas um número: 1999, 352; em 2001, 408.

O Sr. Deputado refere igualmente que o número de enfermeiros não tem evoluído, pois em 1999, 878; em 2001, 960. Acresce a isto 86 vagas abertas para enfermeiros na Região, por resolução extraordinária do Conselho do Governo.

O Sr. Deputado fala igualmente que não houve melhoria na acessibilidade aos cuidados de saúde. Sr. Deputado, então o programa de deslocação de especialistas às ilhas sem hospitais o que é que isso significa? O Sr. Deputado sabe quantas consultas se verificaram apenas no ano de 1999, por via da deslocação de especialistas às ilhas sem hospital? Foram **17.080 consultas**, mas se formos para 2000, esse número passa para **18.520 consultas** de especialistas em ilhas onde não existem essas especialidades. Isto não é melhoria das acessibilidades dos cuidados de saúde?

O apetrechamento, o melhoramento, a modernização das unidades de saúde existentes não são melhorias na acessibilidade? Sr. Deputado, entendamo-nos de uma vez por todas.

O problema do financiamento do Serviço Regional de Saúde, que temos tido bastas oportunidade de discutir, é um problema complexo.

Agora é demagógico, desculpe que lhe diga, fazer o discurso da perspectiva dizendo que a dívida está a crescer e ao mesmo tempo reclamar melhores e mais continuados cuidados de saúde.

Essa dicotomia, Sr. Deputado Bento Barcelos, ou se compatibiliza com normas, com regras, conforme a gestão e acessibilidades diferenciadas aos cuidados, e já iremos falar nisso, ou então o senhor não pode querer ao mesmo tempo poupar e melhorar. Isso nem sempre é fácil.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora o meu colega já tenha referido o essencial e dado resposta às suas questões, eu penso que existe ainda um aspecto ou dois que merecem ser novamente realçados.

Relativamente às deslocações de especialistas às ilhas sem as referidas especialidades, o meu colega referiu o número de consultas e eu vou referir o número de deslocações. O número de deslocação cresceu de 1999 para 2001, de 569 para 642, o que corresponde a uma média de 30 consultas por deslocação.

Para além do já referido aumento do número de médicos e aumento do número de enfermeiros, gostaria de referir que também houve, por via de uma medida tomada pelo Governo do Partido Socialista, um aumento do número de bolseiros na Região, sendo que em 2002 temos 52 em medicina de pré-graduados, 50 técnicos de diagnóstico e terapêutica, 48 no internato complementar e 86 vagas descongeladas para enfermeiros, à semelhança do que já foi dito pelo meu colega Francisco Barros. Tudo isto são, exactamente, números que contrariam aquilo que foi exposto pelo Sr. Deputado.

Ficamos a aguardar as próximas questões.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Eu creio que não perceberam a questão levantada.

Em primeiro lugar, eu fiz uma pergunta à Sra. Secretária e há uma resposta dos senhores ilustres deputados.

Eu não estou a dizer que não é preciso mais dinheiro para o Serviço Regional de Saúde. O que eu digo é que pela informação que nós temos, parece-nos é que há dinheiro a mais e porquê? Porque há má gestão, desorganização, burocracia a mais, não é feito um controlo de unidade de saúde a unidade de saúde, etc..

Não há dúvida nenhuma que há mais médicos, nomeadamente em termos de médicos de unidades hospitalares, há mais enfermeiros, mas não há, por exemplo, médicos de medicina familiar suficientes para fazer face à necessidade do sistema.

Quando não há médicos de medicina familiar suficientes para fazer face às necessidades da medicina familiar e dos cuidados de saúde primários, o sistema não pode funcionar bem e é mais que visível que ele não funciona bem.

Parece-me que o Governo e a bancada do Partido Socialista estão num momento de alguma distração, porque aquilo que se verifica na sociedade, nos açorianos, principalmente nos mais desprotegidos, é que eles não conseguem entrar no sistema de saúde, não conseguem ser devidamente atendidos.

Parece-nos que este orçamento é nitidamente um orçamento sem credibilidade, porque se existe a dívida do Serviço Regional de Saúde que foi apontada no final de 2001 em 10.9 milhões de contos, depois de ter sido assumido pelo Estado 12 milhões de contos e aparece apenas um orçamento para o Serviço Regional de Saúde de 33.3 milhões de contos, vamos continuar a ter uma suborçamentação, vamos continuar a ter despesas sem estarem orçamentadas, vamos continuar a ter o engrossar da dívida.

Onde é que está o controlo?

Onde é que está a gestão?

Onde é que está o respeito pelo dinheiro público?

O Governo não pense que será esta Assembleia, através da Comissão Eventual, que vai assumir as responsabilidades que cabem ao Governo.

Queremos, em face do dispêndio enorme que se está a desenvolver na área da saúde, que haja uma correspondência considerável do movimento assistencial, o que não está acontecendo com os nossos açorianos, porque muitos deles não conseguem entrar no Serviço Regional de Saúde e os que entram funciona mais a porta de acesso da amizade do que a acessibilidade global de todos os açorianos.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Açores Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou acrescentar números, porque eles são claros.

Tudo o que o Sr. Deputado Bento Barcelos disse era mentira, porque os números provaram que é ao contrário.

Nós temos crescido na dívida, porque nós temos crescido em número de médicos, em número de enfermeiros, em número de técnicos de diagnóstico e temos crescido em muitas mais coisas.

Sr. Deputado, não se esqueça que nós investimos, em Angra em equipamentos para fazer exames complementares, em equipamentos que gastam e, portanto, engrossam a dívida.

Só no Hospital de Angra, nós de 1996 a 2001 investimos 4,1 milhões de euros em equipamento.

No novo Centro de Saúde da Praia da Vitória nós vamos investir 700 mil euros.

Nós investimos, em equipamentos, no novo Hospital de Ponta Delgada 30,7 milhões de euros, para fazer o quê? Para oferecer cuidados de saúde aos utentes.

Isto engrossa a dívida, é um facto, mas também é um facto, Sr. Deputado, – e eu referi no meu discurso – que é preciso melhorar a gestão, porque nós temos dois problemas, nós temos um problema a montante e temos um problema a juzante.

Nós temos uma décalage de 10 a 15 anos em atraso em vários sectores e também o temos na gestão da saúde e porquê? Porque não foi instalado nesta Região todos os equipamentos e instrumentos que nos permitissem dar um passo em frente na gestão e nós vamos fazê-lo agora. Nós temos esse programa para 2003. Nós não podemos, em contabilidade analítica, fazer um controlo exacto da gestão. Nós não podemos fazer contratos-programa com os hospitais sem saber como é que se produz e quanto se gasta na produção.

Portanto, nós vamos fazê-lo para podermos avançar na nossa gestão. Nós fazemos e as instituições fazem, desde o vosso tempo, o melhor.

Têm progredido, mas o passo qualitativo passa pela informatização e, acima de tudo, por se introduzir instrumentos modernos de gestão. É isto que nem o senhor nem esta Câmara podem ignorar.

Dizer que este Governo não faz nada na área da saúde, é dizer que não faz nada naquilo que passa, às vezes, para fora, mas se nós não tomarmos medidas estruturantes, e estou ainda a falar do financiamento, o nosso Serviço Regional de

Saúde é que desequilibra e passa a estar numa instabilidade e não é mais possível podermos organizar-nos e continuar a dar boa saúde aos açorianos.

Vou dizer-lhe mais, porque temos que dizer toda a verdade.

Às vezes aqui dentro chega-se a um ponto que nós pensamos: o que é que querem os Srs. Deputados?

Ainda no plenário passado eu trouxe aqui uma medida de gestão equilibrada, nomeadamente criando a unidade de saúde de ilha, como criámos, concentrando num único conselho de administração, concentrando um serviço de laboratório, porque queremos melhorar a gestão, os senhores dizem: “aqui del Rei” que não pode ser.

Isto não pode continuar assim. Ou nós queremos ou não queremos. Se nós queremos, e este Governo quer, melhorar a saúde dos açorianos, não temos ilusões de que não temos ineficiências na área dos cuidados.

Também quero relembrar mais uma vez que a razão de nós não termos médicos de família, a razão da crise dos recursos humanos na saúde no nosso país e consequentemente na nossa Região deriva de medidas tomadas durante 10 anos pelos governos do PSD, que introduziram os números cláusos nas Faculdades de Medicina e não foram capazes de readaptar os números ao futuro.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

A Oradora: Nós, no entanto, estamos a apostar em bolseiros pensando no futuro desta Região.

Poderiam dizer-nos assim: neste momento estão a gastar mais com bolseiros. Não, não estamos a gastar mais com bolseiros, porque, entretanto, sabemos que há um bom grupo de médicos que vai entrar na reforma e nós temos que pensar a longo prazo.

Não temos agora os dividendos, mas não é isso que nós queremos. Nós pensamos no futuro e pensamos na saúde dos açorianos.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bento Barcelos, vamos lá a ver se nos entendemos. Há dinheiro a mais na Saúde?! Ó Sr. Deputado Bento Barcelos diga-nos onde é que esse dinheiro a mais está.

E mais:

Vá à República e explique ao actual Ministro da Saúde onde é que esse dinheiro a mais está também, porque, pelos vistos, ele está com o mesmo problema que a Região, elevado a um exponencial muito maior.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É verdade, a herança é pesada!

O Orador: Ó Sr. Deputado Bento Barcelos, diga-nos onde é que está esse dinheiro a mais na saúde.

Uma coisa que o senhor pode dizer, e podemos discutir isso em múltiplas vertentes, é que pode ter a ver com a aplicação de modelos de gestão, pode ter a ver com a racionalização de custos, pode ter a ver com a optimização dos recursos existentes. Aí estamos todos de acordo, agora dizer que o dinheiro é mal aplicado, que não há melhorias, que não há investimento... .

Sr. Deputado Bento Barcelos o senhor diz que os mais desfavorecidos são aqueles que menos acesso têm ao sistema. Os mais desfavorecidos precisam de ter mais apoio ao sistema, mas já têm algum, nomeadamente têm apoios para os medicamentos, coisa que nunca tiveram, que entre 1997 e 2001 o montante de apoios variou de 5, 5 milhões de euros para 53,3 milhões de euros, ou seja, um aumento de 857%.

Voices das bancadas do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Isto são políticas de saúde, são políticas de apoio social.

A questão do amiguismo que o Sr. Deputado Bento Barcelos já referiu e aludiu em mais do que uma situação, por maioria de razão, atendendo às funções que mui nobremente desempenha, apresente nesta Câmara ou a quem de direito, ou às entidades competentes pela fiscalização os casos de compradio, de amiguismo, de falta de horários, de mau procedimento profissional e tudo que pode eventualmente emperrar o sistema do Serviço Regional de Saúde, porque senão o senhor vem aqui insinuar, levantar a suspeição, olha para a bancada do Governo e diz: se calhar os amiguinhos estão ali para meterem pela “porta do cavalo” a, b ou c.

De uma vez por todas o senhor apresente dados, apresente elementos e apresente aspectos concretos, porque senão o senhor está a pôr em causa todo um conjunto de profissionais de saúde que dão do seu melhor para melhor servir toda a população desta Região. Pôr em causa, só pelo comportamento de alguns, todos os profissionais de saúde, é no mínimo uma atitude irreflectida e irresponsável.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Realmente fico um pouco surpreendida com as afirmações que o Sr. Deputado Bento Barcelos referiu há pouco, nomeadamente que há uma falta de controlo generalizada no Serviço Regional de Saúde e que há dinheiro a mais na saúde.

Sr. Deputado Bento Barcelos, parece que o senhor não tem estado nas reuniões da Comissão Eventual que está a estudar o Serviço Regional de Saúde e não tem ouvido as mesmas pessoas que os outros deputados têm ouvido e que, de uma maneira geral, todos têm dito o seguinte: não é possível poupar na saúde e que a saúde vai gastar sempre e sempre mais dinheiro, para que as pessoas possam, de facto, ter acesso aos cuidados de saúde e às novas tecnologias, aos novos medicamentos, etc., etc..

O senhor diz que é preciso um melhor controlo. De facto, é preciso um melhor controlo, mas para isso ser eficiente é necessário meios tecnológicos eficazes e para haver esses meios é preciso dinheiro para os comprar, porque não havendo os meios tecnológicos eficazes não se pode controlar eficazmente os gastos com a saúde e, portanto, é necessário mais dinheiro para comprar esses meios.

O Sr. Deputado também diz que há poucos médicos de família. De facto, há poucos médicos de família, mas para podermos termos mais médicos, além de ser necessário que saiam mais médicos das faculdades de medicina, é necessário termos dinheiro para pagar esses médicos.

Então em que é que ficamos? Há dinheiro a mais na saúde? Parece-me que não, parece-me que há dinheiro a menos e, se calhar, vai ser algo que não se consegue resolver com este modelo actual de financiamento do Serviço Público de Saúde, que é uma lei nacional.

Deputada Andreia Cardoso (PS): *Muito bem!*

Deputado Bento Barcelos (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Esta deve ser a minha última e curta intervenção.

Em primeiro lugar, para dizer que não perceberam quando eu disse que havia dinheiro a mais.

Eu faço parte da Comissão Eventual e tenho ouvido aquilo que os responsáveis de saúde nos têm dito.

O que eu quis dizer foi que há dinheiro mal utilizado. Houve dinheiro canalizado para as unidades de saúde cuja produtividade dessas unidades de saúde não correspondeu ao financiamento que tiveram.

Há responsáveis de unidades de saúde que nos referenciaram que este modelo de fazer o orçamento para o Serviço Regional de Saúde com base nos orçamentos históricos de ano após ano, era incorrecto, que não era ter em conta a produtividade de cada unidade de saúde, o que até desmotiva os profissionais de saúde.

Uma nota relativamente aos profissionais de saúde. Eu tenho por eles imenso respeito e as críticas políticas que faço neste Parlamento em relação ao sistema e às

políticas de saúde, não são dirigidas aos profissionais de saúde, que são tão competentes como os restantes do país ou até mesmo da Europa.

Sinceramente, este Orçamento que é proposto para 2003, não é um orçamento credível, não vai fazer face às necessidades do próprio sistema, porque não é feito com sentido de racionalizar, de exigir produtividade, de premiar os profissionais de saúde mais empenhados, mais trabalhadores.

Portanto, está desvirtuado e não está fundamentalmente canalizado para os cuidados primários. Esse é o cerne do próprio sistema. Está tudo invertido. É preciso uma grande reforma.

Uma nota final para o Plano 2003. Este plano não corresponde ao programa do Governo, não corresponde ao PMP 2001/2004.

Fica para trás o Hospital de Angra, que estava no Plano a Médio Prazo.

Fica para trás o Centro de Saúde Ponta Delgada e ainda não está a funcionar o Centro de Saúde da Praia da Vitória.

Portanto, tudo isso fica adiado, ou seja, os principais investimentos, as principais apostas políticas deste mandato vão ficar para trás.

Afinal, onde é que estão os milhões?

Obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Os milhões, estão a mais.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Bento Barcelos.

Com certeza que o senhor não compreendeu a minha intervenção, porque se tivesse tido um bocadinho mais de atenção, perceberia que o modelo histórico de financiamento das instituições é o modelo possível, face à não existência de instrumentos que nos permitem fazer um outro tipo de modelo que é o modelo da contratualização. Esse é que é o modelo que pode rentabilizar as instituições. É esse modelo que vai ser possível na Região, depois de nós implementarmos esses instrumentos.

Sobre investimentos na Ilha Terceira, gostaria de dizer que os investimentos feitos no Hospital de Angra e no Centro de Saúde da Praia, de 1996 até a este momento, foram cerca de 12 milhões de euros no seu conjunto, entre obra e equipamentos, o que significa que é bastante. Só no Hospital de Angra foram investidos 7,5 milhões de euros.

Isto significa que nós estamos com um hospital a funcionar bem, com boas condições nas suas instalações e com equipamento também razoável no que diz respeito à população que serve.

Portanto, não se pode falar em falta de investimento no que diz respeito à saúde na Ilha Terceira, nomeadamente no Hospital e no Centro de Saúde.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Bento Barcelos, na sua segunda intervenção, acusou os deputados do Partido Socialista de estarem distraídos. Ao que parece não somos nós que estamos distraídos, mas se calhar o Sr. Deputado é que está um bocadinho desatento. O que é facto é que o Hospital de Angra estava inscrito no PMP e continua a estar, mesmo depois da reprogramação. O que acontece é que o compromisso do Governo do Partido Socialista, e o senhor sabe muito bem, era dar início ao processo e não construir o Hospital de Angra neste mandato.

Outro aspecto que gostaria de referir e que comprova a sua desatenção ao discurso da Sra. Secretária, tem a ver com o seguinte: é que ela no seu discurso anunciou uma medida para o ano de 2003 que tem a ver com uma ferramenta de gestão que permite implementar os grupos de diagnóstico homogénio, que vem resolver o problema dos orçamentos com base em históricos.

Ora, esta é exactamente uma medida que vem resolver um problema que já ocorre desde há muitos anos a esta parte e como estes grupos homogénios de diagnóstico já começaram a ser introduzidos no Continente, começarão, e muito bem, a ser introduzidos na Região Autónoma dos Açores.

Outras medidas anunciadas pela Sra. Secretária ao nível das ferramentas de gestão, têm exactamente a ver com a contabilidade analítica e com os orçamentos/programas.

Felicito o Governo Regional por finalmente dar início a este processo, implementando estas medidas.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Apenas uma nota brevíssima.

Eu não estou desatento de forma nenhuma e tento assumir com responsabilidade a função que exerço.

Foram aqui anunciados os grupos de diagnóstico. Foi aqui anunciada a contabilidade analítica que existe desde os anos 80.

O que devia ter sido anunciado é que hoje estava a ser implementado na Região o Cartão de Utente, que é uma medida de acessibilidade, de gestão e de controlo. Foi aqui dito que no Verão o Cartão de Utente estaria a funcionar.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): E está!

O Orador: Estamos já no final do ano e ainda não está implementado.

Termino com este exemplo que é bastante claro de que há ineficiência grave no Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para prestar um esclarecimentos ao Sr. Deputado Bento Barcelos, atendendo a que a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais esgotou o seu tempo.

Queria dizer ao Sr. Deputado que houve algum atraso na implementação do Cartão do Utente, mas ele está em marcha e brevemente teremos o Cartão de Utente na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao debatermos, nesta Assembleia, a proposta de Plano e Orçamento para 2003, bem como a reprogramação financeira do Plano a Médio Prazo 2001-2004, no que ao sector da saúde diz respeito, importa reter a ideia, fundamental para o debate, que a política de saúde é muito mais do que um simples conjunto de números e de verbas.

A política de saúde tem, necessariamente, de ser encarada numa dupla perspectiva de conciliar aquilo que, aparentemente, parecem ser dois aspectos opostos e contraditórios: por um lado, a necessidade de racionalizar custos; por outro, o aumento constante das solicitações dos utentes, o desenvolvimento de infra-estruturas e equipamentos, e a melhoria das acessibilidades ao sistema.

De facto, é na aparente incompatibilidade entre estes dois factores que urge prosseguir numa política de saúde que, na Região, continue a dar resposta aos utentes, promovendo de igual modo medidas de racionalidade conducentes a uma melhor prestação de serviços que implique menores custos.

É neste contexto que os documentos que hoje discutimos devem ser analisados. Importa perceber se os mesmos transmitem, ou não, uma estratégia concertada de evolução do Sistema, importa perceber se os mesmos indiciam, ou não, factores de modernidade e de mudança num sector tantas e tantas vezes referido como estando em “crise” e em “falência”.

Se analisarmos o que tem sido a evolução dos investimentos e da estratégia seguida, desde 1996, no sector da saúde, e por muito que isso custe a quem, para seu gáudio, repete ciclicamente a ladainha da crise generalizada no sector, podemos observar que a grande aposta, durante este período, tem sido a de garantir, em todas as ilhas, um cada vez maior acesso aos cuidados de saúde, quer através da modernização ou construção de novas infra-estruturas, como seja o caso dos Centros de Saúde da Praia da Vitória, da Lagoa, da Povoação e da Calheta, ou dos hospitais da Horta e de Angra do Heroísmo, quer através da renovação e aquisição de equipamentos quer, sobretudo, através de uma política integrada de alargamento da cobertura de âmbito hospitalar às populações residentes nas ilhas sem hospital.

O vulgarmente designado programa de deslocação de especialistas às ilhas sem hospital possibilitou, entre 1999 e 2001, a realização de mais de 46 mil consultas, o que é bem revelador da aposta na melhoria dos cuidados de saúde por parte do Governo Regional do Partido Socialista.

Mas, e todos estamos conscientes disso, importa igualmente introduzir elementos de racionalidade económica no sector, adoptando medidas de controlo da relação custo/benefício na prestação de cuidados de saúde.

E, nesta perspectiva, importa realçar a aposta continuada na operacionalização e implementação do Cartão do Utente, de forma a desenvolver um sistema de informação baseado na sua história clínica, na prescrição de medicamentos e no recurso a meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Como urge continuar o investimento na rede estruturada de dados e voz entre todas as unidades de saúde da Região, de forma a melhorar os níveis de eficiência do sistema e garantir uniformidade nos procedimentos e na partilha de informações.

Do igual modo, é necessário proceder a uma profunda alteração do modelo de financiamento dos hospitais e centros de saúde, deixando o seu financiamento de ser feito através de orçamentos retrospectivos, conducentes a percas de produtividade, passando para um modelo de financiamento assente em objectivos e na produtividade.

Mas desiludam-se os que pensam que nada pode ou nada tem vindo a ser feito.

Esta aposta na modernização passa igualmente por assumir, com clareza, que o Serviço Regional de Saúde tem que assentar na complementaridade da prestação de serviços às populações. Não se pode, por um lado, pedir redução de custos e, por outro, estar contra qualquer mudança que se pretenda efectuar, nomeadamente quanto à implementação das Unidades de Saúde de Ilha ou quanto à elaboração de uma Carta Hospitalar que defina, com precisão, quais as valências e quais os serviços prestados por cada unidade de saúde, de modo a racionalizar custos e optimizar recursos humanos.

E é igualmente no campo dos recursos humanos que incide outro dos vectores de desenvolvimento do Serviço Regional de Saúde. O número de médicos na Região

tem vindo a aumentar, tendo passado dos 352 existentes em 1999 para 408 em 2001, tendo, em igual período, o número de enfermeiros subido de 878 para 960.

E esta aposta tem custos elevados. Tanto mais que sabemos que a falta de médicos na Região não é um problema que tenha solução, de forma estruturante, no imediato, em parte devido a uma inqualificável política que, durante anos a fio, limitou o número de ingressos nos cursos de medicina a valores que não permitiam quer um substancial aumento do seu número, nem tão pouco a renovação geracional necessária.

Permitam-me um aparte: daqui a uns anos nesta Região e em todo o País começará a debater-se com os médicos em idade de reforma, sem a capacidade de substituição por novos médicos.

Deste modo, o sistema de Bolsas de Estudo implementado pelo Governo Regional do PS, que consiste na contratualização de que o bolseiro terá que prestar serviço na Região o dobro do número de anos em que auferiu a bolsa, continua a ser uma aposta para a fixação de profissionais de saúde na Região. No corrente ano, esta medida abrange 55 bolseiros em medicina, 50 bolseiros de cursos técnicos de diagnóstico e terapêutica e 48 bolseiros a efectuarem o internato complementar, para além de se terem descongelado 86 vagas para enfermeiros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os documentos que hoje analisamos, continuam a dar resposta ao Programa de Governo aprovado nesta casa em Dezembro de 2000, pois aposta na formação e aumento dos recursos humanos, na melhoria da acessibilidade ao Sistema, na aquisição de equipamentos e na modernização das infra-estruturas de saúde, na promoção da saúde e prevenção da doença, com especial incidência na saúde materna e infantil, na escola e prevenção das toxicodependências, e no incremento de novas formas de gestão, que permitam uma racionalização de custos e de meios.

Para além disso, a contratualização da prestação de serviços com o sector privado e o recurso às novas tecnologias como forma de organização e oferta de cuidados e de

gestão dos serviços, são também apostas consideradas necessárias para um melhor funcionamento do Sistema.

Os Programas 20 e 21 do Plano para 2003 consagram verbas globais de 6,1 milhões de Euros.

Deles, importa destacar a continuada aposta na remodelação e ampliação de unidades de saúde, o seu apetrechamento e modernização, as acções relacionadas com a emergência médica e a formação profissional para o sector.

No respeitante ao novo hospital de Angra do Heroísmo, convém relembrar que decorrem, neste momento, através do Laboratório Regional de Engenharia Civil, os necessários estudos geológicos dos terrenos onde o mesmo irá ser edificado, estando previsto a celebração de um protocolo com a Direcção Geral de Instalações e Equipamentos de Saúde, com vista à elaboração do seu Programa Funcional.

O compromisso eleitoral assumido, em 2000, pelo Partido Socialista, de iniciar o processo conducente à construção do novo hospital está em marcha.

Estamos certos que chegará ao fim, contribuindo, também na saúde, para mudar os Açores!

No âmbito da saúde, este Plano identifica acções que, pela sua importância e significado estratégico merecem particular destaque.

A aposta na telemedicina e na renovação e informatização dos serviços, com a criação de uma rede informática estruturada nas Unidades de Saúde, permitindo a ligação em rede entre todos os Centros de Saúde e Hospitais, garantirá, num futuro próximo, não só uma racionalização em termos de gestão como, essencialmente, um valor acrescentado à prestação de cuidados de saúde a todos os açorianos que, independentemente do seu local de residência, poderão ter o seu historial clínico, em tempo real, em qualquer Unidade de Saúde, o que facilitará diagnósticos, acompanhamento e eventuais meios complementares de que necessite.

Esta aposta nas novas tecnologias, que contará com o apoio do Programa Açores – Região Digital, da responsabilidade da Direcção Regional da Ciência e Tecnologia que, pelos vistos, tão criticada é por alguns partidos da oposição, ao ponto de quererem esvaziar completamente em termos financeiros e

orçamentais, é um passo fundamental na modernização e na melhoria da prestação de cuidados de saúde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me igualmente referir o designado problema das listas de espera. E verificar que, por iniciativa do Governo Regional do PS, se tem vindo a incrementar, desde Julho de 2000, um programa de redução dessas listas, com resultados palpáveis e visíveis em especialidades como a Cirurgia Geral, onde, entre Julho de 2000 e Junho de 2001, se recuperou de 791 para 306 doentes, o que significou uma redução de 61,3% e em Urologia onde, em igual período, a lista de doentes em espera passou dos 248 para os 173, o que significa uma redução de 30,2%.

Esta forma encontrada através da contratualização com especialistas das diferentes áreas, sendo proveitosa, acarreta consigo custos acrescidos.

E, neste contexto, voltamos à dicotomia de partida; a racionalização versus melhoria na prestação de cuidados de saúde.

A racionalização não pode ser feita à custa da menor prestação de cuidados, não pode pôr em causa o acesso ao sistema.

Ela deverá basear-se numa gestão criteriosa, no aumento da produtividade, na complementaridade do Sistema, mas também na avaliação descomplexada de eventuais formas de comparticipação por parte dos utentes, quer através da introdução de taxas moderadoras, quer através da cobrança de determinados serviços, assentes em critérios de justiça social.

Este desafio que se nos coloca, pela suas múltiplas vertentes, não terá uma resposta fácil. Nem tão pouco definitiva.

Mas , mais do que palavras de quem, órfão de argumentos e parco de ideias, recorre sistemática e abusivamente ao discurso da catástrofe, importa prosseguir nesta caminhada de tudo fazer para que, cada vez mais, o direito e o acesso aos cuidados de saúde, seja uma realidade nos nossos dias.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vivem-se, hoje, tempos conturbados a nível internacional. Os acontecimentos do dia 11 de Setembro tiveram repercussões que ainda não estão terminadas. A subsequente intervenção no Afeganistão, o recrudescimento dos problemas de segurança e dos ataques terroristas no Médio Oriente e em outras partes do mundo, e as contínuas ameaças de invasão ao Iraque causaram e ainda estão a causar impactos sociais e económicos que estão a afectar todos os Países. Veja-se a este propósito as flutuações do barril do petróleo que aparentemente só encontram justificação na instabilidade que se vive a nível internacional. A Europa e os Estados Unidos, que estavam já a sentir algum abrandamento económico em 2001, sofreram profundamente com esta crise, que foi ainda agravada por alguns escândalos bolsistas. As companhias aéreas dos dois lados do Atlântico apresentaram défices inesperados, tendo mesmo algumas aberto falência. O turismo sofreu duramente com a retracção dos principais mercados emissores e de um modo geral as diversas actividades económicas sofreram um forte abrandamento. Nenhuma Região, nenhum País está completamente a salvo. Veja-se o caso de Bali ou até da Tailândia que por causa de um ataque terrorista ou até só por uma notícia posta a correr ficaram subitamente sem turistas. Determinar nos próximos tempos o evoluir da situação não é tarefa fácil. Todos gostaríamos de ver novamente na cena internacional um clima de paz que restabeleça a confiança entre as nações e, sobretudo, que restaure o sentimento natural que todos sentíamos há uns tempos atrás, de segurança e de estabilidade.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É, porém, nos tempos difíceis que se torna fundamental agir no sentido de restabelecer a confiança, de restaurar a segurança e de estimular o investimento. Face ao novo enquadramento financeiro, derivado do forte abrandamento económico a nível nacional que originou fortes quebras nas receitas e face às obrigações do Pacto de Estabilidade e de Crescimento, tornou-se necessário reequacionar os investimentos previstos no Plano a Médio Prazo, aprovado por esta Assembleia para o quadriénio 2001/2004, de forma a manter os níveis de confiança que os empresários dos Açores sentem, actualmente, no desenvolvimento económico da nossa Região. Foi com esta intenção de, respeitando as decisões desta Assembleia, nomeadamente no que diz respeito ao que ficou aprovado no Programa do VIII Governo, que se procurou reprogramar o Plano a Médio Prazo, reagindo com rigor e eficácia ao novo enquadramento económico e financeiro. Trata-se de fazer aprovar por esta Assembleia um instrumento fundamental de Planeamento que necessita de reflectir a nova realidade e de traduzir, com verdade, as opções que nos próximos dois anos os Açores pretendem levar por diante.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A perda de confiança dos diversos sectores económicos do País está espelhada nos vários inquéritos mensais de conjuntura feitos ao comércio, à indústria, à construção e obras públicas, aos serviços e até aos consumidores. Com efeito, a partir de Junho deste ano tem vindo a acentuar-se um quadro pessimista nas mais diversas actividades económicas, agravado ainda mais por algumas medidas tomadas pelo Governo da República que têm tido como objectivo recuperar o défice orçamental, mas que têm provocado o agravamento do abrandamento económico, desincentivando o investimento. O fim do crédito bonificado e do crédito jovem, o aumento do IVA e as modificações operadas no Programa Operacional da Economia tiveram como reflexo imediato uma quebra generalizada, mas previsível, do investimento privado. O Governo da República actuou como aquela história bem conhecida do cavalo inglês, em que o dono vai retirando a comida para obter mais lucro. Acontece, porém, que o cavalo adoeceu e depois morreu, perdendo o dono todo o seu negócio. Sem uma economia forte não há aumento das receitas fiscais e

sem um estímulo ao investimento privado dificilmente o País recupera do abrandamento económico que de mês para mês se acentua cada vez mais.

Mesmo com EURO 2004 o indicador apreciação da actividade passada da construção civil, referente ao mês de Outubro, revela uma evolução negativa em todos os tipos de obras. A nível Regional estes efeitos ainda não se fizeram sentir de uma forma significativa. Apesar de algum abrandamento do ritmo de crescimento do crédito concedido à habitação, que aumentou em Junho de 2002 8% em relação a Junho 2001, dados do Banco de Portugal, estamos longe dos tempos de crise de 1994 ou de 1995. Nesta altura, o crédito à habitação rondava os 240 milhões de euros, enquanto que em Junho deste ano atingiu os 934 milhões de euros ou seja quase quatro vezes mais. Por outro lado, somos a Região do País que mais tem crescido em termos de licenças de construção. Segundo a última publicação do Instituto Nacional de Estatística de 11 de Novembro deste ano os Açores cresceram 24.6% em termos do número de licenças de construção nos últimos doze meses enquanto que, por exemplo, a Madeira decresceu 14,6%. Também no que diz respeito ao consumo de cimento verifica-se que de Janeiro a Setembro deste ano há um crescimento em relação ao período homólogo anterior de cerca de 12,5%. De Janeiro a Setembro deste ano já foram consumidas 282 mil toneladas de cimento, enquanto que nos anos de 1994 e de 1995 se consumiram cerca de 160 mil toneladas.

Por outro lado, os Inquéritos mensais de conjuntura aos consumidores, à indústria transformadora e ao comércio, feito a nível nacional, em Outubro de 2002, apresentaram também evoluções negativas face ao mês anterior. Os resultados obtidos devem-se ao comportamento negativo de todas as suas componentes, sendo de destacar, pela intensidade da queda já revelada nos meses anteriores, as opiniões sobre a situação económica futura do País e as perspectivas de aumento do desemprego. Um quadro mais pessimista continua também a ser observado nas respostas às questões sobre as intenções de aquisição de automóvel e de compra ou construção de habitação própria. Ambas as séries se encontram a níveis muito baixos, realçando-se as perspectivas de aquisição de automóvel, cujo valor em Outubro foi o mais baixo desde o quarto trimestre de 1989.

Nos Açores o número de automóveis vendidos de Janeiro a Julho deste ano foi de 3.575 unidades, permitindo acreditar que até ao final do ano ultrapassaremos novamente as 6 mil unidades. Será bom lembrar que em 1995, 1996 e 1997 venderam-se apenas 3.513, 3.178 e 3.360 unidades, respectivamente. É evidente que as famílias açorianas estão a investir fortemente na aquisição de novas habitações e que o endividamento derivado do crédito à habitação começa a ser significativo, embora represente apenas 2/3 do endividamento "per capita" do verificado a nível nacional. A evolução dos depósitos a prazo e à ordem nas Instituições bancárias dos Açores demonstra a estabilidade da poupança das famílias açorianas, que em Junho de 2002 era responsável por um volume de depósitos de cerca de 1.609 milhões de euros. Veja-se que em 1996 este valor era de apenas de 1.072 milhões de euros. Os açorianos estão, pois, a investir mais sem que isto tenha tido reflexos negativos na poupança das famílias

O Inquérito feito à evolução do comércio na Região Autónoma dos Açores no mês de Agosto deste ano demonstra que apesar de algumas dificuldades as perspectivas de evolução da actividade para os próximos meses mantêm-se positivas no conjunto do sector. Desde 1998 os ritmos de crescimento da produção de energia eléctrica nos Açores estão, em média, à volta dos 7,1%, enquanto que no Continente estão à volta dos 5,5%. Relembre-se que nos Açores de 1993 a 1997 o crescimento do consumo de electricidade era, em média, de 4,2% ao ano. Os primeiros oito meses deste ano revelaram um aumento do consumo de energia eléctrica em relação ao período homólogo anterior, que ronda os 7,3%, sendo o Corvo, o Pico, e São Miguel as ilhas que apresentaram os maiores aumentos de consumo (maiores ou iguais a 8%).

No que diz respeito ao Turismo, segundo o Instituto Nacional de Estatística, no período de Janeiro a Agosto de 2002, houve um decréscimo do número de dormidas a nível nacional de cerca 2,2% e um acréscimo dos proveitos por aposento da ordem dos 0,2%, comparativamente ao período homólogo anterior. Os Açores surgem novamente como uma das Regiões do País que mais cresceu neste período. Analisando a distribuição das dormidas por Regiões, verificaram-se acréscimos homólogos de 11% na Região Autónoma dos Açores, de 11,2% no Norte do País e de 0,1% na Região Autónoma da Madeira e diminuições no total de dormidas,

nomeadamente em Lisboa e Vale do Tejo de – 4,9%, Algarve de – 5% e Alentejo de – 8,4%. A Região Autónoma dos Açores apresentou o maior crescimento a nível do País em termos de proveitos por aposento, 12%, logo seguido do Norte do País com 10,2%. Repare-se que mais uma vez os Açores crescem em termos de dormidas sem que haja degradação dos preços. O crescimento turístico nos Açores, apresentado nos primeiros oito meses deste ano, é tanto mais importante, quando surge após um ano em que tivemos um crescimento recorde de 25% em termos de dormidas e de 26,1% em termos de proveitos e acontece num ambiente de forte retracção dos principais mercados emissores de turistas.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A adesão dos empresários aos diversos Sistemas de Incentivos demonstra, se dúvidas houvessem, o estado da nossa Economia. Pode bem a oposição pregar que a recuperação económica nos Açores encetada pelo VII Governo Regional em 1996 era efémera, era conjuntural ou que já está em fase de desaceleração, que os empresários no seu dia a dia encarregam-se exactamente de demonstrar o contrário. Quem pensava que o crescimento da construção civil, que se tornava demasiado evidente a partir de dada altura, era o resultado da reconstrução ou da necessidade de fazer face às calamidades derivadas das cheias, e isto foi afirmado várias vezes aqui neste Parlamento, estava redondamente enganado. Hoje, a Região Autónoma dos Açores está felizmente menos dependente do investimento público e muito mais dependente do estado de confiança dos empresários no futuro da nossa Região. Menciono apenas alguns empreendimentos na área do Turismo que estão a decorrer ou que irão ser lançados no próximo ano apenas em São Miguel, Terceira e Faial, para vermos a importância, hoje em dia, do sector privado na nossa economia. Assim, no Faial existem dois projectos com um investimento global de 15,4 milhões de euros que envolvem a remodelação ou a construção de 462 camas e a criação de 65 postos de trabalho. Também no próximo ano arrancarão as obras de reabilitação da Estalagem de Santa Cruz a Pousada da ENATUR, no valor de mais de 2,5 milhões de euros. Na Terceira estão a decorrer ou irão ser lançados no próximo ano 8 projectos na área do Turismo no valor global 56 Milhões de euros, construindo ou

reabilitando 989 camas e criando 275 postos de trabalho. Também no próximo ano arrancará a readaptação do Castelinho a Pousada da ENATUR no valor de mais de seis milhões de euros. Em São Miguel estão a decorrer ou irão ser lançados no próximo ano 11 projectos no valor de 98 milhões de euros, criando 2.020 camas e 490 postos de trabalho. Também nesta ilha está em andamento o projecto de reabilitação do Convento dos Frades a Pousada da ENATUR, em Santa Cruz da Lagoa, que envolverá um investimento da ordem dos sete milhões de euros. Assim, só nestas três ilhas, São Miguel, Terceira e Faial estamos a falar de 185,4 milhões de euros de investimento, correspondentes à criação de 3.470 camas, 830 postos de trabalho e um incentivo por parte do SIDEP da ordem dos 10 milhões de euros e por parte do SIME da ordem dos 21 milhões de euros.

Desde a abertura do III Quadro Comunitário de apoio deram entrada no Programa Operacional da Economia 78 projectos, só no âmbito do Sistema de Incentivos à Modernização das Empresas, no valor global de 274 milhões de euros, tendo já mais de metade sido aprovados e postos em execução. Somos mesmo a Região do País que maior taxa de aprovação tem tido neste Sistema de Incentivos e aquela que apresenta a maior taxa de execução. Em termos de volume financeiro, gostaria de informar que 62,9% destes projectos são da área do Turismo, 20,7% da área da Indústria, 7,4% do Comércio, 6,1% da construção civil e 2,9% dos serviços.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na reprogramação financeira do Plano a Médio Prazo para os anos de 2003 e 2004 a Secretaria Regional da Economia teve quatro objectivos principais:

1. Manter o forte impulso dado à iniciativa privada através dos Sistemas de Incentivos. Assim, dos 17,5 milhões de euros previstos no Programa 10 no anterior Plano de Médio Prazo para 2003, passaremos a dispor de mais 5,6 milhões de euros ou seja de 23,1 milhões de euros. Trata-se de um crescimento significativo que mostra a vontade deste Governo de apoiar a iniciativa privada, dando resposta à confiança que os empresários sentem no desenvolvimento desta Região.

2. Manter o forte impulso dado à actividade turística, especialmente na área da promoção, para fazer face à crescente oferta hoteleira. Assim, dos 5,2 Milhões de

Euros previstos para 2003 no anterior Plano de Médio Prazo, passamos para cerca de seis milhões de euros, contando com as verbas disponibilizadas no Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas.

3. Reparar e reabilitar os Portos da Praia da Vitória, de São Roque do Pico e das Lajes das Flores de forma a que estas infra-estruturas possam manter e até melhorar a sua actual operacionalidade.

4. Financiar todas as obras em curso, quer sejam na área dos portos, dos aeroportos ou das aerogares. Assim, as obras em curso do Porto da Calheta, do saco do Porto de Ponta Delgada e do Aeroporto do Pico serão finalizadas no decorrer do próximo ano. Iniciar-se-ão também em 2003 o cais "ferry" no Porto de Vila do Porto e as aerogares das Flores, São Jorge e do Pico.

Para além disto, gostaria de chamar a atenção para um conjunto vasto de investimentos feitos pelas Juntas Autónomas, pela SATA, pela EDA e pelo Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas, que na sua globalidade ascendem a 99,4 milhões de euros, quando o ano passado o investimento feito por estas entidades era de apenas de 81,8 milhões de euros. São projectos co-financiados na sua maioria pelo PRODESA e que devem ser incluídos na totalidade do investimento público. Assim, chamaria a vossa atenção para as seguintes obras:

- Expansão do porto comercial de Ponta Delgada, separando a zona de cruzeiros da actual zona comercial;
- Reabilitação e arranjos exteriores do Porto de Pipas;
- Segunda fase do Porto de Recreio de Angra do Heroísmo;
- Terminal para Ferries no Porto Comercial da Praia da Vitória;
- Equipamentos portuários, como sejam aquisição de rebocadores, gruas e "reach stackers";
- Porto de pescas da Praia da Graciosa;
- Reordenamento da Bacia Sul da Marina e ampliação do Clube Naval, na Horta;
- Estudo de ampliação do cais comercial das Velas e Beneficiação do parque de contentores;
- Planos Directores dos Portos de Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores apresentou, no segundo trimestre deste ano a mais baixa taxa de desemprego do País e certamente uma das mais baixas a nível europeu. A taxa de actividade tem também vindo a aumentar progressivamente. A estabilidade económica e social vivida nos Açores nos últimos anos tem permitido criar um clima propício ao investimento. Mas se a iniciativa privada, pelos números acima descritos, está confiante e está a investir como nunca ocorreu no passado, o Plano e o Orçamento para 2003 e o Plano a Médio Prazo para 2003 e 2004 que agora se apresentam a esta Assembleia representam também um esforço público considerável de estímulo ao desenvolvimento económico e social desta Região. Mas mais importante que o valor global do investimento público é a qualidade deste mesmo investimento, é, sem dúvida, o seu efeito indutor no investimento privado. Os Açores têm de manter com prudência um natural equilíbrio entre o apoio à iniciativa privada e o apoio às políticas de solidariedade social. Se queremos uma Região mais moderna, mais solidária e desenvolvida temos de inculcar em todos os sectores da actividade uma cultura de exigência, de rigor e de maior produtividade. Os últimos anos para os Açores foram bons anos. Avizinham-se, contudo, tempos mais difíceis. Para que este desenvolvimento económico não seja subitamente estancado é necessário manter um clima de expectativas favorável ao investimento. Sabemos o que podemos e o que devemos fazer. Sabemos que há variáveis macro-económicas que não dominamos e que podem afectar drasticamente todo o nosso planeamento. Sabemos porém, que, com a participação activa de todos vós, tudo faremos para construir nos Açores um amanhã melhor.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sra. Deputada Andreia Cardoso. Espero que se contenha nos 10 minutos que dispõe.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional para 2003 é um documento essencial para a materialização da estratégia de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, vertendo a adequação das metas sectoriais com os meios financeiros disponíveis.

Como tal, o Governo Regional, órgão competente na matéria, procedeu à definição das prioridades, com o devido enquadramento no Programa do VIII Governo e no PIVIP 2001-2004. Assim, o plano agora em debate estabelece, à semelhança dos anteriores, como primeiro grande objectivo a dinamização do crescimento e da competitividade da economia regional atribuindo especial ênfase ao sector do turismo.

De facto, o turismo é um sector com elevada capacidade de expansão, assumindo um efeito transversal e multiplicador ao nível de toda a economia, potenciando a criação de postos de trabalho e de riqueza e produzindo efeitos positivos não só no alojamento mas também na restauração, no comércio, na indústria, nos transportes e no artesanato.

Importa salientar que, apesar do clima de abrandamento económico e mesmo de recessão em algumas das principais economias mundiais, o turismo no Açores está a atravessar um bom momento. Este dinamismo, comprovado por realidades estatisticamente palpáveis, não pode ser dissociado do investimento público realizado ao longo dos últimos seis anos que foi em grande parte responsável pelo espírito de confiança e de optimismo que reina entre os empresários ligados ao sector.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional, atento às potencialidades turísticas dos Açores, desencadeou uma acção lúcida e determinada, capaz de catalisar vontades e de dar confiança ao sector.

De entre o conjunto de iniciativas e múltiplas acções encetadas pelo Governo Regional, que se revelaram determinantes na formação de expectativas positivas entre os empresários existentes e os potenciais investidores, cumpre destacar três elementos essenciais: primeiro, uma forte campanha promocional do destino Açores

no exterior; segundo, a baixa do preço dos transportes aéreos, e, em terceiro, a política de incentivos financeiros ao investimento.

A aposta inequívoca do Governo Regional foi tornar mais direccionada e agressiva a promoção dos Açores no exterior, dando especial importância aos países nórdicos, como alvo de comprovados bons resultados no combate à sazonalidade, e ainda ao mercado continental. Desta acção continuada e intensa resultou o aumento do número de hóspedes de 163 mil em 1997 para 276 mil em 2001, representando um acréscimo de 41%. O total de dormidas também evoluiu positivamente, de 417 mil em 1997 para 865 mil em 2001, o que traduz um crescimento de 52%.

A baixa de preços dos transportes aéreos e o forte incremento do número de frequências a partir de 1998, geraram novas condições de competitividade na indústria turística dos Açores, como pode ser comprovado pelo crescimento de 50% no volume total de passageiros no aeroporto de Ponta Delgada, entre 1997 e 2001.

A criação de um conjunto de incentivos selectivos à actividade de turismo foi motivada pela forte vontade de dar um novo impulso à oferta de alojamento turístico. Refira-se a este propósito que em 1997 a capacidade de alojamento era de 3815 camas e no final do corrente ano será de aproximadamente 6000, prevendo-se até ao final de 2004 a duplicação da oferta hoteleira na Região.

Ainda relativamente aos apoios ao investimento privado, penso ser importante destacar que em 1997 estavam disponíveis, no plano de investimentos do Governo, cerca de 3 milhões de euros sem que fosse possível executar essa verba na totalidade por falta de projectos da iniciativa privada. Enquanto em 2001 as verbas disponibilizadas no plano regional ascenderam a 15 milhões de euros tendo sido utilizadas na totalidade.

Ocorrem simultaneamente um conjunto de 22 candidaturas ao SIME na área do turismo envolvendo um investimento na ordem dos 173 milhões de euros, que representa mais de 60% do investimento candidatado a esse mesmo programa. Estes dados permitem constatar o momento de franco entusiasmo que atravessa o sector do turismo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas não poderia falar de turismo sem referir o significativo esforço de investimento que o anterior Governo e o actual têm preconizado nos sucessivos planos anuais apresentados a esta Assembleia.

O programa 7 - desenvolvimento do turismo - está dotado com 6,3 milhões de euros o que representa 3,1 % do investimento do Plano e 12,5% do investimento previsto no objectivo de dinamizar o crescimento e a competitividade da economia regional, mantendo assim o peso que assumiu em anos anteriores.

Deve de igual modo referir-se a disponibilização da verba de 11 milhões de euros prevista no programa 10 - sistemas de incentivo - à qual devemos acrescentar 12 milhões de euros inscritos no Fundo Regional de Apoio às Actividades Privadas (FRAE), destinados ao apoio directo ao investimento privado, traduzindo o reconhecimento da importância do sector empresarial regional como parceiro estratégico no processo de desenvolvimento e a relevância deste apoio enquanto factor potenciador da modernização e competitividade das empresas regionais.

Gostaria de referir também que o investimento efectuado e a efectuar pelo Governo Regional visa responder aos desafios da globalização e da grande competitividade internacional com políticas de preservação dos recursos endógenos que valorizam e diferenciam este destino turístico insular, que exigem, no fundo, o respeito pela preservação ambiental, pela tranquilidade, pela qualidade das nossas estruturas de recepção, pela observação das nossas especificidades e pelo dimensionamento adequado da nossa oferta.

Em jeito de conclusão apenas frisar que o aumento o aumento efectivo da oferta hoteleira, do número de dormidas e do número de hóspedes são demonstrativos, por um lado, da relevância do turismo na Região como motor de crescimento económico e, por outro, prova incontestável da vitalidade da economia açoriana.

Obrigada.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, não há ninguém inscrito para pedidos de esclarecimentos.

Eu pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e ao Sr. Secretário Adjunto da Presidência para se acercaram aqui da Mesa para afinarmos a programação dos nossos trabalhos.

(Pausa)

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, peço a vossa atenção, porque esta Conferência de Líderes foi muito produtiva e há aqui um reforço de tempos.

O Partido Socialista passa a dispor de - 83 minutos.

O Partido Social Democrata – 36 minutos.

O Partido Popular – 6 minutos.

O Partido Comunista Português – 6 minutos

O Governo Regional – 52 minutos.

Estão encerrados os nossos trabalho por hoje e serão retomados amanhã às 10,00 horas.

(Eram 20 horas e 5 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido socialista (PS)

Francisco Couto de Sousa

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

O Redactor de 2ª Classe, *José Rodrigues da Costa*